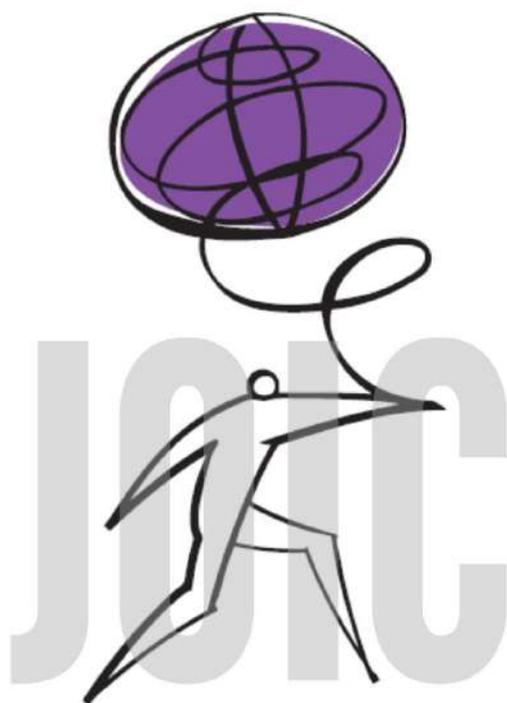


FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS

# XVI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CADERNO DE RESUMOS





## **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**

Antonio Ricardo Accioly Campos  
*Presidência*

Luís Henrique Romani de Campos  
*Diretoria de Pesquisas Sociais*

Mario Hélio Gomes de Lima  
*Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte*

Wagner Augusto de Godoy Maciel  
*Diretoria de Formação Profissional e Inovação*

Wilson Fusco  
*Coordenação do Programa de Iniciação Científica*

Allan Rodrigo Arantes Monteiro  
Cristine Vieira do Bonfim  
Darcilene Cláudio Gomes  
Hérrisson Fábio de Oliveira Dutra  
Viviane Toraci Alonso de Andrade  
*Comitê Institucional do PIBIC/Fundaj*

Ane Caroline Ferreira da Silva  
*Auxiliar administrativa do Programa de Iniciação Científica*

---

XVI Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco (23 e 25 de novembro de 2020, Recife, Pernambuco, Brasil).

Caderno de Resumos da XVI Jornada de Iniciação Científica. Recife, FUNDAJ, 2020.

176 p.

ISSN: 2447-4975

---



## Sumário

	<b>Página</b>
Apresentação	6
Programação da XVI Jornada de Iniciação Científica da Fundação	7
01 Tendência e Distribuição Espacial da Mortalidade Infantil por Causas Evitáveis no Estado de Pernambuco, 2010 a 2017	13
02 Mapeamento da Mortalidade Fetal Evitável: Uma Análise Epidemiológica dos Clusters Espaciais e da Vulnerabilidade Social	20
03 Do Precioso Líquido: O Estatuto do Sangue nas Proposições Legislativas Brasileiras	25
04 O Dom do Corpo: Aspectos Legais da Doação e Transplante de Órgãos no Brasil	30
05 Muito Além do Útero: A Gravidez por Substituição nas Proposições Legislativas	35
06 A eutanásia e os limites da vida na legislação brasileira	39
07 O corpo em disputa: a questão do aborto no congresso a partir das propostas legislativas brasileira (1980-2000)	44
08 Do Perceber ao Construir: Como a Experiência da Cidade através do Cinema catalisou um Engajamento ao Urbanismo no Recife	49
09 O Papel dos Cineclubes no Engajamento Cidadão	54
10 Os Conselhos Escolares da Rede Municipal de Educação da Cidade do Recife no Contexto da Gestão Democrática: História e Memória	58
11 Conselhos e Conselheiros das Escolas do Recife no Contexto da Gestão Democrática e Participação	63
12 Políticas de Promoção da Igualdade Ética para Afrodescendentes: Brasil e Colômbia	69
13 A Construção do Imaginário Visual sobre o Negro (1850-1914)	75
14 A Construção do Imaginário Racial sobre o Negro no Discurso Jurídico e Legislativo entre o Final do Império e o Início da República (1870-1930)	80
15 Autores das Ciências Sociais nos Livros Didáticos de Sociologia para o Ensino Médio	85
16 Pensamento Social Brasileiro nos Livros Didáticos de Sociologia Aprovados nos Planos Nacionais dos Livros Didáticos (PNLD), 2012, 2015 e 2018	94

17	Registro Fotográfico das Condições Materiais das Escolas de Educação Básica Pública em Pernambuco	99
18	Mobilidade Espacial de Docentes do Ensino Médio no Nordeste	105
19	Aspectos do Trabalho Docente nos Colégios de Aplicação da Rede Federal de Ensino: Um Estudo no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco	110
20	Condições de Trabalho dos Professores da Educação Básica O Brasil em Perspectiva Internacional	115
21	Formação Continuada de Profissionais de Educação Infantil: Análise de uma Dimensão da Valorização Docente Políticas nas de Municípios de Pernambuco	120
22	Uma Análise da Oferta do Ensino Médio na Paraíba	125
23	As avaliações nos planos Municipais de Educação de Pernambuco: Perspectiva para a garantia do Direito ao Acesso de Qualidade à Educação Infantil	131
24	Efeitos de mesma Raça/Cor entre Alunos e Professores sobre Resultados Educacionais em Escolas Públicas do Recife	136
25	Impacto da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) nas Motivações Acadêmicas de Professores e Alunos de Escolas Públicas do Recife	142
26	Cotas de Ingresso nas Universidades Federais do Nordeste Brasileiro: Desempenho Acadêmico, Retenção e Evasão Escolar	146
27	A (In)Visibilidade Das Culturas Indígenas Nos Estudos Sobre Religião Do Departamento De Antropologia Do Injps	151
28	Produção Científica no Parque Nacional do Catimbau: Limites e Possibilidades Educomunicativas	157
29	História Ambiental como Chave de Leitura Pedagógica no Parque Nacional do Catimbau/PE	163
30	Mudanças Climáticas em Áreas Semiáridas	167
31	Registro, Análise e Mapeamento do Comportamento Espectrorradiométrico da Caatinga	173



## **Apresentação**

Este caderno reúne os resumos produzidos pelos bolsistas e orientadores do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da FUNDAJ, referentes a pesquisas desenvolvidas no período 2019-2020, e que foram apresentados na XVI Jornada de Iniciação Científica.

A Jornada é um evento anual que se constitui em importante fórum de debates sobre os estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito do Programa. Este ano, ela ocorreu de forma remota, em decorrência do momento atípico imposto pela pandemia de Covid-19. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por bolsistas e orientadores no encaminhamento e conclusão das pesquisas, o resultado final demonstra a maturidade do Programa, refletida na qualidade dos trabalhos apresentados e no compromisso com as pesquisas desenvolvidas.

Com o PIBIC, a FUNDAJ abre suas portas e compartilha o conhecimento produzido por seus servidores com os jovens graduandos de instituições públicas e privadas localizadas na região Nordeste e contribui, assim, para a formação de novas gerações de pesquisadores.

Boa leitura!

Coordenação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica  
Fundação Joaquim Nabuco



## **Programação da XVI Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco – 23 a 25 de novembro de 2020**

### **23 de novembro de 2020 – Manhã**

Abertura com a presença do Diretor de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco

Apresentação virtual com debate *on line* dos bolsistas de Iniciação Científica (2019-2020)

*Tendência e Distribuição Espacial da Mortalidade Infantil por Causas Evitáveis no Estado de Pernambuco, 2010 a 2017*

Bolsista: Adriana Paula Oliveira dos Santos

Orientadora: Cristine Vieira do Bonfim

*Mapeamento da Mortalidade Fetal Evitável: Uma Análise Epidemiológica dos Clusters Espaciais e da Vulnerabilidade Social*

Bolsista: Myllena de Oliveira Silva

Orientadora: Cristine Vieira do Bonfim

*Do Precioso Líquido: O Estatuto do Sangue nas Proposições Legislativas Brasileiras*

Bolsista: Laura Caldas Miguel

Orientador: Alexandre Zarias

*O Dom do Corpo: Aspectos Legais da Doação e Transplante de Órgãos no Brasil*

Bolsista: Anne Karolayne Santana da Silva

Orientador: Alexandre Zarias

*Muito Além do Útero: A Gravidez por Substituição nas Proposições Legislativas*

Bolsista: Júlia de Melo Mendonça Vasconcelos

Orientador: Allan Monteiro

*A eutanásia e os limites da vida na legislação brasileira*

Bolsista: Jennifer Silva

Orientador: Alexandre Zarias

*O corpo em disputa: a questão do aborto no congresso a partir das propostas legislativas brasileira (1980-2000)*

Bolsista: Gabriela Nascimento

Orientador: Alexandre Zarias

## **23 de novembro de 2020 – Tarde**

*Do Perceber ao Construir: Como a Experiência da Cidade através do Cinema catalisou um Engajamento ao Urbanismo no Recife*

Bolsista: Barbara Cristina dos Santos Lino

Orientador: Cristiano F B do Nascimento

*O Papel dos Cineclubes no Engajamento Cidadão*

Bolsista: Geneseli Dias de Oliveira Albuquerque

Orientador: Cristiano F B do Nascimento

*Os Conselhos Escolares da Rede Municipal de Educação da Cidade do Recife no Contexto da Gestão Democrática: História e Memória*

Bolsista: Eduardo Andrade Cavalcanti

Orientadora: Ana Abranches

*Conselhos e Conselheiros das Escolas do Recife no Contexto da Gestão Democrática e Participação*

Bolsista: Eduardo Maia Paiva

Orientadora: Ana Abranches

*Políticas de Promoção da Igualdade Ética para Afrodescendentes: Brasil e Colômbia*

Bolsista: Elaine Cristina Salgado Mendonça

Orientador: Joanildo Burity

*A Construção do Imaginário Visual sobre o Negro (1850-1914)*

Bolsista: Gustavo Henrique Ribeiro Tiné

Orientadora: Cibele Barbosa da S Andrade

*A Construção do Imaginário Racial sobre o Negro no Discurso Jurídico e Legislativo entre o Final do Império e o Início da República (1870-1930)*

Bolsista: Gwan Silvestre Arruda Torres

Orientadora: Cibele Barbosa da S Andrade

## **24 de novembro de 2020 – Manhã**

*Autores das Ciências Sociais nos Livros Didáticos de Sociologia para o Ensino Médio*

Bolsista: Francielle Rayanne Bezerra dos Anjos

Orientador: Allan Monteiro

*Pensamento Social Brasileiro nos Livros Didáticos de Sociologia Aprovados nos Planos Nacionais dos Livros Didáticos (PNLD), 2012, 2015 e 2018*

Bolsista: Ivo Pereira Neto

Orientador: Túlio Augusto V B de Araújo

*Registro Fotográfico das Condições Materiais das Escolas de Educação Básica Pública em Pernambuco*

Bolsista: Marcelo Dettogni Lopes

Orientadora: Viviane Toraci

*Mobilidade Espacial de Docentes do Ensino Médio no Nordeste*

Bolsista: Carina Jéssica de Souza

Orientador: Wilson Fusco

*Aspectos do Trabalho Docente nos Colégios de Aplicação da Rede Federal de Ensino: Um Estudo no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco*

Bolsista: Higor Araújo de Almeida

Orientadora: Carolina Beltrão

*Condições de Trabalho dos Professores da Educação Básica O Brasil em Perspectiva Internacional*

Bolsista: Matheus H. Magalhães Cavalcanti

Orientadora: Darcilene Gomes

*Formação Continuada de Profissionais de Educação Infantil: Análise de uma Dimensão da Valorização Docente Políticas nas de Municípios de Pernambuco*

Bolsista: José Marinho de Souza Neto

Orientadora: Patrícia Simões

## **24 de novembro de 2020 – Tarde**

*Uma Análise da Oferta do Ensino Médio na Paraíba*

Bolsista: Lívia Maria dos Santos Araújo

Orientadora: Cibele Maria Lima Rodrigues

*As avaliações nos planos Municipais de Educação de Pernambuco: Perspectiva para a garantia do Direito ao Acesso de Qualidade à Educação Infantil*

Bolsista: Renata Patrícia Jorge dos Santos Barbosa

Orientadora: Juceli B. Lima

*Efeitos de mesma Raça/Cor entre Alunos e Professores sobre Resultados Educacionais em Escolas Públicas do Recife*

Bolsista: Samuel de Albuquerque Rocha

Orientadora: Isabel P. A. Raposo

*Impacto da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) nas Motivações Acadêmicas de Professores e Alunos de Escolas Públicas do Recife*

Bolsista: Vitor Henrique Gomes do Nascimento

Orientadora: Isabel P. A. Raposo

*Cotas de Ingresso nas Universidades Federais do Nordeste Brasileiro: Desempenho Acadêmico, Retenção e Evasão Escolar*

Bolsista: Tomaz Silva da Matta Ribeiro

Orientador: Luís H. R. Campos

*A (In)Visibilidade Das Culturas Indígenas Nos Estudos Sobre Religião Do Departamento De Antropologia Do Ijnps*

Bolsista: Irene Adryane Marciano da Silva

Orientador: Maurício Antunes Tavares

## **25 de novembro de 2020 – Manhã**

*Produção Científica no Parque Nacional do Catimbau: Limites e Possibilidades Educomunicativas*

Bolsista: Dandara Santana

Orientadora: Edneida Rabelo Cavalcanti

*História Ambiental como Chave de Leitura Pedagógica no Parque Nacional do Catimbau/PE*

Bolsista: Mateus Santos Ferraz

Orientadora: Edneida Rabelo Cavalcanti

*Mudanças Climáticas em Áreas Semiáridas*

Bolsista: Luan Nunes de Oliveira

Orientadora: Alexandrina Sobreira

*Registro, Análise e Mapeamento do Comportamento Espectrorradiométrico da Caatinga*

Bolsista: Thiago Breno de Medeiros Carmo

Orientador: Neison Cabral Ferreira Freire



# RESUMOS



## TENDÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA MORTALIDADE INFANTIL POR CAUSAS EVITÁVEIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2010 A 2018

Adriana Paula Oliveira dos Santos<sup>1</sup>; Cristine Vieira do Bonfim<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de enfermagem - FENSG/UPE; bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); E-mail: oliveira\_adripaula@hotmail.com

<sup>2</sup>Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – NEES/CIEG. E-mail: cristine.bonfim@fundaj.gov.br

**RESUMO:** A mortalidade infantil é um problema de saúde pública por se tratar de mortes precoces, e em sua maioria evitáveis. O objetivo do estudo foi identificar a tendência e a distribuição espacial da mortalidade infantil segundo os critérios de evitabilidade, no período de 2010 a 2018. Estudo ecológico misto realizado no estado de Pernambuco. Os dados foram obtidos dos Sistemas de Informações sobre Mortalidade e sobre Nascidos Vivos. A análise da evitabilidade utilizou a Lista Brasileira de Causas de Mortes Evitáveis. A tendência temporal foi analisada pelo modelo de regressão *Joinpoint*. O método bayesiano foi utilizado para suavização das taxas. A autocorrelação espacial foi avaliada pelo índice global de Moran. No período, foram registrados 16.992 óbitos infantis, com taxa de mortalidade de 13,56 por mil nascidos vivos. Os óbitos neonatais precoces responderam por 9.181 mortes (54,03% dos óbitos). E as mortes evitáveis representaram 70,68% do total de óbitos. A análise espacial indicou a formação de *clusters* de municípios do tipo alto-alto, nas mesorregiões do São Francisco, agreste e sertão, indicando áreas prioritárias para intervenções de saúde. A análise temporal (2000 a 2018) mostrou tendência decrescente, com variação de percentual anual -4.09 ( $p=0,11$ ) e intervalo de confiança de 95%. Observou-se que a maior parte dos óbitos infantis ocorreu por causas evitáveis, indicando a necessidade de planejamento de estratégias que visem uma maior atenção na assistência materno e infantil para a redução da mortalidade infantil no estado.

**Palavras-chave:** Análise espacial; Estudos ecológicos; Estudos de séries temporais; Mortalidade Infantil; Vigilância epidemiológica.

## INTRODUÇÃO

A mortalidade infantil é um problema de saúde pública por se tratar de mortes precoces, e em sua maioria evitáveis (TAVARES et al., 2016; MAIA et al., 2020). Os óbitos infantis estão fortemente ligados às condições socioeconômicas da população, refletindo seu estado de vida e saúde (DIAS et al., 2019). No planejamento e gestão de políticas públicas, a taxa de mortalidade infantil fornece informações que permite a identificação de áreas prioritárias para os serviços de atenção ao pré-natal, parto e a saúde infantil (KROPIWIEC, 2017; MILANI, 2018). No Brasil, em 2017 foram registrados 34.585 óbitos de menores de um ano, onde 18.497 (53,5%) foram neonatais precoces. A região Nordeste registrou 10.887 (31,5%) dos óbitos infantis (BRASIL, 2019).

O acompanhamento da tendência e distribuição espacial da mortalidade infantil no estado de Pernambuco pode contribuir com a elaboração de estratégias para redução e prevenção da mortalidade infantil. Portanto, o objetivo deste estudo consiste em mapear a tendência e distribuição espacial da mortalidade infantil segundo os critérios de evitabilidade da Lista Brasileira de Causas de Mortes Evitáveis, no período de 2010 a 2018.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo ecológico misto, que congrega as dinâmicas temporal e espacial, realizado em Pernambuco. A população do estudo foi composta pelas taxas de mortalidade de menores de um ano, de residentes no estado, registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade no período de 2010 a 2018. Para a análise temporal a unidade de observação adotada foi o ano e ampliou-se o período de estudo para 2000 a 2018. A análise espacial adotou o período de 2010 a 2018. Para uma observação mais adequada da dinâmica espacial, optou-se por analisar em dois períodos 2010-2013 e 2014-2018.

Para análise da evitabilidade dos óbitos, utilizou-se a Lista Brasileira de Causas de Mortes Evitáveis para menores de cinco anos de idade. A análise da tendência temporal utilizou o modelo de regressão *Joinpoint*, que testa se uma linha multissegmentada é estatisticamente melhor para descrever a evolução temporal dos dados, do que uma linha reta ou menos segmentada (PALMEIRA et al., 2020). Foi utilizado um intervalo de confiança de 95% e nível de significância de 5%. Para essa análise, utilizou-se o programa *Joinpoint*, versão 4.5.0.1.

A apresentação dos dados cartográficos e construção de mapas temáticos utilizou os sistemas de referência SIRGAS 2000, elipsoide GRS80, sistema de projeção de coordenadas geográficas, além da malha digital de Pernambuco, disponibilizada pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Todas as análises foram realizadas utilizando o *programa TerraView* (versão 4.2.2) e o QGIS (versão 2.14.17). O método *baesiano* empírico local foi utilizado para suavização das taxas. A autocorrelação espacial foi avaliada pelo índice global de Moran. A identificação dos aglomerados de áreas com riscos semelhantes de ocorrência do resultado de interesse varia de -1 a +1. Os Valores próximos de zero indicam a falta de autocorrelação entre os valores dos objetos e seus vizinhos. Valores positivos (entre 0 e 1) indicam que os vizinhos são semelhantes entre si, e valores negativos (entre 0 e -1) que eles não são.

O diagrama de espalhamento de Moran foi construído com base nos valores normalizados e permite analisar o comportamento da variabilidade espacial. O Moran Map discrimina as áreas de dependência espacial significativa, e classifica em quatro grupos somente os objetos para os quais os valores do índice local de Moran foram considerados significantes, conforme o quadrante aos quais pertencem no gráfico de espalhamento de Moran. A análise em boxmap apresenta as correlações entre os municípios, onde, o tipo alto-alto (Q1) e baixo-baixo (Q2) indicam vizinhos com valores semelhantes. As correlações alto-baixo (Q3) e baixo-alto (Q4) indicam vizinhos com valores distintos.

O estudo utilizou dados de domínio público, agregados e sem possibilidade de identificação individual. Dispensou-se a apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme dispõe a resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No período estudado, foram registrados 16.992 óbitos infantis, com taxa de mortalidade de 13,56 por mil nascidos vivos. Os óbitos neonatais precoces responderam por 9.181 mortes (54,03% dos óbitos). Estudos realizados em Salvador (BA) e São Paulo (SP), identificaram que as mortes no período neonatal representaram a maior parte dos óbitos em menores de um ano (GONÇALVES, et al., 2015, ARECO et al., 2016).

As causas evitáveis contabilizaram 12.011 óbitos infantis (70,68%). As mortes por causas evitáveis representaram grande parte dos óbitos dos menores de um ano, indicando a existência de desafios na assistência prestada ao binômio mãe-filho pelo Sistema Único de Saúde (TEIXEIRA et al, 2019).

O modelo de regressão *Joinpoint* verificou tendência decrescente para a taxa de mortalidade infantil, com *annual percent change* (APC) de -4.09 (p=0,11) e intervalo de confiança de 95%. A taxa de mortalidade infantil demonstrou tendência crescente de 2001 a 2003. A partir de 2004, houve um declínio que se manteve constante. A criação de políticas públicas, como o Programa Bolsa Família (2003), adotadas nas últimas

décadas contribuíram para a redução da mortalidade infantil (SILVA & PAES, 2018; SILVA et al., 2019).

A análise espacial da taxa de mortalidade infantil no primeiro período (2010-2013), observou que o município de Itacuruba (região do São Francisco) obteve a maior taxa, com 33,81 óbitos por mil nascidos vivos. No segundo período (2014-2018), o município de Tacaimbó, no agreste, apresentou a maior taxa, com 24,26 óbitos por mil nascidos vivos.

Quando suavizada, a maior taxa de mortalidade infantil no primeiro período (2010-2013), foi localizada em Ipojuca, com 48,38 óbitos por mil nascidos vivos. No segundo período (2014-2018), o município de Salgueiro obteve maior taxa, com 37,83 óbitos por mil nascidos vivos. O índice de Moran global para a mortalidade infantil nos dois períodos analisados, foram respectivamente 0,135503 ( $p=0,01$ ) e 0,0955236 ( $p=0,04$ ). Estes valores indicam dependência espacial entre os municípios analisados. O BoxMap localizou no primeiro período, sete *clusters*, compostos por 39 municípios situados no estrato alto-alto, concentrados nas regiões do agreste e sertão. No segundo período, 38 municípios apresentaram as correlações alto-alto, em cinco *clusters* concentrados nas mesmas regiões. O Moran Map apontou no primeiro período (2010-2013), 13 municípios formando três *clusters* do tipo alto-alto (Q1), localizados no sertão, zona da mata e agreste. No segundo período (2014-2018), 13 municípios formaram quatro *clusters* do tipo alto-alto (Q1), na região do São Francisco, sertão e agreste. As maiores taxas de mortalidade infantil se concentraram nas regiões do São Francisco, agreste e sertão, onde foi possível identificar a formação de *Clusters* do tipo alto-alto indicando áreas com prioridade para intervenções de saúde.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados deste estudo permitiram conhecer a distribuição espacial da mortalidade infantil em Pernambuco, bem como identificar quais áreas são prioritárias para intervenção. A análise temporal apresentou comportamento decrescente. A maior parte dos óbitos infantis ocorreu por causas evitáveis, indicando a necessidade de planejamento de estratégias que visem uma maior atenção na assistência materno infantil, contribuindo assim para o planejamento de medidas que visem a redução da mortalidade infantil no estado.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida, à Fundação Joaquim Nabuco, especialmente ao CIEG por todo o suporte, e pela orientação, apoio e investimento da professora Cristine Vieira do Bonfim.

## REFERÊNCIAS

ARECO KC et al. Tendência secular da mortalidade infantil, componentes etários e evitabilidade no Estado de São Paulo – 1996 a 2012. *Rev Paulo Pediatr.* 2016;34 (3): 263 --- 27. Acesso 15 Set 2020. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S2359348216000361?token=33FED56E2D5BDDA321144A16BA66203FC3AB675BE2A210407C72E64C1C41D7D0B2D33685DC565CAA5D8E2617ADC674C4>

DIAS, Barbara Almeida Soares et al. Análise espacial dos óbitos infantis evitáveis no Espírito Santo, Brasil, 2006-2013\*. *Epidemiol. Serv. Saude*, VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, ano 2019, p. 1-11, 28 mar. 2019. DOI doi: 10.5123/S1679-49742019000300001. Acesso 19 Fev 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v28n3/2237-9622-ress-28-03-e2018111.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. Saúde Brasil 2019 uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças imunopreveníveis e na imunização / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 520 p. 41-43: il. Acesso 14 Abr 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2019/dezembro/05/Saude-Brasil-2019-imunizacao.pdf>

GONÇALVES, Annelise C. et al., Tendência da mortalidade neonatal na cidade de Salvador (Bahia-Brasil), 1996-2012. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, Recife, 15 (3): 337-347 jul. / set., 2015. Acesso em 13 Set 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18937/1/Artigo%20per%20nac.%20Paim.%202015.pdf>

KROPIWIEC, Maria Volpato; FRANCO, Selma Cristina; AMARAL, Augusto Randüz do. FATORES ASSOCIADOS À MORTALIDADE INFANTIL EM MUNICÍPIO COM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo , v. 35, n. 4, p. 391-398, Dec. 2017. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-05822017000400391&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822017000400391&lng=en&nrm=iso)>. access on 14 Apr. 2020. Epub Sep 21, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822017000400391&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822017000400391&script=sci_arttext)

MAIA, Lúvia Teixeira de Souza; SOUZA, Wayner Vieira de; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia. Determinantes individuais e contextuais associados à mortalidade infantil nas capitais brasileiras: uma abordagem multinível. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, e00057519, 2020 . Available from access on 01 May 2020. Epub Mar 06, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020000205012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000205012)

MILANI P, Potrich T, Pitilin EB, Zuge SS. Análise dos fatores relacionados à mortalidade infantil no município de Chapecó, Santa Catarina, 2000 a 2012. *Revista Saúde (Sta. Maria)*. 2018; 44(1):1-8. Acess 14 Abr 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/23635/pdf>

BRASIL, 2018. Ministério da saúde. Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE. Acesso em 15 Set 2020. Disponível em: <https://sage.saude.gov.br/#>

PALMEIRA, Isabella Paiva. Et al., Evolução comparativa e temporal das tendências de mortalidade por Câncer Colorretal em Sergipe e Nordeste no período de 2008 a 2018. *Braz. J. Hea. Rev.*, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 9058-9074 jul./aug.. 2020. Acesso em 21 Set 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/13712/11485>

SILVA, Valéria Andrade, et al., Desigualdades socioeconômicas: uma análise sobre os determinantes da taxa de mortalidade infantil nos municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 13, n. 1, p. 73-97, 2019. Acesso em 09 Set 2020. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/407/269>

SILVA & PAES. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL:REVISÃO INTEGRATIVA. *HOLOS*, Ano 34, Vol. 01, 2018 Acesso em 9 Set 2020. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4836/pdf>

TEIXEIRA, João Alexandre Mendes et al. Mortalidade no primeiro dia de vida: tendências, causas de óbito e evitabilidade em oito Unidades da Federação brasileira, entre 2010 e 2015. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 28, n. 1, e2018132, 2019 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-96222019000100303&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222019000100303&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 Sept. 2020. Epub Feb 18, 2019. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742019000100006>.

TAVARES, LT; Albergaria TFS; Guimarães MAP; Pedreira RBS; Junior EPP. Mortalidade infantil por causas evitáveis na Bahia, 2000-2012. **RECIIS – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. 2016 jul.-set.; 10(3) | [[www.reciis.iciict.fiocruz.br](http://www.reciis.iciict.fiocruz.br)] e-ISSN 1981-6278. Acesso em 07 Abr 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/16985/2/5.pdf>



## MAPEAMENTO DA MORTALIDADE FETAL EVITÁVEL: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS *CLUSTERS* ESPACIAIS E DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Myllena de Oliveira Silva<sup>1</sup>; Cristine Vieira do Bonfim<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Bolsista de iniciação científica da Fundaj; e-mail: myllenaoli1@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES; e-mail: cristine.bonfim@fundaj.gov.br.

**RESUMO:** Trata-se de um estudo ecológico que objetivou analisar os padrões espaciais da mortalidade fetal de acordo com a vulnerabilidade social no estado de Pernambuco, no período de 2010 a 2018. A unidade de análise foi constituída pelos municípios do estado. Realizou-se suavização da taxa de mortalidade fetal pelo método *bayesiano* empírico local. A partir das taxas suavizadas, calculou-se o índice de Moran. Para caracterizar condições de vulnerabilidade, utilizou-se o Índice de Vulnerabilidade Social. No período analisado, registrou-se no Sistema de Informações sobre Mortalidade, 14.427 mil óbitos fetais, 6.487 mil no primeiro período analisado (2010-2013), e 7.490 mil no segundo (2014-2018). A taxa de mortalidade fetal para os períodos analisados, foram de 11,46 e 11,32 óbitos fetais por 1000 nascimentos, respectivamente. Quanto ao Índice de Vulnerabilidade Social, as maiores taxas de mortalidade fetal se situaram nos estratos de muito alta vulnerabilidade social. Nos dois períodos analisados, as menores taxas foram 10,89 e 10,30 óbitos fetais por 1000 nascimentos, respectivamente, no estrato de média vulnerabilidade social. As maiores taxas foram de 13,32 e 13,10 óbitos fetais por 1000 nascimentos, respectivamente, no estrato de muito alta vulnerabilidade social. A análise da distribuição espacial da mortalidade fetal permitiu evidenciar áreas que necessitam ser priorizados nas ações de saúde materno e infantil, com o propósito de reduzir a mortalidade fetal.

**Palavras-chave:** Análise espacial; Estatísticas vitais; Indicadores sociais, Mortalidade fetal; Vulnerabilidade social;

## INTRODUÇÃO

A mortalidade fetal é um problema de saúde pública, uma vez que, a maioria dos óbitos fetais ocorrem por causas evitáveis, e apresentam taxas que reduzem em um ritmo mais lento do que o observado na mortalidade neonatal e pós-neonatal (LANW et al., 2016; SILVA et al., 2016). A taxa de mortalidade fetal é um importante indicador de saúde de uma população, é utilizada para calcular o risco de um feto nascer sem qualquer sinal de vida (CARVALHO et al., 2018). Estimou-se a ocorrência, em 2015, de 2,6 milhões óbitos fetais no mundo (BLENCOWE et al., 2016). Do total de óbitos estimados, 98% situavam-se em países de média e baixa renda (BLENCOWE et al., 2016). No Brasil, registraram-se 30.690 mil óbitos fetais em 2018 (DATASUS, 2019). Para reduzir a mortalidade fetal é importante investir em melhorias na assistência ofertada à mãe durante a gestação e o trabalho de parto (LAWN et al., 2016).

Por intermédio da análise espacial, pode-se detectar a distribuição da mortalidade fetal, favorecer o planejamento de intervenções em saúde e, o direcionamento de serviços para as áreas prioritárias (ZAHRIEH et al., 2019; TORRES et al., 2019). A análise da distribuição espacial dos óbitos fetais poderá oferecer subsídios para as ações de melhoria dos serviços de saúde materno e infantil com vistas à redução da taxa de mortalidade fetal. Os objetivos deste estudo consistem em analisar os padrões espaciais da mortalidade fetal de acordo com a vulnerabilidade social no estado de Pernambuco, no período de 2010 a 2018.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo epidemiológico do tipo ecológico, que foi realizado no estado de Pernambuco, o qual é composto por 184 municípios e um distrito estadual (Arquipélago de Fernando de Noronha). A unidade de análise foi constituída pelos 184 municípios do estado. Excluiu-se da análise o distrito de Fernando de Noronha, pois não possui municípios vizinhos próximos, uma necessidade da técnica de análise espacial empregada. A população de estudo foi constituída pelas taxas da mortalidade fetal dos municípios, no período de 2010 a 2018. Os dados sobre os óbitos fetais foram provenientes do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), e o de nascidos vivos do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) para cálculo das taxas de mortalidade. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) foi obtido do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Calculou-se a taxa de mortalidade fetal para o estado de Pernambuco e os municípios para os períodos de 2010-2013 e 2014-2018. Para a análise espacial, foram utilizadas técnicas de suavização da taxa bruta de mortalidade pelo método *bayesiano* empírico local. A partir das taxas suavizadas, foi calculado o índice de Moran para identificação de *cluster* de áreas com riscos para mortalidade fetal. Valores positivos do Índice de Moran, entre (0 e 1) indicam que existe autocorrelação espacial e

valores negativos (entre 0 e -1) expressam a ausência de autocorrelação. A identificação de áreas críticas avaliada pelo diagrama de espalhamento de Moran, possibilitou comparar o valor de cada município estudado com municípios vizinhos e exibir padrões espaciais. Os quadrantes gerados pelo diagrama permitiram classificar os municípios em quadrantes e foram representados pelo Box Map. Em seguida, elaborou-se o Moran Map, que considera as áreas que possuem relação espacial positiva, identificadas a partir do Box Map, com a significância espacial menor que 5%. Considerou-se áreas críticas os municípios pertencentes à classe Q1 (alto-alto) do Moran Map. O estudo utilizou dados de domínio público, agregados e sem possibilidade de identificação individual, dispensou-se a apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme dispõe a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.

## RESULTADOS/DISCUSSÃO

No período estudado, foi registrado no SIM 14.427 mil óbitos fetais, sendo 6.487 mil no primeiro período (2010 a 2013) e 7.490 mil no segundo período (2014 a 2018). A taxa de mortalidade fetal permaneceu estável no segundo período analisado, passando de 11,46 óbitos fetais por 1000 nascimentos, para 11,32 óbitos fetais por 1000 nascimentos no segundo período. O Índice de Moran global das taxas suavizadas para a variável mortalidade fetal, nos dois períodos analisados, foi respectivamente 0,199578 ( $p=0,01$ ) e 0,168658 ( $p=0,01$ ). Estes valores indicam a existência de dependência espacial. No Moran Map observou-se três *clusters* de municípios, situados no Q1 (alto-alto) no período de 2010-2013, distribuídos nas regionais de saúde III, IV, X e XI. No segundo período analisado, identificou-se um *cluster* (Q1), distribuído na regional de saúde XI, sendo composto por cinco municípios. A análise da distribuição espacial da mortalidade fetal no estado de Pernambuco, evidenciou uma diminuição na quantidade de *clusters* de alto risco para a mortalidade fetal, no segundo período de estudo. A redução na quantidade de *cluster* prioritários para a mortalidade fetal pode estar relacionada com melhorias na qualidade e no acesso aos serviços de saúde (CARVALHO et al., 2018).

Em relação à vulnerabilidade social, o IVS classificou 57 municípios no estrato de muito alta vulnerabilidade social. Por meio do Box Map, observa-se a presença de quatro *clusters* de maior vulnerabilidade social, localizados em sua maioria nas regionais de saúde de XI, VI, V e IX, compreendendo um total de 52 municípios. Ressalte-se que nenhum dos municípios do estado foi classificado no estrato de muito baixa e baixa vulnerabilidade social. No Moran Map, nota-se a presença de três *clusters* de municípios situados no estrato alto-alto (Q1), distribuídos nas regionais de saúde II, III, IV, V, VI, e XII, compreendendo um total de 16 municípios. Na distribuição das taxas de mortalidade fetal segundo estratos do IVS por período analisado, percebeu-se que as maiores taxas de mortalidade se situam nos estratos de muito alta vulnerabilidade social. No primeiro período, a menor taxa foi de 10,89 óbitos fetais por 1000 nascimentos, no estrato de

média vulnerabilidade social. A maior taxa de mortalidade foi de 13,32 óbitos fetais por 1000 nascimentos, no estrato de muito alta vulnerabilidade social. Para o segundo período, observou-se o mesmo padrão, com a menor taxa sendo 10,30 óbitos fetais por 1000 nascimentos, no estrato de média vulnerabilidade social, e a mais alta de 13,10 óbitos fetais por 1000 nascimentos no estrato de muito alta vulnerabilidade social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo permitiu observar a distribuição espacial da mortalidade fetal nos municípios do estado de Pernambuco, segundo os estratos de vulnerabilidade social. Identificando que as maiores taxas de mortalidade fetal estão nos maiores estratos do índice de vulnerabilidade social. E, detectando as áreas que necessitam ser priorizadas nas ações de saúde materno e infantil, podendo assim, contribuir para as políticas que visem a redução da mortalidade fetal.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por todas as coisas. Também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida, a Fundação Joaquim Nabuco por todo o suporte. Agradeço também a professora Cristine Vieira do Bonfim pela orientação e conhecimentos transmitidos durante o projeto.

## **REFERÊNCIAS**

BLENCOWE, H. et al. National, regional, and worldwide estimates of stillbirth rates in 2015, with trends from 2000: a systematic analysis. **The Lancet Global Health**, v. 4, n. 2, p. e98-e108, 2016

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal. 2009.

BRAZ, R. M. et al. Spatial dependence of malaria epidemics in municipalities of the Brazilian Amazon. São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 17, p. 615-628, 2014.

CARVALHO, T. S.; PELLANDA, L. C.; DOYE, P.. Stillbirth prevalence in Brazil: an exploration of regional differences. **Jornal de Pediatria (Versão em Português)**, v. 94, n. 2, p. 200-206, 2018.

CUNHA E SILVA, D. C. et al. Análise da relação entre a distribuição espacial das morbidades por obesidade e hipertensão arterial para o estado de São Paulo, Brasil, de 2000 a 2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1709-1719, 2014

LAWN, J. E. et al. Stillbirths: rates, risk factors, and acceleration towards 2030. **The Lancet**, v. 387, n. 10018, p. 587-603, 2016.

TORRES, R. G.; MOREIRA, V. M.; NEVES, R. A. Análise da distribuição espacial dos casos de febre amarela no estado de Goiás, 2007–2017. **Revista Brasileira Militar de Ciências**, v. 5, n. 12, 2019.

ZAHRIEH, D; OLESON, J. J.; ROMITTI, P. A. Bayesian Point Process Modeling to Quantify Geographic Regions of Excess Stillbirth Risk. **Geographical Analysis**, v. 51, n. 3, p. 381-400, 2019.



## DO PRECIOSO LÍQUIDO: O ESTATUTO DO SANGUE NAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS BRASILEIRAS

Laura Caldas Miguel<sup>1</sup>; Alexandre Zarias<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Ciências Sociais - UFPE; e-mail:lauracaldasm@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/CECIM; e-mail: alexandre.zarias@fundaj.gov.br

**RESUMO:** Analisa-se o estatuto do sangue a partir das proposições legislativas brasileiras. Para traçar uma linha do tempo da história do sangue e do percurso legislativo do sangue no Brasil, foram examinados projetos de lei (PL) e propostas de emenda à constituição (PEC) disponibilizados pelo portal eletrônico da Câmara dos Deputados. Foram computados 94 PL e 1 PEC relacionados à temática. O PL n. 2861/1980, que tratava da proibição do comércio de sangue humano e de hemoderivados destinados à transfusão no país, e o PL n. 4666/2019, que tratava da possibilidade de remissão da pena ao condenado que doasse sangue, foram analisados mais amplamente neste resumo. Concluiu-se que os PL, até o final do século XX, estão voltados principalmente para a regularização da doação não remunerada, e à criação de programas nacionais que tivessem impactos significantes no apoio à doação de sangue. Já as proposições trabalhadas a partir do século XXI são quase que inteiramente voltadas à divulgação, propaganda e formas de incentivo à doação de sangue. Foi possível, ainda, acompanhar as mudanças de pensamento, no tocante à moral e à noção de corpo e pessoa adotadas pelo direito brasileiro, quanto a este precioso líquido.

**Palavras-chave:** doação de sangue; história do sangue; sangue

## **INTRODUÇÃO**

A história legislativa do sangue, no Brasil, data de 1949, quando o deputado Lima Cavalcanti (UDN/PE) propôs o Projeto de Lei n. 216, que instituía providências de estímulo aos bancos de sangue no Brasil. Ele pretendia estimular a doação voluntária de sangue que, na época, era mais comumente comercializado no país, e tornar atraente a doação voluntária. A proposta legislativa do deputado pernambucano foi aceita e se tornou a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950. A partir daí, foi possível a criação da Política Nacional de Sangue (regulamentada apenas em 1965), e de diversas iniciativas, tanto governamentais quanto civis, pela doação não remunerada de sangue.

O objetivo geral deste trabalho é examinar o estatuto do sangue, tendo como fonte de pesquisa as propostas legislativas, aprovadas ou não, que dizem respeito à doação ou comércio de sangue e seus derivados e analisar, segundo a produção sociológica sobre o corpo, como as proposições legislativas abordam a temática “sangue e seus derivados”.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta é uma pesquisa explicativa, de base documental, que objetivou analisar as propostas de leis, aprovadas ou não, e os debates legislativos que as circundam, no que dizem respeito ao corpo e mais especificamente ao sangue e seus derivados. Durante a pesquisa, foram realizadas atividades de levantamento bibliográfico e de análise de projetos legislativos. No que se refere à coleta dos projetos de lei e das propostas de emenda à constituição, estes foram selecionados, no portal eletrônico da Câmara dos Deputados, a partir dos filtros “sangue” e “doação de sangue”.

Para analisar os projetos de lei e os projetos de emenda à constituição encontrados, foram utilizados como referencial teórico Santos, Moraes e Coelho (1992) e Junqueira, Rosenblit e Hamerschlag (2005) que tratam, de forma geral, sobre a história do sangue no Brasil e trazem considerações importantes sobre a eficiência e funcionamento de programas nacionais e estaduais de doação de sangue no país, e seu processo de comercialização à doação voluntária. Já para perspectiva das ciências sociais, mais especificamente para uma sociologia do corpo, foram utilizados como referenciais David Le Breton (2007), Alexandre Zarias (2019) e Marcos Lanna (2020), os quais contribuem para uma análise mais acurada da mudança de visão do sangue, inicialmente enquanto mercadoria e, agora, enquanto dom, tratando também da dualidade corpo-pessoa para o direito ocidental e do conceito de dádiva cunhado por Marcel Mauss.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

A partir da pesquisa realizada no banco de dados disponibilizado pelo portal eletrônico da Câmara dos Deputados, foram computados 94 (noventa e quatro) projetos de lei (PL) e 1 proposta de emenda à constituição (PEC) relacionados à doação ou ao comércio de sangue e seus derivados. Os projetos de lei analisados até a atualidade tratam dos aspectos da regularização da doação de sangue e de sua fomentação através de programas e campanhas nacionais, além de incentivos como o benefício de meia entrada, inscrição gratuita em concursos públicos, entre outros, para doadores regulares. Duas dessas proposições foram escolhidas para serem trabalhadas mais amplamente. Um deles é o Projeto de Lei n. 2861, de 05 de maio de 1980, do deputado Mário Hato (PMDB/SP), que foi anexado ao PL n. 2261/1979, proibindo o comércio de sangue humano e de hemoderivados destinados à transfusão, especificando atividades hemoterápicas que deviam integrar a Política Nacional de Sangue. O outro é o PL n. 4666/2019, do deputado Paulo Bengtson (PTB/PA), que “dispõe sobre remição de parte do tempo de execução da pena pela doação voluntária de sangue”. Ambas as proposições mostram sua relevância quando traçamos uma história legislativa do sangue no Brasil e possibilitam que se realize um amplo debate sociológico sobre o corpo. Baud afirma que as transfusões de sangue “inauguram a distribuição industrial dos produtos do corpo humano” (1993, p. 213 apud ZARIAS, CALDAS, p. 2), e este debate dá substância às reflexões do direito sobre a divisão entre corpo e pessoa. A partir do momento que podemos “separar” parte do corpo humano e dar ao próximo - por altruísmo ou remuneração financeira - e não deixamos de ser um indivíduo, para o direito brasileiro passamos a separar o corpo, organismo vivo, da pessoa que é reconhecida juridicamente.

Zarias (2019) ressalta ainda a oposição entre o dom e a mercadoria, pertinente ao debate da doação de sangue. Nesse sentido, o último argumento do deputado em defesa do PL n. 2861/1980 vai recorrer justamente à dignidade humana e ao louvor que é doar ao próximo em detrimento das doações remuneradas, incentivando campanhas que apelem ao espírito de solidariedade humana. Essa argumentação remete também a uma ideia maussaniana de que há uma obrigação moral coletiva que diz respeito a todos os membros de uma sociedade, que se voltam para tríplice obrigação de dar, receber e retribuir (SERTÃ; ALMEIDA, 2016), e que vão além das trocas puramente materiais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos realizar um apanhado histórico da doação de sangue, remunerada e não remunerada, no Brasil, desde o surgimento dos primeiros laboratórios de transfusão, na Bahia e Rio de Janeiro, até a década de 1980 e início dos anos 1990, quando o sangue

deixa de ser mercadoria. Foi possível observar que os projetos de lei, até o final do século XX, estão voltados principalmente para a regularização da doação não remunerada, e em certa medida à criação de programas nacionais que tivessem impactos significativos a nível estadual no apoio à doação de sangue.

Já as proposições trabalhadas, a partir do século XXI, são quase que inteiramente voltadas à divulgação, propaganda e formas de incentivo à doação de sangue, tanto relativa a benefícios trabalhistas, tal como o dia de folga remunerada no dia da doação, quanto a benefícios mais tocantes à relação moral da doação de sangue, tal como para o servidor público civil ou militar que têm o direito de anotação de voto de louvor em seus assentamentos funcionais mediante a doação. Foi possível acompanhar, portanto, as mudanças no estatuto do sangue ao longo dos anos e a mudança de pensamento quanto a este precioso líquido.

A pesquisa realizada poderia ainda ter desdobramentos futuros para tratar especificamente das mudanças na legislação brasileira que acompanharam o debate da doação de sangue por parte de homens homossexuais, uma discussão que perpassou diversas esferas legislativas e de movimentos sociais, e que não pode ser tratada extensivamente neste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco pela concessão da bolsa de iniciação científica. E a Alexandre Zarias pela orientação cuidadosa e pela oportunidade.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 2861/1980. Estabelece a proibição do comércio de sangue humano e de hemoderivados destinados a transfusão e determina outras providências. Brasília, 05 de maio de 1980.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 4666/2019. Dispõe sobre remição de parte do tempo de execução da pena pela doação voluntária de sangue. Brasília, 2019.

JUNQUEIRA, Pedro C.; ROSENBLIT, Jacob; HAMERSCHLAK, Nelson. História da Hemoterapia no Brasil. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.**, São José do Rio Preto, v. 27, n. 3, p. 201-207, set. 2005.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio Sobre A Dádiva. **Rev. de Sociologia e Política**. Curitiba, nº14, p. 173-194, jun. 2000.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SANTOS, Luiz A. de Castro; MORAES, Cláudia; COELHO, Vera Schattan P. Os Anos 80: A Politização do Sangue. **Rev. Physis** [online]. vol.2, n.1, pp.108-145, 1992.

SERTÃ, Ana Luísa & ALMEIDA, Sabrina. 2016. "Ensaio sobre a dádiva". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia.

ZARIAS, Alexandre; CALDAS, Laura. Do precioso líquido: o estatuto do sangue nas proposições legislativas brasileiras. Plano de Trabalho. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2019.

ZARIAS, Alexandre. A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 132-161, dez. 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222019000300132&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222019000300132&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em 15 de maio de 2020.



## O DOM DO CORPO: ASPECTOS LEGAIS DA DOAÇÃO E TRANSPORTE DE ÓRGÃOS NO BRASIL

**Anne Karolayne Sansi<sup>1</sup>; Alexandre Zarias<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Ciências Sociais (bacharelado) – DECISO/UFRPE; e-mail: kzzansi@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisador da Diretoria de Pesquisa. da Fundaj – DIPES/CECIM; e-mail: alexandre.zarias@fundaj.gov.br

**RESUMO:** Objetiva-se analisar como a doação e o transplante de órgãos são compreendidos na legislação brasileira a partir de proposições legislativas disponíveis nos sites da Câmara dos Deputados, Senado Federal Brasileiro e Supremo Tribunal Federal. O estudo foi realizado a partir de levantamento bibliográfico acerca da sociologia do corpo; foi montado um banco de dados online contendo teses, dissertações, artigos, livros, notícias e Projetos de Lei acerca da doação e transplante de órgãos, Desse conjunto, foram selecionados três Projetos de Lei para análise: PL 727/2019, PL 729/2019, e PL 137/2020 — os dois primeiros dispondendo sobre a doação compulsória de órgãos, e o último propondo alteração no art. 4 da lei 9.434 de 04 de fevereiro de 1997, que regula a doação e o transplante de órgãos no Brasil. Conclui-se que a cronologia da legislação brasileira no tocante à doação e transplante de órgãos oferece elementos importantes para que possamos compreender a complexidade do tema proposto pois o estatuto do corpo é fluído e varia de acordo com o contexto histórico-social. A carga moral presente nas discussões acerca desse procedimento traz à tona uma das suas principais fronteiras: a separação entre pessoa e corpo.

**Palavras-chave:** Brasil; doação de órgãos; transplante; legislativo.

## **INTRODUÇÃO**

Neste resumo expandido, examina-se o estatuto do corpo, por meio dos projetos de lei acerca da doação e transplante de órgãos no Brasil. Atualmente, a doação de órgãos é regulada pela Lei n. 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe “sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências”. Porém, a doação e o transplante seguem sendo objeto de debates legislativos que colocam em questão o estatuto do corpo na ordem legal brasileira.

Assim, examina-se o estatuto do corpo por meio dos projetos de leis acerca da doação e transplante de órgãos no Brasil, ao identificar propostas legislativas e decisões judiciais superiores acerca da doação e transplante de órgãos nos sites da Câmara dos Deputados, Senado Federal Brasileiro e Supremo Tribunal Federal; contextualizando as proposições legislativas sobre doação e transplante de órgãos e analisando, segundo a produção sociológica sobre o corpo, como estas abordam a doação e transplante de órgãos no Brasil.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de um estudo exploratório que utiliza como ferramenta o levantamento bibliográfico acerca da sociologia do corpo, especialmente no que diz respeito à doação e transplante de órgãos no Brasil. Também se vale da coleta, análise e sistematização de informações a respeito da doação e transplante de órgãos no Brasil. Foi montado um banco de dados online contendo teses, dissertações, artigos, livros, notícias e Projetos de Lei acerca da doação e transplante de órgãos. Foram reunidos e analisados cento e dois Projetos de Lei, disponíveis nos sites da Câmara dos Deputados e Senado Federal Brasileiro, de um período que compreende de 1982 ao primeiro semestre de 2020. Destes, três foram selecionados para exemplificar os limites do estatuto do corpo na legislação brasileira: PL 727/2019 e PL 729/2019, ambos de autoria deputado Daniel Silveira (PSL/RJ) e o PL 137/2020 de autoria do deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS). Os dois primeiros encontram-se arquivados por ferirem princípios constitucionais e o último encontra-se atualmente em processo de tramitação. Para analisar os PL escolhidos, seguindo uma abordagem sociológica, utilizamos como aporte teórico textos dos autores: David Le Breton (2012), Alexandre Zarias (2019), Philippe Steiner (2004) e Jandir Pauli (2019).

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

As discussões acerca da doação e transplante de órgãos, tanto no âmbito legislativo quanto civil, assumem diferentes perspectivas e demonstram como divergem as percepções acerca dos limites que permeiam o estatuto do corpo. É sabido que o

sistema de saúde enfrenta a penúria que é ter mais gente precisando de órgãos do que doadores disponíveis e o déficit na cadeia de doação, além de inspirar propostas mercantis, também serve de mote para que deputados proponham leis “que ultrapassam os limites constitucionais, impondo uma ruptura entre noções de pessoa e corpo” (ZARIAS, 2019, p.148), como é o caso dos Projetos de Lei 727/2019 e 729/2019 – ambos apresentados pelo deputado Daniel Silveira (PSL/RJ) e arquivados na Câmara por inconstitucionalidade, que partem de uma lógica que despessoaliza o corpo, o coisifica e o trata como objeto e mercadoria. Tanto o PL 727/2019, quanto PL 729/2019 estabelece que seja feita a “cessão compulsória de órgãos” daqueles que sofrerem morte encefálica em decorrência de confronto com agentes públicos de segurança ou “por resultado de ação criminosa”. A expressão “doação compulsória de órgãos” é em si mesma um contrassenso, segundo Zarias (2019, p.148), pois legalmente “o ato de doar é voluntário e livre de qualquer obrigação”.

No Brasil, a cadeia de doação e transplante é regulada pela Lei nº 9.434 de 04 de fevereiro de 1997, posteriormente alterada em seu art. 4 pela Medida Provisória nº1.718/98, que exigia a autorização dos familiares para retirada dos órgãos. Tal medida tornou-se a Lei nº 10.211 de 23 de março de 2001, segundo a qual é necessária a autorização de cônjuge ou parente, maior de idade, para a retirada dos órgãos da pessoa falecida. Sendo assim, a vontade da família se sobrepõe a do indivíduo. Em decorrência disso, surgem propostas como o PL 137/2020 do deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS) que “determina a prevalência da manifestação de vontade escrita da pessoa falecida acerca da doação de seus órgãos.”. Entretanto, o consentimento é uma das questões mais complexas quando se trata de doação e transplante de órgãos pois mesmo quando a lei se baseia na noção de autonomia da vontade do sujeito ou do consentimento presumido, as equipes médicas continuam solicitando o consentimento da família, ainda que não seja mais legalmente necessário fazê-lo: “tal a força do direito da família quanto ao futuro do corpo no momento do falecimento” (STEINER, 2004, p.118).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com esse estudo foi possível perceber que o estatuto do corpo é fluído e varia de acordo com o contexto histórico-social. A carga moral presente nas discussões acerca de qualquer tema envolvendo o corpo traz à tona uma das, senão sua principal fronteira, que é a separação entre pessoa e corpo: “a pessoa é o corpo; o corpo é a pessoa” (ZARIAS, 2019, p. 157), exceto quando esse corpo é visto em suas partes, quando isso ocorre, a noção de pessoa se distancia da de corpo e novas fronteiras se revelam.

## AGRADECIMENTOS

Expresso aqui meus agradecimentos ao CNPq, à Fundação Joaquim Nabuco e ao professor Alexandre Zarias pela oportunidade que me foi dada de participar dessa pesquisa e por todo o aprendizado adquirido.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 9.434. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fim de transplante e tratamento, e dá outras providências. Brasília, 04 de fevereiro de 1997.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 137. Determina a prevalência da manifestação de vontade escrita de pessoa falecida acerca da doação de seus órgãos. Brasília, 05 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 727. Estabelece a cessão compulsória de órgãos e tecidos, células e partes do corpo humano para transplante ou enxerto, oriundos de agente que em prática de conduta delituosa em confronto com agentes públicos de segurança tenha como resultado final a morte encefálica. Brasília, 13 de fevereiro de 2019a

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 729. Disciplina a cessão compulsória de órgãos, no caso em que o cadáver apresenta indícios de morte por resultado de ação criminosa. Brasília, 13 de fevereiro de 2019b

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei. n. 10.211. Altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento". Brasília, 23 de março de 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Medida Provisória 1.718. Acresce parágrafo ao art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Brasília, 6 de outubro de 1998.

STEINER, Philipe. A doação de órgãos: a lei, o mercado e as famílias. **Tempo Social - revista de sociologia da USP**, vol.16, n.2, p. 101 - 128. 2004.

ZARIAS, Alexandre. A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 132-161, Dezembro, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517,45222019000300132&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517,45222019000300132&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Março 2020. Epub Dec 09, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-95512>.



## MUITO ALÉM DO ÚTERO: A GRAVIDEZ POR SUBSTITUIÇÃO NAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Júlia de Melo Mendonça Vasconcelos<sup>1</sup>; Allan Rodrigo Arantes Monteiro<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Direito- UNICAP; e-mail: juliademelo1103@gmail.com

<sup>2</sup>Pesquisador do Centro de Estudos da História Brasileira (Cehibra/MECA) da Fundaj; e-mail: allan.monteiro@fundaj.gov.br

**RESUMO:** O objetivo desse estudo foi analisar as proposições legislativas disponíveis do site da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/>), acerca da gravidez por substituição no Brasil e os contextos sociais em que as propostas foram feitas. Partindo de um estudo sobre o corpo, através de um levantamento bibliográfico, entendeu-se como o corpo é entendido na cultura popular, para então fazer uma observação de 32 Projetos de Lei (PLs) e Propostas de Emenda Constitucional (PECs) acerca do tema, com uma abordagem qualitativa. Dentre esses, foram selecionados 3 PLs para serem analisadas com mais afinco - Projeto de Lei nº 1737 de 1991, do Deputado Osmânio Pereira; O Projeto de Lei nº 4664 de 2001, do Deputado Lamartine Posella; e o Projeto de Lei 7880 de 2017, do Deputado Carlos Bezerra -. Observando assim que as justificativas dos projetos estão sempre ligadas a eventos marcantes que estavam acontecendo (como a novela “Barriga de Aluguel” ou descobertas científicas ressesentes). Conclui-se destacando que as propostas sempre geram um debate ético, legal e moral; apesar da urgência da implantação de uma legislação sobre o tema.

**Palavras-chave:** Brasil; gravidez por substituição; legislativo; mãe.

## **INTRODUÇÃO**

Atualmente no Brasil não existe uma lei que regule a cessão temporária do útero. O procedimento é delimitado pela Resolução n. 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que dispõe que o procedimento pode ser utilizado “desde que exista probabilidade de sucesso e não se incorra em risco grave de saúde para o(a) paciente ou o possível descendente”, podendo ceder temporariamente o útero a mulher que pertencer à família de um dos parceiros em parentesco consanguíneo até o quarto grau: primeiro grau, mãe/filha; segundo grau, avó/irmã; terceiro grau, tia/sobrinha; e quarto grau, prima.

Assim, para entender as dificuldades de se aprovar uma legislação, viu-se a necessidade de fazer um estudo sobre perspectiva sociológica e antropológica, a partir do campo de pesquisa “Imagínarios sociais do corpo” tal como descrito por Le Breton, através das representações dos valores ligados à corporeidade, pois a expressão corporal é moldada pela sociedade em que foi inserida, na qual apenas os símbolos aprendidos fazem sentido.

O objetivo desse estudo foi examinar o corpo por meio dos projetos de lei acerca da gravidez por substituição no Brasil, por meio da: identificação de propostas legislativas e decisões judiciais superiores acerca da gravidez por substituição nos sites da Câmara dos Deputados, Senado Federal Brasileiro e Supremo Tribunal Federal; contextualização das proposições legislativas sobre a gravidez por substituição no Brasil; e análise das proposições legislativas que abordam a gravidez por substituição.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa fez uso de um estudo exploratório com abordagem qualitativa, que se valeu de uma bibliografia sobre a sociologia do corpo, e principalmente a respeito da gravidez por substituição no Brasil. Além disso, no site da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/>), fez-se uma coleta e análise de 32 Projetos de Lei (PLs) e Propostas de Emenda Constitucional (PECs) que abordam o tema da cessão temporária de útero

Dentre esses, foram selecionados três Projetos de Lei para serem analisados de forma mais aprofundada. O Projeto de Lei nº 1737 de 1991, do Deputado Osmânio Pereira (filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira – MG), que visava proibir o procedimento; o Projeto de Lei nº 4664 de 2001, do Deputado Lamartine Posella (filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que procurou proibir o descarte de embriões humanos fertilizados "in vitro" e determinar a responsabilidade sobre os mesmos; e o Projeto de Lei 7880 de 2017, do Deputado Carlos Bezerra (filiado ao

Movimento Democrático Brasileiro – MT) que tem como intuito tornar legal a gravidez por substituição no Brasil. Para um estudo mais completo sobre o que acontecia socialmente na época em que as propostas foram feitas, buscando compreender como o corpo é entendido, usou-se como referencial teórico obras de autores como David Le Breton (2017), Naara Luna (2002), Marilyn Strathern (2014) e Vítor Sérgio Ferreira (2013).

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

As discussões sobre gravidez por substituição estão intimamente ligadas a como a simbologia de maternidade e gênero foi construída ao longo do tempo e sua relação com o que seria natural e cultural. “O procedimento da gestação substituta pode ser mais propenso a conflitos, pois há uma polarização entre dois tipos de maternidade visíveis: a gestacional e da mãe (genética) idealizadora da gravidez.” (LUNA, 2002). A definição de quem é a “mãe de verdade” ainda é muito discutida socialmente, fazendo o debate girar em torno de como definir quem tem direito de ser reconhecida como mãe da(s) criança(s) gerada(s) e quais são os critérios que devem ser adotados para essa definição.

No campo legislativo as discussões sobre cessão temporária de útero acontecem desde 1991, trazendo outra questão forte além da definição de quem é a mãe. É interessante observar, por exemplo, no Projeto de Lei nº 1737, de 1991 (do deputado Osmânio Pereira) que a intenção era tornar ilícitas as ações médicas que proporcionariam a disposição do próprio corpo (senão para proteger a saúde de uma pessoa) trazendo na justificativa do projeto a ameaça social decorrente de avanços científicos. O parágrafo começa com o argumento de que o campo científico da genética está se desenvolvendo muito e que é perigoso que em algum momento os homens sejam capazes de modificar ou escolher características de outros.

Ainda hoje não temos uma lei brasileira que regule o assunto. Mas através da Resolução nº 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina, existe uma delimitação não só dos procedimentos legais a serem tomados para que a prática possa ocorrer – para que um médico faça uso da reprodução assistida, é preciso explicar de forma detalhada a técnica e os resultados que podem ser obtidos; um documento de consentimento livre e esclarecido deve ser assinado por todas as pessoas envolvidas e as doações não podem ter caráter lucrativo e os doadores não podem conhecer a identidade dos receptores e vice-versa – como também as limitações biológicas – a idade máxima para uma mulher fazer uso das técnicas de reprodução assistida é de 50 anos, e as técnicas não podem ser usadas para escolher o sexo biológico do bebê ou outra característica –, visando garantir a saúde da mulher e dos descendentes que serão gerados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com esse estudo foi possível notar como os longos debates envolvendo o tema “gravidez por substituição” atravessam de diversas formas o espaço acadêmico. É perceptível que após vinte e seis anos (período que inclui as proposições legislativas analisadas neste trabalho) as preocupações que afligem a sociedade já não são mais as mesmas. Os avanços das ciências naturais desmistificaram mitos sobre super-humanos produzidos em laboratório, trazendo à tona certa segurança em torno de procedimentos como a reprodução assistida. Apesar disso, a sociedade ainda tem dificuldade de entrar em um acordo sobre o assunto, gerando não só mais debates técnicos e biológicos, como também éticos e legais.

## **AGRADECIMENTOS**

Deixo expresso aqui meus agradecimentos ao CNPq, à Fundação Joaquim Nabuco e aos professores Allan Monteiro e Alexandre Zarias pela oportunidade que me foi dada de participar dessa pesquisa e por toda paciência em conduzir a pesquisa proporcionando o aprendizado adquirido.

## **REFERÊNCIAS**

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LUNA, Naara. Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos. Cad. Pagu, Campinas, n. 19, p. 233-278, 2002.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico e outros ensaios. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, p. 467-484, 2014.

FERREIRA, Vítor Sérgio. Resgates sociológicos do corpo: Esboço de um percurso conceptual. Análise Social, v. 208, n. 3, p. 2182-2999, 2013

<http://www.cremepe.org.br/2007/09/19/primeiro-caso-no-brasil-ocorreu-em-minas-gerais/>



## A EUTANÁSIA E OS LIMITES DA VIDA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Jennifer Ferreira da Silva<sup>1</sup>; Alexandre Zarias<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de História- CFCH/UFPE; e-mail: jennisjanis@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/CECIM; e-mail: [alexandre.zarias@fundaj.gov.br](mailto:alexandre.zarias@fundaj.gov.br)

**RESUMO:** Objetiva-se mostrar de que forma as discussões e reflexões sobre a eutanásia podem nos ajudar a compreender o estatuto do corpo. Assim, temos por objetivo identificar, contextualizar e analisar as propostas legislativas e as decisões judiciais superiores sobre a eutanásia, suicídio assistido e ortotanásia. Para isso, selecionamos dois projetos de lei o n. 4662/1981, do deputado federal Inocêncio Oliveira (PSD-PE), e n. 999/1995, do deputado federal Osmânio Pereira (PSDB-MG), além do caso de Jhéc Breener que foi publicizado, no jornal Folha de S. Paulo e no site do Centro de Bioética do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) para entender, a partir desses exemplos, como esses debates se inserem dentro dos questionamentos acerca da vida e os seus limites. Observamos que as discussões sobre a eutanásia assumem diferentes significados ao longo do processo legislativo brasileiro, opondo propostas a favor e contra o procedimento. Trata-se de uma questão que interroga os limites da vida, constituindo-se um campo de debates no qual se confrontam discursos do senso-comum, médicos, éticos, jurídicos e religiosos.

**Palavras-chave:** Brasil; eutanásia; legislativo; ortotanásia.

## **INTRODUÇÃO**

Neste resumo expandido, discute-se questões sobre a ordem pública do corpo, mais especificamente, a partir do procedimento de eutanásia. A eutanásia significa boa morte (eu = bom/boa; thánatos = morte). Refere-se ao ato de provocar a morte sem sofrimento do paciente desde que seja a seu pedido. Na ortotanásia, há a limitação ou suspensão de procedimentos que prolongam a vida de pacientes em casos terminais, sem chance de cura. (FÉLIX et. al., 2013).

No Brasil, por exemplo, a eutanásia é considerada crime. Porém, segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM, resoluções n. 1.805/06 e n. 1.995/2012), permite-se a ortotanásia como forma de garantir mais autonomia para os sujeitos que se encontram na fase final de suas vidas.

Utiliza-se como documentação projetos de lei disponíveis no site da Câmara dos Deputados e do Senado Federal Brasileiro, no período que compreende os anos de 1946 a 2020, e o caso de Jhéck Breener de Oliveira, cujo estado de saúde, de natureza vegetativa, levantou questões acerca da utilização de equipamentos para estender sua vida trazendo como debate a eutanásia que estava sendo pedida pelo pai da criança, mas que ia de desencontro à perspectiva da mãe quanto a essa possibilidade.

A eutanásia, o suicídio assistido e a ortotanásia têm sido alvos de debates e polêmicas na medicina, religião, no âmbito jurídico e pela sociedade civil, pois suas práticas desafiam os limites da autonomia e liberdade dos sujeitos, bem como a compreensão destes acerca da vida, o seu valor, além da morte.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa que utiliza como ferramenta o levantamento bibliográfico acerca da sociologia do corpo, principalmente no que diz respeito à eutanásia, suicídio assistido e ortotanásia. Foram reunidas e analisadas duas reportagens (no jornal Folha de S. Paulo e no site do Centro de Bioética do Cremesp) sobre o caso de Jhéck Breener de Oliveira, além de projetos de lei, por meio do site da Câmara dos Deputados e Senado Federal Brasileiro, no período de 1946 a 2020. No total, foram encontrados 12 projetos de lei sobre a eutanásia, suicídio assistido e ortotanásia. Desse conjunto, aqui se discutem dois projetos de lei, o PL n. 4662/1981, do deputado federal Inocêncio Oliveira (PDS-PE), e o PL n. 999/1995, do deputado federal Osmânio Pereira (PSDB-MG), os quais ilustram os argumentos contra e a favor da eutanásia presentes no caso de Jhéck Breener. Assim, de maneira específica, é possível apreender as discussões sobre as diferentes ideias acerca do corpo, seu estatuto e limites. Para a análise desses projetos, foram utilizados como referenciais

teóricos os autores: James Rachels (1986), Michel Foucault (1979), Ronald Dworkin (2003), David Le Breton (2007), Vítor S. Ferreira (2013) e Alexandre Zarias (2019), que vêm contribuindo com reflexões acerca do corpo e da eutanásia e suas implicações nos âmbitos sociais, culturais, políticos e econômicos.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

As discussões sobre a eutanásia assumem diferentes perspectivas dentro do legislativo e na vida cotidiana. O número de projetos de lei, embora não tão extensos, somando-se apenas em 12, nos ajudaram a conseguir contextualizar e refletir sobre os diferentes caminhos argumentativos sobre o tema da eutanásia e sua relevância social. A partir de uma perspectiva médica, observa-se a influência, por exemplo, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que atua diretamente nesses temas. Como exemplo, temos as Resoluções n. 1.805/06 e n. 1.995/12 que permitem ao médico o desligamento dos aparelhos de pacientes que se encontram em estado vegetativo persistente.

Ainda sobre as fontes, percebe-se que o caso de Jhéck Breener nos ajuda a aprofundar alguns pontos acerca da autonomia e beneficência de pacientes que se encontram em estado vegetativo. Todavia, a bibliografia não nos permitiu aprofundar determinadas problemáticas, especialmente aquelas sobre os direitos de crianças e adolescentes que se encontram em estado vegetativo. É importante salientar que o tema da eutanásia nos permite ampliar os horizontes acerca dos discursos referentes à vida e seu valor. Além disso, as indagações não se limitam apenas à eutanásia. Podemos observar que os dilemas sobre a ortotanásia podem nos ajudar a aprofundar as ponderações sobre a eutanásia a partir dos projetos de lei que estão em tramitação na Câmara e no Senado que servem como uma base relevante e pertinente a esta discussão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As percepções acerca da vida, morte e o valor que a estes é incorporado foi visto através do caso de Jhéck Brenner, em que o pai defendia a ideia da eutanásia, pois para este o filho estava vivo a partir da experiência ativa na realidade. Condição esta que não se configurava para o pai a partir do momento em que o seu filho estava condicionado a uma cama, em um hospital, sem possibilidade de retorno da consciência.

Já para a mãe de Jhéck, não importava o estado em que seu filho se encontrava, pois esta atestava ser a favor da vida. Ver Jhéck respirando, embora com a ajuda de aparelhos, e com a expectativa da possibilidade de que o filho pudesse sair do estado vegetativo, por meio do avanço tecnológico da ciência, era sua garantia para que Jhéck não se submetesse ao procedimento da eutanásia.

Ademais, nos projetos de lei apresentados, os legisladores apresentavam ideias contrárias à prática da eutanásia. Vimos o argumento do deputado Inocêncio Oliveira, em que para este a prática da eutanásia serviria como suporte para provocar menos problemas aos familiares e pacientes que estariam vivenciando esse processo.

Como opinião contrária à eutanásia, o deputado Osmânio Pereira defende a ideia de que a eutanásia seria usada apenas como forma de condicionar pacientes fragilizados a tomarem uma decisão, como forma de não trazer problemas ou transtornos para as pessoas envolvidas nesses processos, sejam familiares, amigos, entre outros.

Assim, a partir do que foi exposto, podemos perceber de que maneira as ideias sobre o estatuto do corpo, a partir da eutanásia, têm sido apresentadas na legislação brasileira e na vida cotidiana. Vimos, assim, que existem pessoas que são contra e a favor da eutanásia. As primeiras revelam um posicionamento em que a vida (*zoe*) possui um valor intrínseco e sagrado que deve ser preservado por essa significação que a ela – ao corpo – é incorporado. A segunda refere-se às pessoas que são a favor da prática da eutanásia, também pensando na vida (*bios*) a partir do seu valor intrínseco e sagrado, porém atrelada à ideia de preservação sobre suas concepções e ideias acerca de suas vidas enquanto biografia.

Além disso, atualmente, existem outros projetos de lei como o de n. 6715/2009, de autoria do Senador Federal Gerson Camata (PMDB-ES), e os projetos que a este foram apensados, o PL n. 3002/2008, do deputado federal Hugo Leal (PSC-RJ); o PL n. 5008/2009 e o PL n. 6544/2009, do deputado federal Dr. Talmir (PV-SP) e o PL n. 352/2019, do deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP), mostrando-nos que as discussões não se limitam somente à eutanásia, mas também a propostas acerca da ortotanásia que podem surgir como possibilidades de futuros temas de pesquisa a fim de compreender de maneira mais complexa até onde essas ideias estão.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e ao pesquisador Alexandre Zarias pela oportunidade de realizar minha pesquisa de iniciação científica.

## **REFERÊNCIAS**

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM – Brasil). Código de ética médica. Resolução n. 1.805/2006. Brasília: Tablóide, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM – Brasil). Código de ética médica. Resolução n. 1.995/2012. Brasília: Tablóide, 2012.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

FÉLIX, Zirleide C. F.; COSTA, Solange. F. G.; ALVES, Adriana. M. P. L.; ANDRADE, Cristiane. G.; DUARTE, Marcela. C. S.; BRITO, Fabiana.M.. Eutanásia, distanásia e ortotanásia: revisão integrativa da literatura. **Ciências & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 9, p. 2733-2746, set. 2013.

FERREIRA, Vítor S. Resgates sociológicos do corpo esboço de um percurso conceptual. **Análise Social**, v. 209, n. 48, p. 494-528, 2013.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.

PAI PEDE EUTANÁSIA. **Centro de Bioética do Cremesp**, São Paulo, 05 de setembro de 2005.

RACHELS, James. **The end of life: the morality of euthanasia**. New York, NY: Oxford University Press, 1986.

TOLEDO, Marcelo. Pai vai pedir à Justiça a eutanásia do filho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 de agosto de 2005.

ZARIAS, Alexandre. A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 132-161, Dez. 2019.



## O ESTATUTO DO EMBRIÃO E A QUESTÃO DO ABORTO NAS PROPOSTAS LEGISLATIVAS BRASILEIRAS

Gabriella Soares do Nascimento<sup>1</sup>; Alexandre Zarias<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de História CTCH/UNICAP; e-mail: gabrielasoesnj@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/CECIM; e-mail: [alexandre.zarias@fundaj.gov.br](mailto:alexandre.zarias@fundaj.gov.br)

**RESUMO:** Objetiva-se examinar a ordem pública do corpo a partir da questão do aborto, por meio das propostas legislativas brasileiras, no contexto de reabertura política no fim do século XX. Discute-se, assim, os discursos presentes nas proposições sobre o aborto, a disputa dos grupos políticos interessados no tema e as formas de representatividade sobre o estatuto do corpo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de base documental e exploratória, cujas fontes são o acervo digital dos sites oficiais da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Supremo Tribunal Federal. Foram analisados quatro Projetos de Lei referentes ao tema, os quais se dividem em dois contra o aborto, PL 2118/1996, de Wilson Passos Leite (PPR-RJ) e o PL 8516/1986, de Francisco Dias (PMDB-RJ), e os outros dois à favor da descriminalização ou legalização: o PL 1134/1991, de Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT-MG), e o PL 590/1983 de Cristina Tavares (PMDB-PE). Compreende-se, assim, que o aborto ocupa um lugar importante nas perspectivas que concebem o corpo como signo das relações sociais, uma vez que a dimensão política do tema abarca reflexões em torno de discursos políticos, médicos, religiosos e sociais.

**Palavras-chave:** aborto; Brasil; estatuto do corpo; legislativo.

## **INTRODUÇÃO**

Objetiva-se compreender as representações discursivas acerca da questão do aborto no Parlamento brasileiro. No Brasil, o Decreto-lei n.2.848/1940 reconhece o aborto do tipo provocado como crime prescrito nos artigos 124 ao 127. Atualmente, a legislação concede três permissivas legais previstas no Art.128, que autoriza o aborto terapêutico realizado por médicos nas circunstâncias de violência sexual ou quando a gravidez apresenta risco de vida à gestante. Recentemente, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.54 do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2012, autorizou o aborto para gestantes cujos fetos sejam anencéfalos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o aborto inseguro ocorre quando o procedimento não é acompanhado por profissionais da saúde, feitos por pessoas sem habilidade técnica para execução e uso de medicamentos. Anualmente, registra-se cerca de 55 milhões de abortos feitos, em escala global, sendo 45% clandestinos. No contexto brasileiro, os dados sobre o aborto são calculados a partir do número de internações fornecidos pelo Sistema de Saúde Única (SUS). Segundo Diniz e Medeiros (2010), estima-se que 1 a cada 5 mulheres já realizaram o aborto no país. São as mulheres de classe econômica menos favorável, de baixa escolaridade, e em grande maioria, negras e pardas, que mais utilizam o sistema público em casos de complicações.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de base exploratória e documental, que utiliza os projetos de lei disponíveis no acervo digital de uso público nos sites oficiais da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Supremo Tribunal Federal. Como fundamentação teórica, recorreremos aos estudos que concebem o corpo como signo de relações sociais: Alexandre Zarias (2019), David Le Breton (2007), Vítor Sérgio Ferreira (2013), Ronald Dworkin (2003), Flávia Biroli (2014) e Maria Isabel da Rocha Baltar (1996).

Foram analisadas quatro propostas legislativas: duas a favor e duas contra o aborto. Os Projetos de Lei da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), PL 590/1983, e o PL 1135/1991 de Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT-MG), pretendiam a alteração dos Artigos 124 e 128 do Código Penal, flexibilizando as regras que permitem o aborto. Já os Projetos de lei, de Wilson Passos Leite (PPR-RJ) PL 2118/1996, e o PL 8516/1986 de Francisco Dias (PMDB-PE), visam restrição ao acesso ao aborto legal.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Ronald Dworkin (2003) compreende que o tema do aborto, nas principais instâncias de discussão legislativa dos países ocidentais, carrega inúmeras posições e significados para aqueles que se colocam tanto a favor quanto contra. Isso porque, para além da força política do debate, há um sentido filosófico na disputa que recai sobre os valores que nós ocidentais atribuímos a determinadas coisas ou objetos. Entre esses valores: a vida. As pessoas consideram a vida sagrada de diferentes formas e perspectivas. Esse pode ser um elo entre os grupos pró e contra o aborto, a vida é valiosa e, portanto, deve ser preservada. Seja no que está por vir ou no que já se faz presente em matéria.

No entanto, o ponto de conciliação de ambas as partes não é tão fácil, já que os discursos carregam valores morais derivados de crenças religiosas e motivações políticas pela busca da liberdade e autonomia. Ainda, pode-se afirmar que o aborto instiga uma compreensão das estruturas de poder que foram, historicamente, estabelecidas e se imprimem na regulamentação dos corpos dos sujeitos femininos. Entre as narrativas, o corpo tem sido constantemente disputado, seja para colocá-lo enquanto um organismo que deve por natureza conceber a reprodução, independente das circunstâncias, ou para acentuar o poder de decisão que esse corpo pode traçar.

Um dos períodos mais efervescentes do debate foi durante a reabertura política brasileira iniciada em meados da década de 1980. Com os anseios pela construção da Constituição de 1988, e a retomada das agendas dos movimentos sociais progressistas, o aborto apresentou-se como pauta fundamental para discussão de direitos e justiça social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Das cinco legislaturas analisadas (1980-2000), foram recolhidas 50 proposições legislativas que traziam o aborto como tema. Tal resultado sublinha a importância política da discussão. Isso nos ajudou a refletir como o corpo se insere nas narrativas dos parlamentares e os grupos políticos. Uns acreditam que o valor intrínseco da vida não pode ser violado, não importando as circunstâncias. Outros compreendem que é necessário encarar o aborto como debate público, designando ao Estado a alteração da legislação, adequando-a segundo os avanços científicos. Assim, atuam a favor da regulamentação jurídica do aborto. Outra parte direciona o debate como tema urgente de saúde pública, defendem que o aborto deve ser um procedimento feito por uma equipe médica com respaldo do Estado. E, também, há os que defendem os princípios da autonomia individual e liberdade.

Atualmente, a polêmica continua tanto no legislativo quanto no debate público. No parlamento, Projetos como o Estatuto do Nascituro de n.470/2007 procuram atribuir ao nascituro a personalidade civil desde a concepção. Em tramitação, há também o PL 2848/2019, de Chris Tonietto (PSL-RJ) e Filipe Barros (PSL-PR), que dialoga com o Estatuto e propõe a revisão do Artigo 128, tornando o aborto um crime independentemente das circunstâncias.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco e ao pesquisador Alexandre Zarias pela oportunidade de crescimento como estudante e profissional.

## **REFERÊNCIAS**

BALTAR, Maria Isabel. “A questão do aborto no Brasil: o debate no Congresso”. **Revista Estudos Feministas**, IFCS/UFRJ, n. 2, p. 381-398, 1996.

BARSTED, Leila A.L. Legalização e descriminalização:10 anos de luta feminista. **Revista Estudos Feministas**, vol.0, nº. 09. São Paulo, 1992.

BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate sobre o aborto: implicações teóricas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº15. Brasília, setembro - dezembro de 2014, pp. 37-68.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valéria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.36, supl.1, e00188718, 2020

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência & Saúde Coletiva** nº15, Rio de Janeiro, ABRASCO, 2010, pag. 959-965).

DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

FERREIRA, Vítor S. Resgates sociológicos do corpo esboço de um percurso conceptual. **Análise Social**, v. 209, n. 48, p. 494-528, 2013.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ZARIAS, Alexandre. A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 132-161, Dez. 2019.



## DO PERCEBER AO CONSTRUIR: COMO A EXPERIÊNCIA DA CIDADE ATRAVÉS DO CINEMA CATALISOU UM ENGAJAMENTO AO URBANISMO NO RECIFE

**Bárbara Cristina dos Santos Lino<sup>1</sup>; Cristiano Felipe Borba do Nascimento<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Ciências Sociais - UFPE; e-mail: [barbara.lino@ufpe.br](mailto:barbara.lino@ufpe.br),

<sup>2</sup>Analista em Ciência e Tecnologia da Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte - Fundaj; e-mail: cristiano.borba@fundaj.gov.br.

**RESUMO:** Enquanto dado visual e documento histórico, bem como enquanto narrativa e linguagem, o audiovisual tem se destacado como mídia, como plataforma de comunicação social e cultural na sociedade contemporânea, bem como produzido narrativas e reflexões acerca de questões urbanas. Ainda, por sua reprodutibilidade, tem sido instrumentalizado em processos participativos para discussão e planejamento das cidades, conforme observado no caso da cidade do Recife (LINO, 2016; NASCIMENTO et al, 2013) pela pesquisa a qual este trabalho está filiado. Por conta disso, o estudo tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica no escopo da sociologia visual, da psicologia social e da antropologia contemporânea como meio identificar um referencial teórico aplicável ao entendimento da relação entre cinema e engajamento dos sujeitos. Os conteúdos identificados na bibliografia selecionada foram levantados por área, indicando os principais pontos de interesse com a investigação proposta, percebendo-se uma gradativa aproximação com o tema da mídia do cinema no sentido de significá-lo enquanto agente socializador e potencial produtor de engajamento social. Por fim, a partir de uma interpretação baseada na teoria da educação da percepção, a qual envolve o corpo como aparato de aprendizado e de memória (INGOLD, 2015), faz-se uma discussão destacando quais os conceitos mais fortes e recorrentes dentre os autores lidos e analisados e como e por que podem ser aplicados como referencial teórico à pesquisa.

**Palavras-chave:** cidade; cinema; engajamento cidadão; sociologia visual; educação da percepção.

## **INTRODUÇÃO**

Partindo do entendimento do cinema enquanto experiência socializadora e enquanto representação narrativa capaz de influenciar e catalisar o engajamento cidadão, bem como tomando como base lógica de investigação a fenomenologia, a presente pesquisa apresenta um mapeamento da presença de conteúdos pertinentes ao estudo do cinema – enquanto experiência temporal, espacial, social e de efeito multiplicativo – em literatura selecionada de áreas como a psicologia social, a sociologia visual, a teoria urbanística, a filosofia e a antropologia contemporânea.

Dessa forma, procura-se contribuir para o entendimento teórico da experiência do cinema e da produção cinematográfica como potencial influenciador do movimento de engajamento social nas temáticas que aborda, em especial aqui as temáticas do engajamento cidadão, do planejamento urbano e do direito à cidade. Pensando nesse engajamento inter-relacionado, no que se refere a realizadores audiovisuais e técnicos do urbanismo, em especial considerando o uso da ferramenta do vídeo como infraestrutura atuante no processo de engajamento social em torno do movimento coletivo pelo direito à cidade, o presente trabalho buscou investigar no escopo bibliográfico teorias a respeito do tema da experiência, da percepção e da vinculação emocional, mobilizando argumentos para pensar o processo de engajamento relacionado à experiência do cinema.

Para tanto, parte de uma interpretação baseada na teoria da educação da percepção (INGOLD, 2015), a qual envolve o corpo como aparato de aprendizado e de memória, além de tratar dos temas da percepção ambiental e do engajamento a partir da percepção ativa do habitar o mundo junto a seus elementos, o que se relaciona diretamente com os temas do cinema e do espaço urbano e do engajamento cidadão, inserindo a investigação no atual debate da antropologia. A contribuição do subprojeto está na identificação de um corpus teórico aplicável ao entendimento do processo de engajamento por meio do cinema para o âmbito da participação social na produção urbanística.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente investigação tem caráter exploratório-explicativo sobre uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2008) para fins de aproximação entre as áreas da sociologia, da psicologia e da antropologia, a fim de mapear o estado da arte no que se refere à temática em cada uma dessas áreas.

O procedimento envolveu: mapeamento das áreas pertinentes ao escopo do objetivo; identificação de bibliografia com abordagem ao tema da pesquisa nas áreas pré-

estabelecidas; sistematização/organização do conteúdo do material; diálogo entre as perspectivas encontradas em cada área; e análise e discussão dos dados sistematizados à luz da teoria da educação da percepção (INGOLD, 2015).

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

A partir dos dados levantados, é possível traçar algumas leituras comuns em relação à experiência do cinema, dentre as obras estudadas. Em especial, confirma-se que é possível mobilizar as referências argumentativas para o entendimento do cinema como um possível agente produtor de engajamento social na temática do urbanismo e do direito à cidade com base em teorias da percepção.

No que toca ao cinema enquanto linguagem acessível, primeiramente é possível considerar sua capacidade de reprodutibilidade, a qual propicia um vasto alcance de público, seja no espaço do cinema físico (construção arquitetônica/material), seja no contexto do ciberespaço/internet. Nesse sentido, os códigos do cinema, que se pautam em elementos como tempo, espaço e imagens, se fazem semelhantes aos códigos da realidade cotidiana, tendo outro fator de alcance que é a inteligibilidade em associação aos conceitos abordados principalmente nas teorias sobre a percepção urbana do campo da arquitetura (NESBITT, 2006).

Especificamente em respeito das relações de percepção, e considerando os aspectos de percepção corporificada e descentralizada em relação aos outros componentes não-humanos, destaca-se a noção de “habitar no mundo” proposta por Tim Ingold (2015) e suas relações com o aspecto de visualidade para a percepção e para a construção da realidade, assim como sua significação. Merecem destaque conceitos como a interiorização da experiência vivida, as semelhanças entre os códigos de percepção visual do espaço urbano e do cinema, fatores de representação sociocultural como agentes mobilizadores de afetos e emoções e o entendimento do elemento corporal enquanto um importante fator para a experiência e produção da cultura, no que, no escopo da sociologia das emoções, aponta-se para a existência de corporificações do funcionamento regular do mundo e para o corpo como aparato essencial de mediação sensorial nas interpretações sociais.

Por fim, colocadas sob uma perspectiva histórica, percebe-se uma mudança de paradigma no que se refere à concepção do que seria e como se daria a percepção, indo de uma dualidade entre corpo e mente até, mais contemporaneamente, a uma negação dessa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à questão do engajamento social com o cinema, ambos como experiência de aspecto coletivo, é possível identificar dois grandes pontos de convergência dentre os autores analisados:

(1) o cinema como agente socializador e influenciador das práticas sociais; e

(2) o cinema como ambiente com caráter relacional, de movimento e, assim, de engajamento com o mundo, a partir da realização social de relação entre os seres e seus movimentos.

Além disso, em ambos os aspectos é possível identificar a característica da visualidade, bem como da relação existente com outros elementos, como o som e o tempo, o que indica uma percepção tal como propõe Ingold, na qual o corpo inteiro participa do processo de percepção.

Nesse sentido, pode-se dizer que, em comum nas proposições dos autores, a experiência cinematográfica pode ser identificada não apenas como socializadora, mas também como espaço de significação de signos e significados por parte do espectador, operando como um elemento ativo no incentivo e na condução à ação social, influenciando os modos de vida e, portanto, engajando sujeitos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela realização do Programa de Incentivo à Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no qual esta pesquisa foi realizada, assim como ao meu orientador Cristiano Nascimento pelo apoio e direcionamento.

## REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Trad. Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. In: **Educação**, v. 39, n. 3, p. 404-411. Porto Alegre, set.-dez. 2016

LINO, Bárbara. **A representação fílmica da verticalização na produção audiovisual de documentários na Cidade do Recife** (1996 – 2015). Relatório final de atividades do PIBIC/FUNDAJ. (mimeo). Fundaj, 2016.

NASCIMENTO, Cristiano; NÓBREGA, Livia; LEAL, Luís Henrique; ZATTI, Caio; FIRMINO, Bruno. Os outros, o cinema e a cidade: uma revisão sobre o papel e o sentido de realizar o “Velho Recife Novo”. In: **VIRUS** - Tapete, São Carlos, n. 9 [online], 2013. Disponível em: <<http://143.107.236.240/virus/virus09/?sec=5&search=habitation#sect49> > Acesso em 10 nov. 2016.

NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura** – antologia teoria 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.



## O PAPEL DOS CINECLUBES NO ENGAJAMENTO CIDADÃO

**Geneseli Dias de Oliveira Albuquerque<sup>1</sup>; Cristiano Felipe Borba do Nascimento<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Comunicação Social - Cinema e Audiovisual- CAC/UFPE; e-mail: geneselidias@gmail.com, <sup>2</sup>Analista de Ciência e Tecnologia na Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte; e-mail: cristiano.borba@fundaj.gov.br

**RESUMO:** Cineclubes enquanto prática de assistir e debater coletivamente filmes podem influenciar o engajamento cidadão pois, ao promover o encontro, possibilita a troca de ideias e o despertar para o interesse coletivo. Assim, a pesquisa visa a partir da análise dos cineclubes - Avalovara (Vitória de Santo Antão/PE), Cine do Morro e Cine Rua (Recife/PE), entender como a prática cineclubista pode influenciar a participação cidadã. Para isso, a metodologia usada foi levantamento bibliográfico, pesquisa do acervo digital dos cineclubes e aplicação de entrevistas para cineclubistas e frequentadores dos espaços. O Avalovara, ao integrar diversas linguagens em suas sessões, foi um dos fortalecedores do movimento cultural da cidade. O Cine do Morro se propôs a usar o audiovisual como ferramenta para fortalecimento de laços com os residentes do bairro e busca por melhorias na comunidade. O Cine Rua, ao realizar levantamento de cinemas de rua fechados, possibilitou a criação da política pública Programa Cine Rua para a revitalização desses espaços. Assim, cineclubes podem atuar como espaços de formação, agregador, incentivador e/ou informativo e contribuir para o engajamento coletivo dos participantes além de refletir em desdobramentos reais em seus locais de atuação.

**Palavras-chave:** cidadania; cineclube; cinema; engajamento cidadão.

## **INTRODUÇÃO**

De acordo com Sales (2016), os cineclubes - espaços de exibições de filmes seguidas de debates - prioritariamente foram criados com o intuito de formação de novos lugares de sociabilidade para a emergente sociedade que se configurava no século XX, a capitalista. Segundo Costa Júnior (2015), de modo semelhante, os cineclubes, a priori, tinham como objetivo a luta para elevar o cinema à condição de belas-artes e ser reconhecido como sétima arte.

Com o passar do tempo, porém, esses espaços também se tornaram ambientes para a ampliação de saberes e fazeres cinematográficos, o que, posteriormente, contribuiu para o surgimento da crítica cinematográfica. Atualmente, os cineclubes desempenham diversos papéis para além da formação intelectual e teórica acerca das obras cinematográficas. Também atuam como “locais de divulgação, pesquisa, debates em relação ao cinema e seus desdobramentos sociais e políticos” (SALES, p. 13, 2016), contribuindo para a democratização do acesso ao cinema e formação social dos participantes.

É possível observar que os cineclubes atuam de diversas maneiras e que a maioria delas está relacionada à formação. O ato de assistir a um filme, de forma coletiva, seguido de debate possibilita a troca de saberes, visões de mundo e experiências vividas, o que contribui para o confronto de posicionamentos e possíveis reconfigurações de pensamentos e posturas diante diversos assuntos. A partir disso, é de interesse do projeto compreender as dinâmicas de relação entre prática cineclubista e participação individual e coletiva dos participantes.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa interessou-se em investigar como a prática cineclubista pode contribuir com o engajamento cidadão dos participantes, em relação a suas vivências coletivas, sociais e espaciais. Para iniciar essa busca, além da pesquisa na literatura com base em textos relacionados à cidadania e prática cineclubista e/ou cinema, foram aplicadas entrevistas com cineclubistas e frequentadores dos três cineclubes. A finalidade foi entender os diferentes pontos de vista acerca do tema proposto pelo projeto.

Foram realizadas treze entrevistas nos seguintes dias: 10/01/2020, 15/01/2020, 12/02/2020, 05/03/2020, 01/06/2020, 02/06/2020, 09/06/2020, 10/06/2020, 16/06/2020, 07/07/2020, 18/07/2020, 21/07/2020 e 27/07/2020. De cada cineclube, foram entrevistados dois cineclubistas. As duas respostas foram comparadas para construção de um quadro de análise. Na segunda parte da pesquisa, foram entrevistadas duas cineclubistas do Cine Rua e três frequentadores dos cineclubes Avalovara e Cine

Rua. No caso do Cine do Morro, devido atrasos no cronograma só foi possível a realização da entrevista com uma frequentadora. As respostas destes últimos foram mantidas individualizadas e analisadas qualitativamente.

As entrevistas realizadas durante a pandemia foram executadas em plataforma online que melhor se adequasse às condições digitais dos entrevistados. Além disso, os cineclubes que ainda estavam em funcionamento precisaram suspender as atividades e os que já estavam com suas atividades suspensas se mantiveram dessa forma, não sendo possível a realização do registro de suas atividades proposto no projeto inicial. Para ilustrar as ações foram utilizados fotografias e cartazes dos arquivos de cada cineclubes.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

O Avalovara, ao integrar diversas linguagens em suas sessões, foi um dos fortalecedores do movimento cultural da cidade. O Cine do Morro se propôs a usar o audiovisual como ferramenta para fortalecimento de laços com os residentes do bairro e a partir disso criar consciência coletiva para busca de melhoria das condições e resolução de problemas da comunidade. O Cine Rua ao realizar levantamento de cinemas de rua fechados, auxiliou na criação, em conjunto com a sociedade civil, de uma política pública para a revitalização desses espaços: o Programa Cine Rua.

Foi observado que entre as pessoas fora da produção audiovisual, a partir do contato com a prática cineclubista, houve desde o interesse para a busca sobre determinada temática e história da sua cidade até o desenvolvimento de práticas dentro de seus territórios, sejam elas relacionadas à divulgação do histórico do município ou referentes à ajuda aos moradores do local.

Em relação aos entrevistados que trabalham com o audiovisual foi verificado que a participação nos cineclubes foi importante para a formação técnica e busca por profissionalização na área. Além de perceberem esses espaços como incentivadores da realização audiovisual, a intensificação na militância cultural e o desejo de levar essa prática para seus bairros.

Apesar do alinhamento com o levantamento bibliográfico feito, a temática cineclubista ainda é pouco explorada academicamente. Poucos são os autores de referência que estudam profundamente a prática e são encontrados de forma facilitada nos canais de pesquisa. Em parte, pode-se afirmar que esta problemática parte do local em que o cineclubes é colocado dentro da cadeia audiovisual, mesmo exercendo papel fundamental na distribuição das obras, principalmente as locais e que estão fora do

circuito comercial. A partir disso, é sugerido um olhar mais atento e voltado para este tema por parte dos trabalhadores e estudantes da produção audiovisual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através do estudo foi possível observar que a característica mais prevalente entre os entrevistados foi o estímulo ao questionamento, que pode ser considerado o primeiro passo para a vontade de transformação. A partir disso, nota-se a não conformação com o *status quo*, a saída da zona de conforto, a inquietação e conseqüentemente um possível desejo de mudança. Este anseio pode ser manifestado de diferentes formas, desde a resignificação do entendimento sobre os aspectos sociais até o diálogo constante com o poder público para a aquisição de direitos.

Dessa forma, é possível verificar que cineclubes configuram espaços versáteis que vão além de encontros para assistir e debater filmes coletivamente. Também são democráticos, tanto por facilitar o diálogo entre diversos públicos como por possibilitar uma variedade de ações. Assim, podem atuar como espaços de formação, agregador, incentivador e/ou informativo e desse modo contribuir para o engajamento coletivo dos participantes além de refletir em desdobramentos reais em seus locais de atuação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Fundação Joaquim Nabuco pelo fomento. Ao meu orientador Cristiano e minha colega de pesquisa Bárbara pela troca e aprendizado. Aos meus pais e companheiro pelo suporte de sempre. A todos entrevistados, sem os quais a pesquisa não seria possível.

## **REFERÊNCIAS**

JÚNIOR, H. M. C. **O onírico desacorrentado: o movimento cineclubista brasileiro (do engajamento estético à resistência política nos anos de chumbo - 1928 - 1988)**. São Paulo: USP, 2015.

SALES, P. C. **Cultura e Política no Clube de Cinema da UNESP/ASSIS: um projeto de formação e interiorização da cultura cinematográfica (1960 -1983)**. Assis, 2016. 178 f.: il.



## **OS CONSELHOS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: HISTÓRIA E MEMÓRIA**

**Eduardo Andrade Cavalcanti<sup>1</sup>; Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Ciências Sociais - UFPE; e-mail: edu.andrade42@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES e Coordenação Geral do Centro de Estudos Cultura, Identidade e Memória; e-mail:anafpsa@gmail.com

**RESUMO:** A cidade de Recife desde 1990 destaca na sua lei Orgânica Municipal os Conselhos Escolares como lugares privilegiados para se pensar a gestão democrática na escola. Os Conselhos Escolares são compostos com representações dos segmentos de professores, estudantes pais e ou responsáveis, funcionários e representantes da comunidade. Com efeito, este trabalho investigou a história e a memória do processo de institucionalização dos conselhos na rede municipal da cidade do Recife. Para tanto, utilizando-se de leitura bibliográfica e análise documental. Consideramos que o processo de democratização das escolas e o papel dos Conselhos Escolares são elementos constitutivos para maior envolvimento da sociedade nos processos decisórios sobre qualidade do seu funcionamento no que diz respeito a organização pedagógica, gestão e os rumos da escola pública.

**Palavras-chave:** educação, conselhos escolares, história, gestão democrática

## **INTRODUÇÃO**

O estudo reside nos processos de descentralização no contexto da gestão da educação, tema e objeto norteador do projeto no qual este subprojeto se insere. O Objetivo do trabalho foi analisar a história e a memória dos conselhos escolares da rede municipal de educação da cidade do Recife no contexto da gestão democrática. Destacamos o período de redemocratização no Brasil, que culminou na publicação da Constituição Cidadã de 1988, no qual a demanda por modelos de governo e gestão mais participativos passam a ser cada vez mais presentes entre movimentos sociais e educadores. Segundo Dourado, a Constituição de 1988 amplia o conceito de educação. Sendo assim,

(...)entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como lócus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação (DOURADO, 2007, p. 926).

Com base no princípio da Gestão Democrática do Ensino Público, as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais estabeleceram uma nova concepção para os colegiados de educação, em relação ao papel, composição, funções e atribuições. A existência do Conselho tem como pressuposto a maior participação social com o objetivo de garantir, fiscalizar, deliberar, normatizar e promover a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. A Constituição Estadual de Pernambuco de 1989 prevê os conselhos escolares como o principal veículo de gestão democrática (PERNAMBUCO, 1989), que institui a participação da sociedade civil na gestão da educação.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a realização da pesquisa de natureza qualitativa utilizamo-nos de documentos oficiais e estudo bibliográfico. Analisamos o objeto fazendo um recorte histórico, com ênfase no período de institucionalização dos Conselhos escolares no contexto da gestão democrática, a partir do qual foram dadas as condições de existência deste modelo de gestão na Lei Orgânica Municipal do Recife de 1990.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Um dos principais vetores de promoção da gestão democrática são os Conselhos Escolares. Com efeito, são instituições importantes na democratização da

gestão escolar, que passa a incluir outros atores, como representantes da comunidade em que a escola se insere, alunos, pais de alunos e ou responsáveis, bem como a gestão da escola nos espaços de decisão e deliberação no interior de uma escola (DOURADO, 2007).

O histórico de implementação dos conselhos escolares na cidade do Recife, cuja primeira aparição nos marcos legais foi na Constituição Estadual promulgada em 1989, que privilegiava os Conselhos Escolares como o principal veículo de consolidação de uma gestão democrática, a partir desta constituição seguiram-se outras leis que passam, primeiramente, a reafirmar no plano municipal a gestão democrática das instituições de ensino e, por último, especificar mais nitidamente as atribuições dos Conselhos Escolares, como a Lei Orgânica, publicada em 1990, que prevê as instituições de ensino sendo ministradas pelo princípio da gestão democrática, “com participação de docentes, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade nos conselhos escolares, na forma em que dispuser a lei” (RECIFE, 1990); e a Lei Ordinária Nº 15.709/92, que passa a especificar as atribuições dos conselhos escolares, entre elas a eleição de representantes, elaboração de regimento interno e de um projeto político-pedagógico.

Debruçando-se sobre o processo de institucionalização e implementação dos conselhos escolares em Recife entre 1991 e 1995, Maciel (1997) realiza um duplo movimento: analisa o processo de implementação e consolidação dos conselhos escolares na rede municipal de educação do município; e verifica as possibilidades e limites da democratização da educação municipal no Recife. A autora destaca que o processo de implementação dos conselhos escolares não foi imediato, tendo em vista que até o ano de 1993, data limite de implementação destes conselhos nas escolas previsto pela Lei Ordinária de 1992, apenas 3 realizaram a adesão (MACIEL, 1997, p. 43-4). No intuito de agilizar este processo, é realizado um anteprojeto de lei que previa eleição direta para a administração escolar, em que participaria todos os segmentos em torno da comunidade escolar. Além disso,

O anteprojeto previa em seus dispositivos que só poderiam eleger diretores as escolas que tivessem Conselhos instalados há pelo menos seis meses. E mais: o Diretor que não deflagrasse o processo de instalação dos CEs, no prazo de 60 dias de entrada em vigor da Lei, seria exonerado e substituído pelo vice (art. 5.º, § 1.º e 2.º e art. 8.º, parágrafo único - Título II). (Recife, [1994], p. 2-3) (MACIEL, 1997, p. 45).

O quadro abaixo mostra os números que representam o processo inicial de institucionalização dos Conselhos Escolares em Recife.

QUADRO 1 - Processo de institucionalização dos Conselhos Escolares a partir da Lei Orgânica Municipal de 1990

Ano	Número de escolas com Conselhos Escolares em Recife
1992	01
1993	03
1994	14
1995	38 de 148 escolas

Quadro elaborado pelo autor

Fonte: Resenha de Maria Maciel na Revista Tópicos Educacionais em 1997.

Hoje a cidade do Recife possui 317 escolas e destas 113 Conselhos Escolares em Funcionamento e 204 CE em processo de renovação.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante desse histórico, observa-se que o exercício pleno da gestão democrática e a democratização do ensino, quando levamos em consideração os entraves que existem e torno dos conselhos escolares, ainda encontra um longo caminho, tendo em vista que o processo de democratização das instituições é recente, e não apenas isso, que este mesmo processo foi resultado de constantes lutas de movimentos sociais e profissionais da educação e suas demandas por modelos de gestão participativas. Nesse sentido, modelos que passem a contemplar a todos exigem medidas que sejam de longo prazo, isto é, que os cidadãos passem a reconhecer seus direitos e o exercício de sua cidadania, através da participação e apropriação de instituições democráticas como os Conselhos Escolares.

Por último, destacamos as políticas de incentivo e fortalecimento dos conselhos escolares a nível nacional, que foi realizada através de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, direcionada a todos os representantes e conselheiros; e a nível municipal, na cidade do Recife, realizada através de formações específicas para os conselheiros.

## **AGRADECIMENTOS**

Os agradecimentos serão direcionados à professora Ana Abranches, que orientou este trabalho com muita paciência e cuidado. Por último, gostaria de agradecer ao CNPq e Fundaj pela oportunidade de realizar este trabalho com o apoio necessário.

## **REFERÊNCIAS**

CURY, Carlos Alberto Jamil. Gestão Democrática da Educação: Exigências e Desafios. **RBPAE**, Brasília, v. 18, n. 2, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007  
921

MACIEL, Maria. Gestão Escolar Democrática: Os Conselhos Escolares na Rede Municipal de Ensino do Recife. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 15, n.º 1/2, p. 41-64, 1997

PERNAMBUCO. **Constituição Estadual de Pernambuco**.1989.

RECIFE. **Lei Nº 15.709/92**. Cria os Conselhos Escolares nas Escolas Municipais regulamentando a Gestão Democrática, de acordo com o Artigo 132, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município do Recife. 1992

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município de Recife/PE**. 1990.



## CONSELHOS E CONSELHEIROS DAS ESCOLAS DO RECIFE NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

Eduardo Maia de Paiva<sup>1</sup>; Ana de Fátima P. de Sousa Abranches<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Ciências Sociais (Licenciatura)/UFPE,

<sup>2</sup>Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES e Coordenação Geral do Centro de Estudos Cultura, Identidade e Memória; e-mail: anafpsa@gmail.com

**RESUMO:** A partir da década de 1980, o Brasil começa um processo de redemocratização das instituições públicas, concluindo um ciclo de aproximadamente 20 anos de ditadura militar. Com isso, novas políticas públicas foram elaboradas a partir de uma atuação ativa da sociedade civil organizada. Em 1988 a Constituição Federal afirmava como sendo necessário o princípio da gestão democrática no ensino público brasileiro. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) propõe a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares deliberativos com representação de todos os atores escolares – pais/mães, estudantes, funcionários, professores e direção escolar. Este trabalho aborda a questão da gestão democrática em duas escolas públicas da cidade do Recife-PE a partir de um olhar para a organização de conselhos escolares deliberativos como instâncias promotoras de participação social. Com base em pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os representantes dos conselhos, desenvolvemos uma análise sobre o papel deste órgão no enfrentamento dos desafios existentes nas escolas. Assim, foi possível perceber o entendimento de que para as e os conselheiros esta articulação é de extrema importância para o fortalecimento da gestão democrática na instituição educacional. Conclusivamente aponta-se que, a participação atuante da comunidade escolar em conselhos escolares é um processo em construção que ainda precisa ser fortalecido.

**Palavras-chave:** conselho escolar; escola pública; gestão democrática; participação social.

## INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem como ponto de partida o processo histórico-social vivido pelo país, com ênfase nos desdobramentos ocorridos após a promulgação da Constituição (BRASIL, 1988), e particularmente da LDBEN nº 9394/96 (BRASIL, 2001). Assim, a gestão democrática da educação será analisada tendo como base os Conselhos Escolares da Educação considerando suas relações e articulações com a gestão escolar e suas possíveis contribuições para a qualidade da educação em esferas locais.

A escola pública como grande protagonista deste debate vem se fortalecendo com a existência do conselho, substanciada pelos grupos da sociedade civil organizada, bem como com o processo de governança local que se caracteriza por uma ampliação do Estado na medida em que ele envolve representantes dos segmentos da instituição educacional na divisão de responsabilidades.

Seguindo essa lógica, para Werle (2003) “os conselhos escolares, como um espaço de gestão democrática do ensino público, apresentam-se, também, como ambiente de promoção e liberdade, de pluralismo, de qualidade, de igualdade, de gratuidade e de valorização do professor”. Os conselhos contam com representantes da comunidade, desde os usuários aos que trabalham na escola pública. A convivência e responsabilidades partilhadas com a escola é um movimento que precisa ser repensado e analisado no sentido de construir mais mecanismos de participação social e representação efetiva.

Segundo Monteiro (2007), a base da legislação educacional e seus desdobramentos nos sistemas através das políticas públicas de ensino originaram uma considerável normalização, que por sua vez, passou a organizar as realidades cotidianas das escolas de educação básica do ensino fundamental, mas que gerou disparidades entre as distintas realidades nacionais. Elementos como gestão democrática, autonomia, participação, projeto político-pedagógico e colegiado passaram a fazer parte do debate das escolas, com diferentes repercussões em cada unidade em virtude das distintas realidades do país.

Diante disso, o objetivo deste estudo está delimitado em analisar o processo de gestão democrática dos Conselhos Escolares (CE) em duas escolas municipais localizadas no município de Recife-PE, mais especificamente na Região Político-Administrativa (RPA) 6, que engloba os bairros de Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Pina, Ibura, Jordão e Cohab. As escolas estão inseridas num mesmo bairro desta RPA 6.

A primeira escola, que aqui será chamada de Escola A, é uma instituição municipal de pequeno porte onde possui 5 salas de aula e atende à cerca de 200 alunos e alunas do

ensino fundamental das séries iniciais, possuindo as modalidades de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e de Educação Especial (EE). Esta unidade de ensino está situada numa região residencial do bairro e de pouco comércio, rodeada por templos religiosos em sua maioria sendo igrejas evangélicas. A mesma é bastante concorrida na região, pois nos últimos anos vem se destacando com premiações em relação ao seu elevado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A segunda escola, que aqui será chamada de Escola B, possui uma estrutura mais ampla comparada a primeira e pode ser considerada de grande porte, pois possui 12 salas de aula e atende à aproximadamente 900 estudantes do ensino fundamental séries finais, contendo também as modalidades de EJA e de EE. A escola localiza-se num ponto estratégico com diversos estabelecimentos comerciais no entorno e encontra-se próximo de uma das entradas principais do bairro onde circulam muitas linhas de ônibus e tráfego de veículos. A unidade de ensino observada é conhecida por ter uma forte conotação negativa na região pois em suas proximidades ocorrem movimentações relacionadas ao tráfico de drogas. Além disso, esta instituição dispõe de muitos casos de abandono escolar e seu IDEB está entre um dos mais baixos do município.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi realizada a partir de algumas etapas como de levantamento bibliográfico visando aprofundar conceitos-chaves da pesquisa como participação social, gestão democrática e políticas educacionais. Além disso, fizemos visitas às escolas pesquisadas com agendamento de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com os/as membros do conselho escolar. Nesse sentido, entende-se que as técnicas de entrevista aberta ou semiestruturada permitem maior interação entre o entrevistador e o entrevistado, além de admitirem menos formalidade quanto ao surgimento de outros tópicos ou questões (MINAYO, 1993; SELTZ, 1987).

O desenvolvimento desta pesquisa se deu primeiramente no refinamento teórico para a preparação das entrevistas e dos questionários que foram aplicados com os conselheiros e conselheiras das escolas estudadas. Consequentemente, foram contactados os gestores das unidades de ensino que permitiram a nossa ida até as instituições para compartilharmos o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados no desenvolver deste estudo científico.

Os dados coletados para a pesquisa se deu a partir de gravação e transcrição das entrevistas, dos questionários preenchidos pelos conselheiros e conselheiras e do relatório produzido durante o ano de 2019. As análises dos dados foram consubstanciadas pelos aportes teóricos estudados na área de sociologia da educação e das políticas educacionais.

## RESULTADOS/DISCUSSÃO

Na escola A foi possível entrevistar 4 integrantes do conselho, sendo todas elas mulheres da faixa etária entre 38 e 56 anos, representantes dos segmentos de professores e de gestão da escola. As mesmas informaram que o CE funciona há quase 8 anos contínuos nesta localidade de maneira bastante atuante e com periodicidade de encontros a cada dois meses. A principal problemática apontada pelas entrevistadas se refere a dificuldade para realizar as reuniões, devido principalmente a objeção em conciliar um horário em que seja possível reunir 100% dos membros do conselho.

No entendimento de uma das representantes do segmento da direção escolar, “o conselho se reúne para tomar decisões juntos visando a melhoria da escola”. Enquanto isso, para uma das representantes do segmento de professores/as “o conselho escolar simboliza as palavras: integração, disposição e empenho”.

Na escola B o Conselho Escolar foi desativado por improbabilidade administrativa e reativado há aproximadamente 2 anos quando houve a troca de gestão da unidade de ensino. Foram entrevistados 3 conselheiros, sendo dois homens e uma mulher que possuem faixa etária entre 42 e 52 anos de idade, e representam os segmentos: gestão da escola, comunidade e pais/mães. Segundo os entrevistados as reuniões do Conselho Escolar são realizadas a cada três meses e o maior desafio de atuação do conselho se dá em relação ao uso dos recursos provenientes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que no período o qual realizamos a pesquisa estava bloqueado para repasse neste colégio devido ao processo de improbabilidade administrativa que ocorreu por parte da direção anterior, no qual ocasionou em demissão da antiga diretora da instituição, gerando assim, a necessidade de otimizar o único recurso recebido, proveniente da Prefeitura do Recife para as ações deliberadas dos conselheiros.

Segundo relato dos conselheiros, as temáticas mais abordadas nos encontros estão relacionadas à prestação de contas dos gastos da escola, aos problemas da estrutura física deste local de ensino e às práticas pedagógicas promovidas pelos funcionários, visando verificar a qualidade na aprendizagem dos alunos e alunas.

De acordo com os entrevistados, a atuação do CE tem sido de extrema importância principalmente em relação à ocorrência de melhorias estruturais na parte física da escola. Segundo o representante do segmento da gestão, por conta da pressão exercida pelo CE, a Secretaria Municipal de Educação realizou no início de 2019, algumas reformas nos banheiros, na biblioteca e no telhado da escola, algo que beneficiou bastante a parte estrutural que se encontrava precarizada. Nesse sentido, para o representante do segmento comunidade, o conselho escolar significa: “um espaço de diálogo que promove um bom relacionamento entre a comunidade que faz parte da

escola”, enquanto que para a representante do segmento pais/mães, o CE “simboliza as palavras de participação, interação e transformação”.

É importante evidenciar que mesmo com realidades sociais diferentes em cada um dos locais de pesquisa abordados, existem alguns dados que foram levantados na pesquisa e que mostram pontos de convergência nos quais merecem atenção. Entre eles, são: 100% das pessoas entrevistadas nas duas escolas informaram que na sua opinião o conselho escolar no qual fazem parte, funciona de forma democrática e que todos os conselheiros opinam nas decisões tomadas em reunião. Além disso, 100% dos entrevistados confirmaram que o conselho no qual estão envolvidos, possuem um regimento próprio e que eles colaboraram com a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Por fim, é necessário apontar que apenas uma pessoa informou que sua principal motivação em participar do CE se deu para fiscalizar as questões pedagógicas e estruturais da escola, enquanto que para o restante a causa da motivação ocorreu para participar e reivindicar melhorias no ambiente educacional.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos dados levantados percebemos que as e os conselheiros entrevistados compreendem a importância da existência do CE em proporcionar um fortalecimento na gestão democrática da escola pública. Com isso, chegamos ao final desta etapa de investigação com elementos que nos ajudam a entender que mulheres e homens de diferentes realidades podem representar um coletivo integrado e a partir disso, conseguirem instituir formas inovadoras de pensar o processo de gestão das escolas públicas com o protagonismo da diversidade social presente nestes ambientes.

Sendo assim, através desta pesquisa nota-se que o Conselho Escolar é um espaço necessário de participação e representação da comunidade escolar, como formas de maior envolvimento e engajamento por parte dos segmentos que compõem a escola e seus usuários. Dessa forma, um dos caminhos para que este órgão fortalecido pode ser através de políticas públicas (como o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares) e outros cursos de formação que permitam aos(as) conselheiros e conselheiras entender as formas de resistência e controle social para o melhor funcionamento da escola pública.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao CNPq e a Fundação Joaquim Nabuco pelo apoio durante todo processo de desenvolvimento da pesquisa. Muito obrigado à minha orientadora Ana de Fátima Abranches pela dedicação em proporcionar que este estudo fosse realizado da melhor maneira possível. Por fim, agradeço aos entrevistados/as que participaram do estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.896, de 17 de setembro de 2004. Cria o **Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 180. Seção 2, p. 7.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde.** 2ª edição. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MONTEIRO, Carlos Antonio Ferreira. **Gestão democrática como processo de alteração estrutural.** In: R. bras. Est. pedag., Brasília, v.88, n. 219, p. 363-389, maio/ago. 2007.

SELLTIZ, Claire et alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.

WERLE, F.O.C. **Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica.** Rio de Janeiro: 2003.



## POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICA PARA AFRODESCENDENTES: BRASIL E COLÔMBIA

Elaine Cristina Salgado Mendonça<sup>1</sup>; Joanildo A. Burity<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Ciências Sociais Bacharelado – CFCH/UFPE; e-mail: elainecsm@outlook.com,

<sup>2</sup>Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES; e-mail: joanildo.burity@fundaj.gov.br.

**RESUMO:** este trabalho analisa as políticas de promoção da igualdade étnico-racial relativa aos povos afrodescendentes no Brasil e Colômbia, traçando uma perspectiva comparativa entre os dois países ao longo dessas últimas décadas posteriores a adoção de marcos legais multiculturais. Assim, esse estudo mapeia as políticas e legislações implementadas, especialmente na área de cultura e educação, compreendendo o papel desempenhado pelos atores envolvidos nessa agenda, isto é, os movimentos negros, as organizações da sociedade civil, os organismos multilaterais e o Estado, nas disputas e negociações. Através de entrevistas, de coleta de dados em sites de organizações e revisão da literatura pode-se perceber as diferenças e semelhanças dos contextos, em que na Colômbia são implementadas mais leis durante a década de 1990, enquanto no Brasil são executadas políticas públicas, mas em meados dos anos 2000. Os movimentos negros de cada país foram imprescindíveis para a conformação das mudanças legais e políticas, no entanto o movimento afrocolombiano é mais fragmentado e não consensual sobre suas demandas, enquanto o brasileiro, majoritariamente urbano, é mais consolidado devido também a uma tradição de discussões étnico-raciais e um ambiente político mais sensível à pauta racial, sobretudo com o efeito da Conferência de Durban.

**Palavras-chave:** afrodescendentes; Brasil; Colômbia; legislação; movimentos negros; políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

A América Latina passou a reconhecer, nos anos 1990, a pluralidade cultural e social dos seus países e, ao par com o avanço dos processos de democratização, foram adotadas mudanças legais e políticas públicas que buscaram garantir esse reconhecimento. O Brasil e Colômbia apresentam as maiores populações de afrodescendentes da América Latina, respectivamente 50,9% e 10,5% do total, segundo os censos brasileiro de 2010 e colombiano de 2005. E o movimento negro nestes países se multiplicou em organizações importantes e prolíficas, contribuindo significativamente, em cada país, para a construção de novos marcos constitucionais multiculturais e, por consequência, para o reconhecimento do racismo e discriminação racial nessas sociedades (MENDES, 2014, p. 197). Mesmo que a multiculturalidade seja um fato social, pois sempre coexistiu uma multiplicidade de culturas e “raças” no território desses países, é apenas com as Constituições de 1988 (Brasil) e 1991 (Colômbia) que a diversidade de culturas é reconhecida (MENDES, 2014: 205). Isso implicou, portanto, na constitucionalização do reconhecimento identitário populacional, buscando um equilíbrio entre a igualdade proposta aos cidadãos como indivíduos e a presença de identidades coletivas que mobilizam suas diferenças e especificidades enquanto direitos (MENDES, 2014: 205). Os movimentos negros destes países foram imprescindíveis nas conquistas dessas constituições multiculturais e das conquistas subsequentes, tanto em leis quanto em políticas públicas. A Conferência de Durban marca a construção de um consenso sobre a necessidade de se implantar ações afirmativas (GOMES, 2011: 114) a partir dos anos 2000, modificando a agenda e as demandas dos movimentos negros.

Dessa forma a pesquisa tem como objetivo analisar comparativamente as políticas de promoção da igualdade étnica-racial relativas aos povos afrodescendentes no Brasil e na Colômbia, nos últimos 15 anos, nas áreas de educação e cultura. De modo que para se compreender as políticas públicas adotadas é preciso olhar para as disputas e negociações, analisando os contextos históricos, políticos e sociais, além das interpretações feitas pelos atores que estão inseridos nesse contexto. Daí a importância e a tentativa desse estudo em abordar, mesmo de forma limitada, as semelhanças e diferenças desses processos, que não foram autônomos e únicos, pois ainda que exista uma grande literatura produzida sobre relações raciais e políticas de promoção da igualdade étnico-racial são centradas nos contextos nacionais; é ainda incipiente, na literatura, apesar de esforços significativos, uma perspectiva comparativa sobre as políticas públicas e legislações destinadas aos povos afrodescendentes no Brasil e na Colômbia.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa comparativa e analítica, de abordagem qualitativa, que dá continuidade ao trabalho – tanto de coleta quanto de análise dos dados – do projeto principal, que segue, enquanto metodologia geral, uma perspectiva retrodutiva, que reconhece que o tema tem uma trajetória e tem significação para os sujeitos. Foi realizada a revisão bibliográfica de textos analíticos e coleta do material empírico, através de uma pesquisa documental online de organizações de várias naturezas e esferas de atuação, tanto do Brasil como da Colômbia. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas através de vídeo chamadas, com pessoas de organizações que tinham/tem envolvimento direto na problemática em questão: organizações negras, organizações da sociedade civil, organizações com recorte de gênero ou religioso, gestores e pesquisadores. O processo de codificação dos dados foi realizado através de Excel, utilizando o método da Análise do Discurso (AD).

## RESULTADOS/DISCUSSÃO

As discussões sobre políticas públicas para os afrocolombianos se dá a partir da Lei 70 de 1993, conhecida como *Lei das comunidades negras*. De modo que tanto na literatura quanto nas entrevistas, todo debate em relação a este tema retorna à Lei 70 – e, portanto, à década de 1990. Isso porque a Lei 70 estabeleceu o reconhecimento da população negra, inclusive um reconhecimento político-jurídico, de uma população até então invisibilizada. Dessa forma, diversas leis foram criadas como um efeito da Lei 70 e seguindo a sua mesma linha, isto é, privilegiando uma perspectiva étnica da população negra colombiana, baseando em “comunidades negras” rurais. As políticas educacionais e culturais, por sua vez, têm essa característica, que mobiliza mais o territorial, o cultural e o linguístico. Três legislações relacionadas à educação foram criadas, uma é a Ley General de Educación (Ley 115/94), que estabelece a inserção da etnoeducação no currículo escolar para as comunidades étnicas. O decreto 1627/96, que cria “el Fondo Especial de Créditos Educativos administrados para estudiantes de las Comunidades Negras para el acceso a la educación superior”. E o decreto 1122/98, cria a Cátedra de Estudios Afrocolombianos. Dentro do cenário dos movimentos sociais na Colômbia há muitas disputas e conflitos; após a Lei 70 houve um aumento de organizações negras, que teve como consequência uma espécie de fragmentação do movimento, por conseguinte, há uma avaliação de descaracterização das organizações, que prejudicaria a capacidade de pressão frente ao Estado, e uma desconfiança sobre as (novas) lideranças; demonstrando, portanto, uma disputa pela liderança dos movimentos negros dispersos pelas organizações mais nacionais. As separações dentro do movimento implicam sobretudo um conflito de princípios ideológicos, há pouco consenso na relação entre os movimentos, acarretando a impossibilidade de uma estratégia comum e inclusiva (RODRIGUES, 2014a: 179). O sujeito político articulado

pelos atores envolvidos na temática – movimento negro, governo (as políticas e leis), organismos internacionais e sociedade civil – não é consensual. A Conferência de Durban (2001) marca o início do debate sobre políticas afirmativas como forma de promover a igualdade racial no país (RESTREPO, 2014: 197). Assim, como explica Rodrigues (2014a: 202), o efeito de Durban, somado ao fluxo migratório dos afrocolombianos, causado pelos deslocamentos forçados aos centros urbanos produzidos pela ação do conflito armado e do narcotráfico, descentralizou o modelo de política baseado em comunidades negras para a região Pacífica.

A lei 70 e a década de 1990 são momentos de visibilização, mas limitado a um reconhecimento nominal; uma nova necessidade e direção torna-se visível a na primeira década do século XXI que é uma demanda por inclusão. Pois ter políticas não garante a implementação, há muitas leis, mas a realidade dos afrocolombianos foi pouco alterada socioeconomicamente; na verdade, mais agravada, com os deslocamentos forçados e conflitos armados na região pacífica. Esse cenário decorre em razão da pouca vontade política na Colômbia em executar políticas e leis étnico-raciais.

O Brasil, por sua vez, não tem uma produção significativa de políticas ou legislações raciais nos anos 1990. Elas estavam mais discursivamente presentes, apenas debatidas entre os movimentos e o governo, mas não implementadas. A Conferência de Durban (2001) e as pré-conferências, estabeleceu uma aproximação entre governo brasileiro e movimentos negros e marcou um compromisso pelo governo em desenvolver políticas que reparassem os danos sofridos pelos negros no país (MENDES, 2014: 206-207); somado às pressões do movimento negro que permaneceu com a passagem do governo, criou-se um cenário favorável ao debate sobre políticas de promoção da igualdade racial. Assim, o ano de 2003, em razão do início do governo Lula, é visto como momento de ruptura com o tipo de relação que as gestões anteriores tinham com o debate racial, marca um período de avanço desta discussão. Como efeito da centralidade que a educação tem para o movimento negro brasileiro, as grandes conquistas em termos de políticas de promoção da igualdade racial se deram nessa área, como a Lei 10.639/2003 e todo um debate sobre as cotas raciais, que resultou num crescimento de universidades adotando políticas de cotas, culminando na aprovação da Lei 12.711/2012, conhecida como lei de cotas. Esse espaço político de reconhecimento da necessidade de mudança no debate étnico-racial, possibilitado no governo Lula, significou a criação de secretarias dentro de Ministérios que tratavam especificamente da pauta, como também se reflete na criação de diversos âmbitos de participação como fóruns, conferências e conselhos. No entanto, isso não significou que a pauta era uma prioridade do governo e, mais ainda, essa ruptura provocada pelo governo Lula não tornou os debates raciais uma política de Estado, mas apenas de governo. De modo que a partir de 2010 e, portanto, das gestões posteriores, as políticas foram enfraquecidas e descontinuadas. Existiram tensões entre os movimentos negro brasileiro, mas as organizações tinham um alinhamento geral

bastante forte em relação as suas demandas principais, como educação, ações afirmativas e combate ao racismo e a discriminação racial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Enquanto na Colômbia se produziram mais leis, principalmente durante a década de 1990, e um das grandes reivindicações dos movimentos é sobre a não implementação dessas leis e, portanto, num reconhecimento e inclusão apenas nominal e limitado; no Brasil foram produzidas mais políticas públicas – enquanto as leis tinham textos muito gerais – em razão da criação de âmbitos (Secretarias, por exemplo) que tratavam da pauta especificamente, durante os anos 2000, e as principais reclamações dos movimentos é sobre o pouco compromisso à nível do Estado com a pauta racial. Os movimentos negros de ambos os países ainda que fortes são bem diferentes, uma vez que no Brasil há muito mais consonância devido a preeminência de um movimento urbano, enquanto na Colômbia há um cenário mais diversos e pouco consensual entre eles.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao CNPQ pelo financiamento da pesquisa, possibilitando a execução do estudo. Agradeço a Joanildo Burity, pela sua orientação, que me guiou em momentos de muita dificuldade e incertezas. E agradeço a Fundação Joaquim Nabuco pelo apoio institucional.

## **REFERÊNCIAS**

AGUIAR, M. M. (2008). " Raça" e Desigualdade: as diversas interpretações sobre o papel da raça na construção da desigualdade social no Brasil. *Tempo da Ciência*, 15(29), 115-133.

GOMES, N. L. (2011). Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, 27(1).

MENDES, P. V. G. (2014). Ações afirmativas para afrodescendentes: um estudo comparativo das Políticas de Reserva de Vagas no Ensino Superior de Brasil e Colômbia. In: GLUZ, N. et al. *Avances y desafios em políticas públicas educativas: análisis de casos en Argentina, Brasil, Colombia y Paraguay*. Buenos Aires: CLACSO, 195-250.

RESTREPO, E. (2014). Articulações da negridade: políticas e tecnologias da diferença na Colômbia. *Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas*. 8(1): 190-204.

RODRIGUES, C. S. (2014a). Movimentos Negros, Estado e participação institucional no Brasil e na Colômbia em perspectiva comparada (Doctoral dissertation, Tese de Doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).



## A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO VISUAL SOBRE O NEGRO (1850-1914)

Gustavo Henrique Ribeiro Tiné<sup>1</sup>; Cibele Barbosa da Silva Andrade<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Estudante do Curso de Licenciatura em História/UFRPE; e-mail: [gustavo.tine20@gmail.com](mailto:gustavo.tine20@gmail.com)

<sup>2</sup> Pesquisadora da Diretoria de Educação e Relações Étnico-raciais da Fundaj – CEHIBRA; email: [cibele.barbosa@fundaj.gov.br](mailto:cibele.barbosa@fundaj.gov.br).

**RESUMO:** Pesquisa histórica e documental acerca da produção e circulação de imagens sobre a África e os africanos/afrodescendentes entre o período da proibição do tráfico de escravos e os primeiros anos do Pós-abolição e República no Brasil. A partir do estudo dos acervos pessoais, artigos de imprensa e documentos visuais é possível traçar a atuação de grupos liderados por senhores de escravos na composição de um imaginário sobre africanos e afrodescendentes. Busca-se analisar imagens provenientes e sobre a África tais como cartões postais, ilustrações, pinturas, gravuras, entre outros, muitos dos quais foram produzidos pelas metrópoles europeias marcadas pelas teorias raciais. Foram trabalhados os acervos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Fundação Joaquim Nabuco e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O estudo deste corpus de fontes permitiu compreender de que maneira as elites escravocratas se comportaram em relação às populações africanas e afrodescendentes no período pré e pós-abolição da escravidão, a partir da produção, consumo e circulação de imagens.

**Palavras-Chave:** Afrodescendentes; Imaginário visual; Pós-abolição.

## **INTRODUÇÃO**

A produção de uma cultura visual acerca dos africanos e afrodescendentes no período de 1850 a 1914 é um universo mais amplo instituidor de “efeitos de verdade”, “sentidos de alteridade”, que, em muitos casos, serviram para excluir e marginalizar. As imagens produzidas coadunam-se com textos de viajantes, literaturas e artigos de jornais que buscaram descrever, observar, formular e atestar as teses do colonialismo cultural, racial e político de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, período de implantação do chamado “racismo científico”, além da imposição de modelos eurocêntricos na cultura.

Especificamente o escravizado foi retratado, a partir do século XIX, por vezes posando, em outros momentos embaraçados diante das lentes intrometidas, em algumas situações mostrando incômodo em meio aos estúdios com seus cenários artificiais, em outras revelando desenvoltura, posando em situações cotidianas ou tomados de maneira estanque nos registros da ciência e da polícia, o fato é que escravizados aparecem numa infinidade de fotografias e de maneiras variadas (SCHWARCZ, 1993), estas maneiras demonstram o olhar europeu, por consequência eurocêntrico de uma imaginário colonialista presente nestas representações.

O objetivo do trabalho foi realizar uma pesquisa nos acervos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Fundação Joaquim Nabuco (Coleções do acervo da Villa Digital), Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), entre outros com intuito de identificar publicações, notas, ilustrações e referências a produção e circulação de imagens sobre África e populações africanas e afrodescendentes no período entre o final do tráfico de escravos e as primeiras décadas do pós-abolição no Brasil. Identificando nos discursos e narrativas, a partir das iconografias, a composição de um imaginário visual das populações afrodescendentes e afro-brasileiras no imediato pós-abolição. Imaginário este estabelecido nas práticas sociais, na circulação de artefatos culturais, no caso as fotografias produzidas em estúdio, por fim, no consumo destes materiais pelas elites econômicas que continuaram mantendo práticas escravistas, travestidas de mandonismos, autoritarismos e patriarcalismos.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O trabalho se insere na linha de estudos sobre abolição, pós-abolição e a história das relações raciais no Brasil. A escolha e abordagem das fontes inspiram-se em trabalhos como o de Gould (2003), Schwarcz (1999), Maio e Santos (2010) em suas reflexões sobre a história dos saberes que constituíram a lógica do racismo. Esses estudos pretendem contribuir para as discussões sobre a “ferida colonial” (MIGNOLO, 2007) que se mantém

até os nossos dias posto que o estudo da história do imaginário racial permite desvelar os mecanismos históricos de adoção e permanência do racismo na nossa sociedade.

Por tratar-se de uma pesquisa voltada para a produção imagética sobre o negro trabalhos sobre história visual como os de Menezes (2003), Kossoy (1998) Schiavinatto e Zerwes (2019) fornecem instrumentais teóricos importantes sobre os usos e limites das imagens como documentação histórica. Mais especificamente sobre as representações do negro na cultura visual trabalhos como o de Koutsoukos (2010) nos permitem perceber as especificidades das representações sobre os negros na produção visual do período. Para que as análises do corpus de fontes possam ser elaboradas fez-se necessária a leitura e apropriação dos principais conceitos e teorias vigentes na época acerca da questão étnico-racial para contextualização do conteúdo desta documentação. Para tal, foram realizadas leituras dirigidas e discussões com a orientadora.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir das chamadas Teorias Raciais, advindas do cientificismo do final do século XVIII, a linguagem imagética, proporcionada pelo advento da fotografia em meados do XIX estará permeada de signos e detalhes que irão compor o imaginário racial das populações negras, inclusive em um Brasil composto em sua maioria demográfica de escravizados e descendentes de africanos para cá trazidos durante os períodos colonial e imperial. Neste sentido, conforme Seyferth (1995) a raça fora utilizada como instrumento da ciência e o racismo como sobreposição da ideologia à ciência, no contexto do expansionismo europeu, da luta de classes, da cristalização dos nacionalismos, entre outros fatores.

A iconografia teve papel fundamental enquanto veículo de difusão da imagem do outro apresentada como novidade. O olhar europeu, sobretudo, demonstra a centralidade da produção de informações. A fotografia e demais registros produzidos são comercializados nos centros urbanos europeus, circulam entre as elites e nos álbuns de família. Os “tipos” aqui produzidos ganham significado no velho mundo, a partir do olhar eurocêntrico, carregado de poses e cientificismos marcantes do período retratado. Turazzi (2016) relata que as estampas brasileiras do século XIX presentes nas exposições nacionais e internacionais, que também eram comercializadas por mercadores e livreiros da capital francesa ou do Rio de Janeiro, publicadas em livros e jornais ilustrados do Brasil e do exterior, inscrevem-se em um conjunto mais amplo de representações visuais, que contribuiram também para o alargamento da memória individual e coletiva, no mundo oitocentista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Imaginário visual do negro no pós-abolição efetivou a linguagem de poder, herança da escravidão, permitiu a circulação e confirmação da imagem de negros e negras como submissos, vinculados ao trabalho, em uma sociedade que não se enxergava como fiadora de sua própria história, que perdia o rumo desta caminhada, ao alongar ao máximo a exploração do trabalho escravo, por exemplo. A iconografia aqui pesquisada vai além das poses captadas em estúdio, dos olhares observados nas cenas cotidianas, ensejam a busca por melhores condições, resistência e permanência nos locais de oportunidade de viver e sobreviver.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade de pesquisa, assim como ao CNPq/Capes pelo fomento financeiro. Especialmente a minha orientadora Cibele Barbosa, pela ótima condução do trabalho e pelas dicas valiosíssimas para continuidade de minha vida acadêmica.

## REFERÊNCIAS

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. Tradução: Válter Lellis Siqueira; Revisão da tradução: Luís Carlos Borges. Revisão técnica: Carlos Camargo Alberts. – São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**, São Paulo: Ática, 1998.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. 316 p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares**. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 23, n.45, p. 11-36, jul. 2003.

SCHIAVINATTO, Iara; ZERWES, Erika. **Cultura visual: imagens na modernidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos.** Anuário antropológico, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

TURAZZI, Maria Inez. **A exposição de história do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico.** ANPUH. Usos do Passado: XVII Encontro Regional de História. Rio de Janeiro, 2016.



## A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO RACIAL SOBRE O NEGRO NO DISCURSO JURÍDICO E LEGISLATIVO ENTRE O FINAL DO IMPÉRIO E O INÍCIO DA REPÚBLICA (1870-1930)

Gwan Silvestre Arruda Torres<sup>1</sup>; Cibele Barbosa da Silva Andrade<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Licenciatura em História – UFRPE; e-mail: [gwan09@gmail.com](mailto:gwan09@gmail.com),

<sup>2</sup>Pesquisadora da Diretoria de Educação e Relações Étnico-raciais da Fundaj – CEHIBRA; e-mail: [cibele.barbosa@fundaj.gov.br](mailto:cibele.barbosa@fundaj.gov.br).

**RESUMO:** O estudo analisou o discurso jurídico e legislativo como forma de encontrar nos debates raciais a escrita a respeito da população negra, sendo assim foram selecionados livros e periódicos de juristas republicanos que discutiam questões como a abolição, a proibição de imigrantes africanos, bem como a instauração da República no Brasil. Um dos principais acervos utilizados na pesquisa foi do Projeto Memória da Faculdade de Direito do Recife, ao qual tive acesso a vários juristas que se formaram na Faculdade de Direito, bem como apoiavam a causa republicana e abolicionista. É válido ressaltar que nem todos republicanos eram abolicionistas e vice-versa, como resultado principal temos a presença dos bacharéis Martins Jr., Alberto Torres, Silvio Romero e Clóvis Beviláqua que defendiam pontos importantes da República e o fim da escravidão do Brasil, todavia por mais que eles fossem contra a escravidão, em suas obras tinham traços das teorias raciais, de modo a inferiorizar a população negra. Com exceção de Alberto Torres que na sua obra *Organização Nacional* não via o negro como fator inferior na composição nacional. Por fim, por mais que a teoria racial nos discursos tenham pontos diferentes, a estrutura racialista ainda foi encontrada nas obras analisadas.

**Palavras-chave:** juristas; população afro-brasileira; republicanos; teoria racial.

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa se insere entre o fim do Império e início da República no Brasil, de modo que este recorte temporal abarca a inserção das teorias raciais nas Faculdade de Direito, bem como suas mudanças para se adaptarem a realidade brasileira.

Visto que as teorias raciais surgem da Europa e por aqui se instalam através dos intelectuais, mas aqui tinha o fator de mistura dos fatores raciais, todavia o estudo se voltará a análise do imaginário racial sobre a população afro-brasileira.

O objetivo do estudo foi a seleção e identificação de obras jurídicas e legislativas com a presença do debate racial, como também a seleção de periódicos, para dar andamento a pesquisa foi feito o recorte de juristas republicanos/abolicionistas entre 1870 a 1930.

Os livros que abordam algumas questões do estudo, são: Schwarcz (1993), Prudente (1979), Maio e Santos (2010), aos quais caracterizam alguns aspectos do imaginário racial, assim como dão base para outras fontes. Por fim, a importância do estudo é a inserção no campo de estudo das relações étnico-raciais, tal qual a compreensão dos debates raciais, não só na esfera jurídica, mas também em outras camadas sociais.

De modo a visualizar a estrutura racialista no início do Brasil República, para dialogar sobre ela e por fim, não a reproduzi-la.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa teve por fundamentação as obras de Prudente (1979), Foucault (1984), Schwarcz (1993), bem como as seguintes fontes primárias: Beviláqua (1889), Martins Jr.(1898), Romero (1903), Torres (1938) a se ter como foco o discurso racial no campo jurídico e legislativo acerca das populações afro-brasileiras.

A primeira etapa do estudo foi a seleção e identificação de obras dos juristas republicanos/ abolicionistas que contivesse em seus escritos assuntos referentes aos debates raciais, questões migratórias e o “racismo científico”. Logo em seguida, se desenvolveu uma tabela com estes juristas.

Houve a organização das obras em uma base de dados compartilhada com a orientadora. De modo, que na pasta dos juristas se encontram mini resumos sobre cada um, suas obras e alguns fichamentos. Ainda assim, a seleção de alguns periódicos escritos pelos juristas, como a Revista do Norte, para se ter uma compreensão mais ampla sobre o imaginário racial a partir dos discursos jurídicos e legislativos.

Os acervos e bases digitais que compõe o estudo foram: Fundação Joaquim Nabuco – CEHIBRA, Arquivo Público, Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, Faculdade de Direito do Recife, como também das bases digitais: Hemeroteca Digital, Fundação Casa Rui Barbosa, Projeto de Extensão Memória Acadêmica Faculdade de Direito do Recife e a Biblioteca Digital do Senado.

## RESULTADOS/DISCUSSÃO

TABELA 1: Juristas e políticos republicanos (1870 – 1930)

Nome	Ano	Obras
<b>Alberto Torres</b>	1865-1917	A organização Nacional, 1891.
<b>Clóvis Beviláqua</b>	1859 - 1944	Criminologia e Direito, 1896.
<b>Martins Júnior</b>	1860-1904	Compêndio da história geral do Direito, 1898.
<b>Silvio Romero</b>	1851-1914	O caráter nacional e a Origem do povo brasileiro, 1871.

Fonte: Acervo pessoal, (2020)

A pesquisa teve como resultado a percepção de que alguns juristas republicanos defendiam a causa abolicionista, já outros não, contudo o foco principal do escrito destes bacharéis em Direito eram as questões voltadas para a implantação da República no Brasil. De modo, que em numa primeira leitura atenta, percebeu-se que o número de monarquistas com escritos sobre a causa abolicionista era bem maior do que os próprios republicanos.

Ainda no que se refere ao Direito, temos a inserção das teorias evolucionistas nos escritos dos bacharéis de direito, jornalistas e políticos. Como exemplo o trecho da obra *Compêndio História Geral do Direito* de Martins Júnior

Para isso é necessário que tenhamos à vista uma classificação ou divisão das raças humanas, — coisa que parece fácil e que entretanto é problema dos mais complicados. Basta notar que tratando-se de raças, vem à tona imediatamente o celebre debate sobre a unidade ou pluralidade originária das espécies humanas, — a difícilíssima questão do *monogenismo e polygenismo*, ou

antes, do *monophyletismo* e *polyphyletismo*. (MARTINS Jr., 1898, p.21).

Em síntese, o resultado obtido é a identificação, nas obras em análise, da presença das teorias raciais nos debates jurídicos entre o final do séc. XIX e início do XX por meio de conceitos evolucionistas e da inferiorização do negro. Embora essas ideias tenham sofrido mudanças ao longo das décadas seguintes, ainda assim há a permanência das mesmas, logo, esse trabalho contribuirá para pesquisas futuras que se dedicam sobre as consequências desse pensamento na contemporaneidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa compôs a investigação do período de 1870 a 1937, de modo a perceber a implementação dos dogmas científicos Europeus na Faculdade de Direito, no Brasil. Bem como, a inserção e reprodução de tais teorias, que ultrapassavam o campo do saber científico e se acomodam em outras parcelas da sociedade, por meio da imprensa, a formar assim uma estrutura racialisista.

Em suma, trabalhos como o de Maio e Santos (2010) trazem uma perspectiva mais atual sobre a questão racial no Brasil, de modo que a obra contextualiza a raça, aborda as teorias raciais, como também apresentam um olhar para o tempo presente, de modo a contextualizar políticas públicas para a população negra.

Por fim, compreender a passagem do Brasil Império para a República, é entender como se forma a estrutura política e social brasileira, bem como a estrutura racial, visto que muitos dos discursos encontrados na pesquisa, podem ser visualizados com outras nuances na sociedade contemporânea.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico junto a Fundação Joaquim Nabuco pela bolsa de pesquisa e conseqüentemente o auxílio para que a mesma esteja concluída. Agradeço também a minha orientadora Cibele Barbosa, pois sem ela não teria direcionamento, por fim a Faculdade de Direito de Recife.

### **REFERÊNCIAS**

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. 316 p.

PRUDENTE, Maria Aparecida de Jesus. **Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil - A cidadania Negra em questão.** São Paulo: Julex,1979.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras,1993.

MARTINS, José Izidoro Jr. **Compendio de História Geral do Direito.** Pernambuco: Livraria Contemporânea, 1898.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira, 2 Ed<sup>a</sup>.** - Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

TORRES, Alberto. **Organização Nacional.** São Paulo: Companhia editora nacional, 1938



## AUTORES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO

**Francielle Rayanne Bezerra dos Anjos<sup>1</sup>; Allan Rodrigo Arantes Monteiro<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais- DECISO/UFRPE; e-mail: francyelledosanjos@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisador do Centro de Estudos da História Brasileira da Fundaj – Cehibra-Meca/MPCS-Difor; e-mail: allan.fundaj@gmail.com;

**RESUMO:** Questionando-se quais autores, conceitos, teorias e paradigmas interpretativos das Ciências Sociais são mobilizados nos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar e interpretar, de maneira exploratória, como e quais autores dessa área são apresentados nos livros aprovados no PNLD de 2018 para a disciplina. A metodologia envolveu análise de conteúdo, mediante a identificação, seleção e sistematização de inserções, teorias, citações, passagens e imagens relacionadas a autores das Ciências Sociais nos dois primeiros capítulos de cada livro e em todos os capítulos do livro “Sociologia hoje”. Destacou-se, dentre os resultados, a proporção de páginas contendo menções a autores, o destaque dado a alguns deles e as relações estabelecidas entre eles e as respectivas teorias e conceitos das Ciências Sociais. Estes aspectos nos permitiram propor categorias de análise a serem utilizadas em próximos estudos. Concluiu-se que um livro que menciona autores em cerca de metade das suas páginas pode representar um excesso desse tipo de informação. Além disso, a pouca vinculação destes autores a teorias e conceitos específicos da área pode evidenciar uma dificuldade de transpor didaticamente os conteúdos de maneira adequada ao aprendizado do aluno.

**Palavras-chave:** Ensino Médio; livros didáticos; Sociologia; transposição didática.

## INTRODUÇÃO

Embora a sugestão de inclusão da Sociologia na Educação Básica no Brasil tenha sido apresentada desde o período imperial (GOMES, 2017) a trajetória de implementação da disciplina tem sido marcada pela intermitência (OLIVEIRA, 2016). A própria inclusão da disciplina no currículo obrigatório do Ensino Médio é recente, ocorreu em 2008.

Em 2016, uma reforma educacional levantou novamente a questão da obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio. Sendo aprovada em 2017, a referida reforma retira da lista de componentes curriculares obrigatórios as disciplinas de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia, obrigando a inserção de conteúdos dessas disciplinas apenas na forma de estudos e práticas em outras disciplinas ou em atividades interdisciplinares (FERRETI, 2018). Alguns autores argumentam que essas descontinuidades da disciplina contribuem fortemente para um atraso na consolidação das próprias bases teóricas e metodológicas do ensino de Sociologia na Educação Básica (BODART, 2017; OLIVEIRA, 2011).

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), reconhecem a importância da Sociologia para o exercício da cidadania entre os alunos de nível médio, conforme indicava a LDB nº 9.394/96. Mas também aponta para a compreensão da disciplina enquanto espaço de realização das Ciências Sociais nessa fase da formação educacional dos jovens, favorecendo a desnaturalização e o estranhamento diante de fenômenos sociais.

Amaury César Moraes (2010), tendo participado da elaboração das OCN-Sociologia (Orientações Curriculares para o Ensino Médio), defendeu que a escolha dos temas, teorias e conceitos não deve ter caráter enciclopédico. Segundo o autor, os professores tendem a seguir os livros didáticos como espécie de manuais, não se questionando acerca da qualidade dos mesmos.

Como aponta Simone Meucci (2014), os livros didáticos constituem um recurso valioso para a compreensão acerca de como os conteúdos de uma determinada disciplina são disponibilizados ao público amplo. Para ela essas obras são, simultaneamente, mercadorias, objetos de política pública, ferramentas de ensino e aprendizagem e artefatos intelectuais, sendo resultados de um trabalho coletivo industrial, particularmente nas grandes editoras.

Buscamos, portanto, investigar quais autores, conceitos, teorias e paradigmas interpretativos das Ciências Sociais são mobilizados nos livros didáticos para apresentar os conteúdos dessa área a alunos do Ensino Médio. Além disso, nos esforçamos para

compreender como se dá, em relação a esse tema, a transposição didática entre saberes científicos e saberes escolares.

O guia de livros didáticos de Sociologia do PNLD de 2018, aponta como alguns dos critérios para a seleção dos livros: a presença de conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política); o rigor teórico e conceitual das obras; a contribuição para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante; e a realização da mediação didática.

Yves Chevallard, criador da teoria da transposição didática, a define como: “A transição do conhecimento considerado como uma ferramenta a ser posta em prática, para o conhecimento como algo a ser ensinado e aprendido [...]” (CHEVALLARD, 2013, p. 9). O autor esclarece que nessa transição é necessário transformar o conhecimento utilizado, que é disperso, fragmentado e se justifica socialmente pela relevância de seus resultados, em um corpo de conhecimento mais ou menos integrado, que deve ser apresentado numa versão socialmente legitimada. Martha Marandino et al. (2016) observam que não se trata de uma mera simplificação dos conteúdos, mas de uma transformação de um tipo de saber em outro, que se dá em diferentes etapas.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar e interpretar, de maneira exploratória, como e quais autores das ciências sociais são apresentados nos livros didáticos de sociologia para o ensino médio aprovados no edital do PNLD de 2018.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia empregada nesta pesquisa envolve a análise de conteúdo, tendo como objeto de estudo os cinco livros didáticos de sociologia para o ensino médio aprovados no PNLD de 2018: “Sociologia hoje”, “Sociologia em movimento”, “Sociologia para jovens do século XXI”, “Tempos modernos, tempos de Sociologia” e “Sociologia”. A análise desses livros foi realizada mediante a identificação, seleção e sistematização de inserções, teorias, citações, passagens e imagens relacionadas a autores das ciências sociais nos dois primeiros capítulos de cada livro e em todos os capítulos do livro “Sociologia hoje”. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória.

Foi construída, nesse sentido, uma tabela em formato .xlsx para sistemático registro dos dados coletados nos livros didáticos. Após alguns testes de operacionalização dessa tabela, definimos uma separação dos dados por livro, seguida de uma subdivisão por capítulos, além do registro das imagens relacionadas a autores em uma planilha à parte. As variáveis consideradas nesse estudo foram definidas como: temas, conceitos e correntes teóricas aos quais autores das Ciências Sociais aparecem relacionados, bem

como o número de vezes em que são mencionados, em cada capítulo, de cada livro analisado.

Os temas são definidos a partir de um recorte de palavras-chave de cada capítulo e da identificação de quais palavras-chave aparecem relacionadas a quais autores. Os conceitos são selecionados tendo em vista a criação, a apropriação ou a problematização de tais termos pelas Ciências Sociais, ainda que não apareçam identificados como conceitos no contexto da obra, sem nenhum destaque ou conceituação.

Já na definição das correntes teóricas, o estudo se ateve ao que é informado explicitamente nos livros analisados, sem levar em consideração, no entanto, o momento em que a relação entre elas e cada autor foi estabelecida. Um autor pode aparecer em vários capítulos sem nenhuma vinculação teórica, bastando que essa relação seja mencionada alguma vez no livro para ser registrada como uma característica atribuída ao autor naquela obra como um todo.

Foi ainda levada em consideração uma classificação dos autores pelo nível de destaque dado a eles em cada capítulo, de cada livro. Definimos como *autores de grande destaque* aqueles que são mencionados 14 vezes ou mais, em um mesmo capítulo; *autores de destaque mediano* são os que aparecem entre sete e treze vezes em um mesmo capítulo e autores que se repetem seis vezes ou menos são considerados como de *menor destaque ou de destaque nenhum*. Os parâmetros para estabelecimento dessa medida de classificação foram elaborados a posteriori, a partir da análise exploratória.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Observou-se que apenas um, dos cinco livros, teve como maioria dos seus autores professores da Educação Básica, o “Sociologia em Movimento”. Ainda assim, dez deles eram professores do Colégio Pedro II, cuja realidade social difere muito da realidade de outras escolas públicas do país. Os autores de “Sociologia para jovens do século XXI” também possuíam experiência com a Educação Básica, mas assim como a maior parte dos autores dos outros livros, atuavam no Ensino Superior.

Sendo, como vimos, que muitos professores encaram esses livros como espécies de manuais a serem seguidos (MORAES, 2010), cabe refletirmos se a definição arbitrária acerca dos saberes a serem ensinados, nesse contexto, não têm sido feita também de maneira desconectada da realidade de muitos professores e estudantes.

Outro ponto de destaque é o fato de um dos autores do “Sociologia hoje” ser colunista de jornal. Esse aspecto se relaciona com as análises de Meucci (2014) referente ao

mercado dos livros didáticos como um dos mais lucrativos para as editoras responsáveis por sua produção, que ela define como um trabalho coletivo industrial.

TABELA 1: Informações gerais acerca dos livros didáticos de Sociologia - PNLD 2018

	Sociologia Hoje	Sociologia em Movimento	Jovens século XXI	Tempos Modernos	Sociologia
Número de páginas nos dois primeiros capítulos	63	58	35	39	74
Páginas com menção a autores das Ciências Sociais nos dois primeiros capítulos	20	31	19	18	52
Número de autores das Ciências Sociais citados nos dois primeiros capítulos	26	31	12	16	82

Considerando a distribuição dos dados pelo número de páginas analisadas, conforme a Tabela 1, temos que três dos cinco livros possuem menções a autores das Ciências Sociais em mais da metade do texto desses dois capítulos. São eles: “Sociologia” com 70% das páginas analisadas mencionando pelo menos um autor; “Sociologia para jovens do século XXI”, com 54%; e “Sociologia em movimento”, com 53%. Os livros com menos páginas mencionando autores são “Sociologia hoje”, com 31% das páginas analisadas; e “Tempos modernos, tempos de Sociologia”, com 47%.

Sendo assim, com relação aos livros didáticos de Sociologia, podemos definir como *livros com muitas menções a autores* aqueles que incluem esse conteúdo em mais de 60% de suas páginas. Os *livros com uma proporção média de menções* são aqueles em que 40% a 59% das páginas mencionam autores. Aqueles com menos de 40% de suas páginas contendo menção a autores seriam os *livros com menos menções a autores*. Embora todos esses percentuais possam ser considerados muito altos para uma obra didática.

Outro aspecto a ser levado em consideração é o da repetição de determinados autores. As categorias analíticas que podem auxiliar na compreensão desse aspecto foram definidas como:

1-*Livros com maior discrepância de destaque entre os autores*: aqueles que, a exemplo do “Sociologia para jovens do século XXI” só possuem duas categorias de autores, os de

grande destaque (com 14 ou mais menções por capítulo) e os de pouco ou nenhum destaque (com até seis menções por capítulo).

2-*Livros mais equilibrados com relação ao destaque dos autores*: aqueles como “Tempos modernos, tempos de Sociologia”, que só possuem autores de uma mesma categoria por capítulo (seja de grande, médio ou pouco destaque).

3-*Livros relativamente equilibrados no destaque aos autores*: a exemplo desta categoria podemos citar “Sociologia em movimento”, que só possui autores de destaque mediano e de pouco ou nenhum destaque por capítulo. Mas podemos considerar aqui também os livros que se dividam entre grandes e médios destaques a autores por capítulo.

4-*Livros com diferentes níveis de destaque aos autores*: como se pode imaginar, essa categoria se refere àqueles livros que mencionam autores de maneira muito, média e pouco destacada a cada capítulo. Nessa categoria se enquadram “Sociologia hoje” e “Sociologia”.

Com relação às teorias, podemos propor uma categoria para se referir aos *livros com relações entre autores e correntes teóricas*, nos quais essa relação apareça em mais de 30% dos autores mencionados. Os livros que aqui se enquadrariam são “Sociologia hoje”, com 35% dos autores relacionados a alguma corrente teórica, “Sociologia” e “Sociologia em movimento”, ambos com 32% dos autores relacionados a teorias nos dois primeiros capítulos. Outra categoria se faz necessária para abarcar os *livros com pouca ou nenhuma relação entre autores e correntes teóricas*, como “Sociologia para jovens do século XXI”, com apenas 8% dos autores mencionados tendo sido relacionado a alguma corrente teórica nos dois primeiros capítulos e “Tempos modernos, tempos de Sociologia” no qual nenhuma relação desse tipo foi observada.

Quanto aos conceitos, mais da metade dos autores mencionados em todos os livros foram relacionados a pelo menos um conceito nos dois primeiros capítulos. Segue-se, portanto, que a definição das categorias de análises referentes a essa relação leve em conta percentuais maiores. Os *livros que relacionam muito os autores a conceitos das Ciências Sociais* seriam aqueles com 60% ou mais dos autores assim relacionados, como “Sociologia em movimento” e “Tempos modernos, tempos de sociologia”, com 71% e 69%, respectivamente, nos dois primeiros capítulos.

Os livros com menos de 60% dos autores mencionados relacionados a algum conceito podem ser considerados *livros com menos relação entre autores e conceitos das Ciências Sociais*, como “Sociologia” (57%), “Sociologia hoje” (50%) e “Sociologia para jovens século XXI” (50%), nos dois primeiros capítulos.

Nossa análise vertical consistiu em um aprofundamento maior com relação a um dos livros, o “Sociologia hoje”, a fim de desenvolver alguns apontamentos a respeito da dinâmica interna do mesmo e de como o conteúdo é apresentado ao longo do texto. Embora o livro possua 504 páginas ao todo, levamos em consideração apenas os textos das Unidades e seus respectivos capítulos. Sendo assim, para fins percentuais serão consideradas as 361 páginas que foram incluídas na análise.

Das páginas analisadas, 190 apresentam menções a autores das Ciências Sociais, o que corresponde a 52% do total. Observou-se ainda que cada capítulo segue uma organização quanto ao destaque dos autores, variando desde capítulos mais equilibrados até capítulos com maior discrepância entre eles. No entanto, uma das categorias predominou, com dez dos dezoito capítulos contendo diferentes níveis de destaque aos autores (grande, mediano e pouco ou nenhum).

Foram encontrados 207 autores distribuídos entre as 3 unidades de “Sociologia hoje”. No entanto, apenas 57 destes autores foram vinculados a alguma corrente teórica, o que corresponde a 27% do total. Quanto à relação entre esses autores e conceitos das Ciências Sociais, observou-se que apenas 51 autores foram relacionados a conceitos, correspondendo a 25% do total.

*“Sociologia hoje” é, portanto, um livro de proporção média de páginas com menções a autores, com diferentes níveis de destaque dado a diferentes autores na maioria dos capítulos e com uma baixa relação entre eles e correntes teóricas, bem como conceitos das Ciências Sociais, de acordo com os parâmetros aqui estabelecidos.*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentro do que foi possível avançar com base nesse estudo, foi observado que existem variações entre os livros quanto à proporção de páginas com menção a autores, quanto ao destaque dado a estes autores em cada capítulo e quanto às relações estabelecidas entre eles, correntes teóricas e conceitos das Ciências Sociais.

Esta variação nos permitiu propor três categorias de análise referentes ao quantitativo de autores mencionados em cada livro, quatro categorias referentes ao destaque que cada livro dá a diferentes autores, duas categorias referentes à relação entre autores e correntes teóricas e duas categorias referentes à relação entre autores e conceitos. A essa classificação foram submetidos os dados coletados em todos os capítulos do livro “Sociologia hoje”, sendo observados alguns resultados distintos daqueles obtidos ao considerar-se apenas os dois capítulos iniciais. No entanto, as categorias se mostraram satisfatórias para uma análise objetiva destes dados, permitindo uma mensuração

quantitativa e precisa de como cada um dos aspectos investigados se encontram dispostos na obra.

A partir do exemplo de “Sociologia hoje” pode-se pensar se um livro com cerca de metade das suas páginas contendo nomes de autores das Ciências Sociais representa um excesso de informações que dificilmente serão apreendidas pelos alunos, sendo que alguns desses autores aparecem apenas uma vez, enquanto outros se repetem mais de 20 vezes em um mesmo capítulo. Além disso a baixa proporção destes autores a serem relacionados a teorias e a conceitos específicos da área evidencia o fato de que muitos nomes são citados fora de contextos teóricos e conceituais.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por todas as coisas. Ao meu esposo pelo companheirismo verdadeiro. Aos demais amigos e familiares pela compreensão e apoio. Ao professor Allan pela paciência e excelente orientação. À parceria Fundaj e CNPq pela oportunidade e auxílio financeiro que tornou possível a execução da pesquisa.

## **REFERÊNCIAS**

BODART, Cristiano das Neves. **Prática de ensino de Sociologia: as dificuldades dos professores alagoanos**. Revista Mediações, Londrina - PR, v, 23, n. 2, mai-ago/2017, p. 455-491.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2018**. Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio - Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, 2006.

CHEVALLARD, Yves. **Sobre a teoria da transposição didática: algumas considerações introdutórias**. Revista de Educação, Ciências e Matemática, Duque de Caxias - RJ, v. 3, n. 2, mai-ago/2013, p. 1-14.

FERRETI, Celso João. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação**. Revista Estudos Avançados, São Paulo - SP, v. 32, n. 93, 2018, p. 25-42.

GOMES, Saulo Albuquerque. **A Sociologia no Ensino Médio brasileiro: uma leitura de dissertações e teses defendidas entre 2000-2014**. Orientador: Divino José da Silva.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP, 2017, 126 f.

MARANDINO, Martha et al. **Os usos da Teoria da Transposição Didática e da Teoria Antropológica do Didático para o estudo da educação em museus de ciências.** Revista Labore em Ensino de Ciências, Campo Grande - MS, v. 1, n. 1, 2016, p. 69-97.

MEUCCI, Simone. **Notas sobre o Pensamento Social Brasileiro nos livros didáticos de Sociologia.** Revista Brasileira de Sociologia, v. 02, n. 03, jan-jun/2014, p. 207-232.

MORAES, Amaury César. **Desafios para a implantação do ensino de Sociologia na escola média brasileira.** Cadernos do NUPPs, São Paulo - SP, ano 2, n. 1, set/2010, 10 p.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira. **Ensino de Sociologia: desafios epistemológicos para o Ensino Médio.** Revista Espaço Acadêmico, Maringá - PR, v. 10, n. 119, abr/2011, p. 115-121.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira. **O ensino de Sociologia na educação básica brasileira: uma análise da produção do GT ensino de Sociologia na SBS.** Revista Teoria e Cultura, Juiz de Fora - MG, v. 11, n. 1, jan-junh/2016, p. 55-70.



**PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA  
APROVADOS NOS PLANOS NACIONAIS DOS LIVROS DIDÁTICOS (PNLD) - 2012, 2015 E  
2018**

**Ivo Pereira Neto<sup>1</sup>; Túlio Velho Barreto<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Ciências Sociais - UFRPE; e-mail: ivopereiranetov8@gmail.com;

<sup>2</sup>Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/CECIM; e-mail: tulio@fundaj.gov.br

**RESUMO:** O presente trabalho busca, através da análise de livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), de 2018, compreender como é trabalhado o Pensamento Social Brasileiro no referido material e como se dá a presença de autores brasileiros ou que trabalharam com temáticas ligadas ao Brasil em suas respectivas bibliografias. A pesquisa utilizou a metodologia qualitativa através do mapeamento da temática nos livros, analisando as abordagens relacionadas ao Pensamento Social Brasileiro e a estrutura do livro, por um lado, além de investigar como tal conteúdo é trabalhado e quais os recursos utilizados em sua exposição, por outro lado. Finalmente, através de levantamento quantitativo, buscou-se contabilizar a presença de autores brasileiros na bibliografia dos livros analisados.

**Palavras-chave:** Pensamento social brasileiro; ensino médio, livro didático

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste subprojeto de pesquisa foi analisar como é trabalhado no livro didático o Pensamento Social Brasileiro (PSB), tendo como material para análise os livros de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2018. Inicialmente, previa-se uma análise mais abrangente, incluindo os PNLDs de 2012 e 2015, o que se mostrou inexecutável em função da crise sanitária em curso com o fechamento da Fundaj e da UFRPE desde março, mas igualmente porque se subestimou a amplitude da proposta original. Assim, embora o título e os objetivos do plano de trabalho fizessem referências àqueles anos, optamos, de comum acordo com o orientador, restringir o seu objeto. De toda forma, a análise dos livros aprovados pelo PNLD de 2018, em uso nas escolas de Ensino Médio, permitiu melhor compreender a experiência do ensino de Sociologia quanto à maneira como o seu conteúdo é trabalhado, e quais os autores(as) que buscaram compreender a formação política e social brasileiro são então referenciados.

A busca por interpretar o Brasil e os brasileiros é um campo que até hoje se mostra desafiador. Diversos intérpretes lançam mão de estudos a respeito de múltiplas temáticas que formam um panorama de questões sociais caras para compreensão do que é esse Brasil. As tentativas de explicação do Brasil vão desde o período da chegada dos portugueses e viajantes, que em diversas cartas e ensaios tentaram mapear as riquezas naturais e os povos desse ‘novo’ continente, que atraía as atenções da Europa; passando pelos estudos de intelectuais de várias áreas, que através de uma visão datada, buscaram interpretar o “atraso brasileiro”, até o processo de consolidação da Sociologia e da pesquisa social no Brasil, e o desenvolvimento da mesma dentro do ambiente acadêmico. (CANDIDO, 2006)

Com a inclusão da Sociologia na grade curricular do Ensino Médio nasceu a necessidade do livro didático, instrumento para auxiliar o professor no processo pedagógico dentro de sala de aula. O livro didático é ao mesmo tempo mercadoria, objeto de políticas públicas, ferramenta de ensino e aprendizagem e artefato intelectual (MEUCCI, 2014). Os livros didáticos a serem usados nas escolas públicas passam por um programa de avaliação e distribuição, o PNLD. A cada três anos se faz uma nova avaliação dos livros a serem utilizados em sala de aula e o resultado é exposto no Guia de Livros Didáticos. Os livros submetidos precisam atender a diversos critérios. Existem critérios que valem para todos os livros e os específicos de cada área. Na Sociologia, os critérios específicos são:

1. Assegurar a presença dos conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

2. Respeitar o rigor teórico e conceitual.
3. Realizar a mediação didática.
4. Contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante.
5. Garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor. (BRASIL, 2017, p.8)

A partir dessas diretrizes, foram inscritos 12 livros na PNLD de 2018, desses foram aprovados cinco livros: *Sociologia*, da Editora Scipione; *Sociologia Hoje* (Editora Ática); *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (Editora do Brasil); *Sociologia em Movimento* (Editora Moderna); *Sociologia para Jovens do Século XXI* (Editora Imperial Novo Milênio) (BRASIL, 2017). Nossa pesquisa buscou analisar a presença da temática relacionada ao PSB nesses livros, identificando as obras, os autores brasileiros e as temáticas relativas ao Brasil.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com utilização de alguns instrumentos quantitativos. Para tanto, foi utilizado como ferramenta de pesquisa a análise de material sobre o PSB nos livros didáticos de Sociologia aprovados nas PNLD de 2018, junto às perspectivas em que surge a temática e a contagem de citações de autores e das obras a respeito do PSB.

### **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Nota-se que em todos os livros a temática é bem explorada e de formas diferentes. Os livros *Sociologia em Movimento*, *Sociologia para jovens do século XXI* e *Sociologia* optam por trabalhar o Brasil costurando a abordagem com as teorias e os temas gerais, existindo apenas alguns poucos capítulos específicos sobre o Brasil. Nesses livros o tema é articulado em tópicos, blocos e boxes, indicações de leitura e debate, e também através dos autores.

Dos livros analisados, os dois primeiros optaram por não citar muitas vezes os autores e trabalharem mais as temáticas. Quando citados os autores recebem um bloco ou citação especial. Os livros buscam uma leitura mais fluida para trabalhar os temas caros à Sociologia sem citar e indicar a todo momento os autores referenciados nos capítulos. Os demais livros têm uma abordagem mais vinculadas e pautadas aos autores, trabalhando as temáticas dentro do ponto de vista dos autores e em alguns livros tendo os autores como temas de capítulo.

Nos livros *Sociologia Hoje* e *Tempos Moderno, Tempos de Sociologia*, os autores optaram por separar um bloco de capítulos específico sobre o Brasil. No caso do

primeiro livro são capítulos extensos, por unidades, que trabalham os autores das três áreas das Ciências Sociais. Já no caso do segundo é uma unidade com oito capítulos. Nos dois casos o tema é abordado exaustivamente e sempre se referindo aos capítulos passados.

O livro *Sociologia Hoje* busca fazer um histórico de uma área das Ciências Sociais por capítulo, trabalhando cronologicamente o desenvolvimento, os principais autores brasileiros e os debates mais relevantes. No livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* o link é feito através de um autor trabalhado em capítulos anteriores que é trazido para as situações relacionadas ao Brasil, e a partir disso entram os autores brasileiros a tratar da temática.

Nas referências bibliográficas de todos os livros têm uma forte presença de obras brasileiras, sendo a maior parte dessa bibliografia. Uns livros fazem a seleção da bibliografia por capítulos e outros no final do livro. Pela análise é possível notar que em todos os livros didáticos os autores brasileiros mais citados foram Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Octavio Ianni, Celso Furtado, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Roberto DaMatta, Raymundo Faoro. E o debate mais presente é o da escravidão e as cicatrizes que ela deixou, tema que acaba entrando em diversas discussões ao longo dos livros, mostrando a importância do debate, bem como a presença de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes em torno da chamada 'democracia racial'. As obras de autores brasileiros mais citados são *Casa Grande Senzala*, *Raízes do Brasil*, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, *Os Donos do Poder*, *Populações Meridionais do Brasil* e *Os Sertões*. Tais autores e suas obras aparecem em todos os livros analisados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os livros trabalham de maneira ampla e satisfatória as temáticas relacionadas ao PSB e ao Brasil, tendo diferentes abordagens. Seus autores(as) mostram preocupação em trazer as temáticas que ajudem a compreender e explicar o Brasil e os brasileiros, e com a presença dos autores brasileiros. Buscam ainda outros tipos de linguagem para trabalhar a temática, desde imagens que relacionam temas a questões do nosso dia a dia, indicações de filmes, músicas e livros. Os livros são bem planejados e conseguem tanto servir como um roteiro para orientar o professor dentro de sala de aula como proceder no debate, mas também para a leitura dos estudantes, tendo uma linguagem acessível, com exceção de *Sociologia Hoje*, que possui uma abordagem um pouco mais acadêmica e com um volume muito grande de citações, e de autores, o que pode complicar a leitura para estudantes do Ensino Médio.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundaj e ao CNPq pela oportunidade de fazer esse trabalho, aos envolvidos no PIBIC-Fundaj, aos funcionários das bibliotecas da Fundaj e da UFRPE, e ao orientador Túlio Velho Barreto, todos foram de extrema importância para a efetivação da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvia; BRIDI, Maria; MONTIM, Benilde. **Sociologia**. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2018: Sociologia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

BOMENY, Helena; MEDEIROS-FREIRE, Bianca; EMERIQUE, Raquel; O'DONNELL, Julia. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, 2006.

MACHADO, Igor; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso. **Sociologia Hoje**. São Paulo: Ática, 2016.

MEUCCI, Simone. Notas Sobre o Pensamento Social Brasileiro nos Livros Didáticos de Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, Santa Catarina, v. 2, n.3 p. 209-232, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; COSTA, Ricardo Cesar Rocha. **Sociologia Para Jovens do Século XXI** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

SILVA, AFRÂNIO *et alli*. **Sociologia em Movimento**. São Paulo: Editora Moderna, 2016.



## REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS CONDIÇÕES MATERIAIS DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE PERNAMBUCO

**Marcelo Dettogni Lopes<sup>1</sup>; Viviane Toraci Alonso de Andrade<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Estudante do Curso de Comunicação Social – Jornalismo. CAC/UFPE; e-mail: marcelo.dettogni@ufpe.br

<sup>2</sup> Pesquisadora da Diretoria de Formação da Fundaj – DIFOR/Fundaj; e-mail: viviane.toraci@fundaj.gov.br

**RESUMO:** Apresentamos experiência da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), instituição de cultura, formação, pesquisa e memória do Ministério da Educação do Brasil sediada na cidade do Recife, para criação de acervo digital de fotografias documentais das condições materiais da infraestrutura ofertada pelas escolas públicas estaduais de ensino médio do Recife. A atividade reúne as áreas de pesquisa e memória da instituição, em esforço conjunto para definição de métodos de captação, armazenamento e disponibilização de fotografias documentais para fins científicos. Assim, ressaltamos a iniciativa da instituição em atuar baseada nos princípios da Ciência Aberta, compartilhando desde o início da pesquisa as metodologias utilizadas na formação de seu banco de dados, bem como prevendo a disponibilização aberta da coleção para pesquisas futuras.

**Palavras-chave:** Educação Básica, Acervo Fotográfico, Fotografia Documental, Recife, Foto 360 graus.

## **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa teve origem no macroprojeto “A educação básica pública nos estados do Nordeste - Brasil: condições de oferta e perspectivas para expansão com qualidade”, realizado em regime de cooperação institucional entre a Universidade Federal de Minas Gerais - Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado/UFGM) e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Como parte deste projeto temos este subprojeto com o objetivo de registrar as condições materiais da infraestrutura presentes em escolas de ensino médio no Recife. A realização de um acervo fotográfico das escolas públicas de Ensino Médio do Recife faz-se possível evidenciando previamente os métodos que deem credibilidade documental para as imagens produzidas, considerando tanto o âmbito da memória quanto da fotografia. Entretanto, devido a pandemia da Covid-19, o acervo fotográfico não pôde ser realizado, cabendo a este trabalho a análise bibliográfica para definição dos métodos de captação, armazenamento e disponibilização pública do acervo.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Originalmente, esta pesquisa contava com duas fases - pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo - resultando em um acervo fotográfico derivado dos conhecimentos adquiridos sobre fotodocumentarismo. Entretanto, com a pandemia do novo Coronavírus, a pesquisa de campo não pôde ser executada, cabendo a este trabalho uma análise bibliográfica de caráter exploratório e explicativo, gerando um protocolo de campo para captação de fotografias documentais para fins científicos e orientações para o armazenamento e disponibilização do acervo.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

As câmeras fotográficas muitas vezes são consideradas extensões mecânicas do olho humano (SALLES, 2004), mas as imagens produzidas por elas não representam fidedignamente a realidade. Pelo senso comum, a fotografia seria um espelho do real, uma cópia daquilo que se vê. Entretanto, o que encontra-se, de fato, é uma extensa gama de estereótipos que tramitam sobre o mundo das ideias a respeito da autenticidade da mensagem de uma fotografia, notadamente ao popularizar-se as possibilidades de manipulação digital da imagem. A fotografia possui informações que nos permitem montar uma realidade baseada na experiência sensível de ver uma imagem. Entretanto, essa imagem não pode ser considerada uma verdade absoluta. Entre possíveis formas de conferir credibilidade a documentos fotográficos, considera-se a construção de três elementos para a foto documental os quais foram interpretados e gerados a partir da obra de Guran (2012): metodologia, descrição e legenda.

Respeitando uma hierarquia temporal da realização da fotografia, a metodologia é a primeira e mais importante etapa a se pensar quando um fotógrafo planeja registrar algo de forma documental. Essa etapa deve detalhar o método a ser aplicado na obtenção da fotografia: a objetiva a ser usada, a configuração mais adequada, o que será fotografado e como será fotografado. Se trata de uma “ação previamente estruturada, levada a efeito de forma sistemática, com um objetivo preciso quanto à natureza do que está sendo registrado e da maneira como será definido fotograficamente” (GURAN, 2012, p. 46). A metodologia tem, graças a essas especificações da foto, um outro propósito: garantir a reprodutibilidade da imagem através do tempo.

Depois que a metodologia é estabelecida, a foto pode ser captada no local daquilo que se quer documentar. É nesse local que o fotógrafo coleta as informações para montar sua descrição. A descrição consiste de aspectos que não puderam ser captados pela câmera e que não serão mostrados na imagem, como movimentos, odores, comportamentos sociais, tradição das pessoas, umidade, tempo, história, experiências, entre outras intermináveis anotações sensíveis, ou não, do fotógrafo a respeito do meio em que ele se encontra.

Por fim, após a realização da fotografia, é preciso definir uma legenda para a imagem. A legenda vai nomear os elementos visíveis na fotografia e o local onde ela foi realizada, a fim de esclarecer a intenção do fotógrafo para o conteúdo na imagem. Temos assim que a união dessas três partes (metodologia, descrição e legenda) proporciona um caráter documental para a fotografia e legitima seu conteúdo para fins científicos.

É importante lembrar que “o fotodocumentarismo engloba uma grande diversidade de propostas éticas e estéticas, formando uma verdadeira espiral de contradições e aderências sobre a sua prática, seus valores e seus propósitos” (LOMBARDI, 2008, p. 36) e ressaltamos que, nesta pesquisa, a fotografia documental se diferencia da foto flagrante ou da jornalística. Portanto, tratamos aqui das fotografias que são planejadas para se tornarem dados primários de pesquisa. Os detalhes quanto a velocidade do obturador, ISO, objetiva e foco, bem como local e data em que a foto foi tirada, se encontram nas especificações de cada arquivo, os quais serão armazenados em alta resolução em servidor dedicado e disponibilizados em baixa resolução em plataforma online de acervos digitais da Fundação Joaquim Nabuco.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trabalhando com esses três elementos que constituem a fotografia documental científica, definiu-se um método para captação das fotografias de forma a garantir a

reprodução futura das imagens, as informações sensíveis do ambiente para o fotógrafo e a inscrição das legendas das imagens.

Para um pesquisador alcançar os objetivos, foi proposto que se usasse uma estrutura narrativa que abranja personagens, perspectiva, tempo e espaço. Nesta pesquisa seriam fotografados apenas ambientes, estruturas físicas de escolas públicas estaduais de Ensino Médio, sem a presença das pessoas, por questões de direitos de uso de imagens pessoais. As fotografias retratariam os espaços integrantes do formulário do Censo Escolar, de modo a verificar sua presença e condições de oferta nas escolas visitadas (Personagens). O olhar do fotógrafo é de um visitante externo, em contato pela primeira vez com o ambiente da escola. Não retratará o cotidiano da comunidade escolar, não traduzindo as relações sociais e significados pessoais construídos no espaço (Perspectiva). A documentação será realizada em uma única visita, não terá continuidade ou repetição no tempo, assim, representará o momento da visita (Tempo). Por fim, as escolas da amostra estão localizadas no Grande Recife (Espaço).

Visando a reprodutibilidade das fotografias realizadas nas escolas integrantes da pesquisa, é necessária a utilização de um equipamento padrão e acessível. No caso, opta-se pelo uso de uma objetiva 18mm-55mm por duas razões: a primeira é que estas objetivas comumente acompanham câmeras, ou seja, geralmente vêm nos kits das máquinas fotográficas; a segunda razão diz respeito a sua característica como objetiva zoom, que possui distância focal variável (SALLES, 2004, p.30), podendo se adaptar a situação que ela será usada.

Tendo em mente que a foto usando uma objetiva grande angular 18mm pode gerar distorções na imagem, mas ao mesmo tempo consegue capturar um grande recorte do ambiente, um novo recurso fotográfico foi planejado. Com o uso de uma câmera Samsung Gear 360, o acervo fotográfico contará com imagens produzidas em 360 graus e que podem ser reproduzidas com um equipamento de óculos de realidade virtual. As fotografias apresentadas em realidade virtual representam o maior grau de fidedignidade com o ambiente retratado e diminuem a sensação de “recorte” comum na fotografia, uma vez que se fotografa todo o ambiente e se pode “olhar” para qualquer local da sala como se estivesse pessoalmente no espaço. Nesse tipo de foto, a câmera deve ser posicionada no baricentro geográfico do ambiente fotografado. É mantida a mesma estrutura narrativa das fotos bidimensionais.

O acervo sobre cada escola integrante da pesquisa deverá ser composto por fotos dos 11 ambientes apresentados pelo Censo Escolar (banheiro, biblioteca, cozinha, refeitório, laboratório de ciências, laboratório de informática, quadra de esportes, sala de leitura, sala da diretoria e sala dos professores), além de salas de aula. Cada espaço é fotografado de no mínimo quatro ângulos diferentes, sendo eles: 1º, 2º, 3º e 4º

encontro de paredes à esquerda da entrada do ambiente, mirando a câmera no centro da primeira parede não adjacente à esquerda da câmera. Alguns espaços necessitam de ângulos específicos, como as salas de aula, que exigem duas fotografias extras: uma ao fundo da sala fotografando o quadro e uma do quadro fotografando o fundo da sala, para simbolizar a visão do professor e do aluno durante as aulas. Banheiros e a fachada da escola são também outros espaços que precisam de fotos específicas, pois as dimensões de um banheiro podem inviabilizar as fotos em “quatro cantos”. Vale-se também fotografar mais de uma sala de aula de uma escola, para se ter uma noção da diversidade dos ambientes.

Graças à análise bibliográfica dos textos de Horn (2010), Salles (2004) e principalmente Guran (2012), foi possível desenvolver um protocolo de procedimentos fotográficos a serem seguidos por pesquisadores sociais interessados em gerar um acervo de fotos documentais como dados passíveis de reprodutibilidade e futuras análises científicas. A metodologia aqui apresentada foi pré-testada antes da pandemia em uma escola de Ensino Médio público do Recife, a EREM Dom Vital. Com esse teste, foi possível lapidar o protocolo e aperfeiçoá-lo de acordo com as necessidades da pesquisa e do acervo. Toda essa metodologia foi testada, revista e aprovada. As fotografias, já na configuração que estariam em seu armazenamento, podem ser encontradas neste link:

<<https://drive.google.com/drive/folders/1sQT-KrWoDz40EQMETJbHwyV-fA9Cnulc?usp=sharing>>.

## REFERÊNCIAS

GURAN, Milton. **Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica: Notas e Reflexões**. Brasília: Funarte, 2012. 116 p.

HORN, Evelyse Lins. **Fotografia-expressão: a fotografia entre o documental e a arte contemporânea**. XI Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia: Produção de conhecimento por meio de apoio ao pensamento crítico e teórico no campo da fotografia, Brasília: Funarte. p. 12, 2010.

LOMBARDI, Kátia Hallak. **Documentário Imaginário: reflexões sobre a fotografia documental contemporânea**. Discursos Fotográficos, Londrina, ano 2008, v. 4, n. 4, p. 35-58, 2008.

SALLES, Filipe. **Manual de Fotografia e Cinematografia Básica**. [S. l.]: Mnemocine, 2004. 78 p. DOI PDF. Disponível em: [http://www.mnemocine.com.br/index.php/downloads/cat\\_view/59-parte-1-manual-de-fotografia](http://www.mnemocine.com.br/index.php/downloads/cat_view/59-parte-1-manual-de-fotografia). Acesso em: 30 nov. 2019.

UNESCO (Brasil). **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil**. Brasília: [s. n.], 2017. 123 p. ISBN 978-85-7652-238-6.



## MOBILIDADE ESPACIAL DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO NO NORDESTE

Carina Jéssica de Souza<sup>1</sup>; Wilson Fusco<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais- UFRPE; e-mail: carinavienna@gmail.com

<sup>2</sup>Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/CECIM; e-mail: wilson.fusco@fundaj.gov.br

**RESUMO:** O presente trabalho busca, a partir dos microdados dos Censos Escolares produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes ao período de 2013 a 2017, e tendo em vista o atendimento à metas 15 do PNE, analisar a mobilidade pendular dos docentes e o indicador de adequação entre formação acadêmica e disciplina ensinada no ensino médio no Nordeste. Por fim, buscou-se analisar a relação entre mobilidade pendular e adequação da formação do docente em disciplinas selecionadas.

**Palavras-chave:** Mobilidade Pendular; Adequação; Formação Docente.

## **INTRODUÇÃO**

Essa pesquisa buscou analisar a mobilidade pendular de docentes do ensino médio no Nordeste e os indicadores de adequação entre a formação do docente e a disciplina ensinada, com vistas à meta 15 do PNE. Para tanto, utilizou-se como fonte de informações os microdados do INEP para o período de 2013 a 2017.

A Meta 15 do Plano Nacional da Educação busca assegurar que até 2024 todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura, na área de conhecimento em que atuam.

Por sua vez, a mobilidade pendular dos docentes - entendida como o deslocamento diário entre município de residência e município de trabalho - é um processo que pode atenuar ou agravar as desigualdades regionais na distribuição dos docentes com formação adequada na área de atuação. Justifica-se a importância dessa pesquisa em função da lacuna de estudos e análises a respeito deste tema. Salienta-se ainda o aporte metodológico como resultado desta pesquisa, uma vez que a análise do movimento pendular de docentes a partir dos Censos Escolares do INEP é um procedimento inédito até o momento. Por fim, buscamos contribuir com o projeto principal vinculado a esta pesquisa e com as demais pesquisas que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Pibic/CNPq/Fundaj, que possuem a temática sobre as condições de formação e atuação do docente no ensino médio no Nordeste brasileiro e as necessidades de adequação profissional.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

As principais fontes de dados secundários utilizadas para atender os objetivos propostos são os microdados dos Censos Escolares do INPE. Foram usados os bancos de 2013 até 2017, em função da nota técnica do Ministério de Educação nº 020/2014 que usou os dados de 2013 como base para a construção do indicador de adequação da formação.

Foi necessária a aplicação de filtros a partir dos comandos do programa SPSS, por meio de técnicas que já foram utilizadas com sucesso no tratamento de bases de dados demográficos pelo orientador e coordenador do projeto principal em outras pesquisas. As informações quantitativas produzidas foram utilizadas para elaborar gráficos e tabelas do Nordeste, com as características dos docentes no ensino médio que expressam a adequação de sua formação à área de atuação. Esses gráficos e tabelas foram produzidos pela plataforma online, gratuita, chamada [Datawrapper](#).

Finalmente, destaca-se a originalidade do tratamento dos dados dos censos escolares para estudo de migração. Pelo fato dos docentes serem identificados por um código que

os acompanha ao longo da vida, foi possível observar o lugar de residência e de trabalho ao longo do período analisado, possibilitando a identificação da migração pela mudança do município de residência entre os anos referidos e da mobilidade pendular entre residência e trabalho.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Os principais resultados em relação à adequação da formação dos docentes apontam para a diferença expressiva do indicador entre as diferentes áreas. Os dados mostram que as disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes não chegam a registrar 30% de professores com formação adequada para lecionar tais disciplinas. Por outro lado Português, Matemática, Biologia, Geografia, História e Educação Física apresentam as maiores porcentagens de professores com formação adequada.

Buscou-se perceber algum indicativo de relação entre a adequação dos docentes com o movimento pendular, e para isso foram utilizados os dados do ano de 2017. Optou-se por dar destaque para os docentes das três disciplinas que obtiveram maior índice de adequação em sua formação (Português, Matemática e Biologia) além de analisarmos os professores de Sociologia, pois estes possuem um dos menores números de professores com formação adequada, e ser o objeto do estudo principal do projeto com o qual este se vincula.

No que tange a pendularidade, foi observado que Sergipe se destaca como a Unidade Federativa (UF) com maior movimentação pendular dos docentes, chegando a 43%, seguido de Pernambuco com 30%, e Rio Grande do Norte, que anotou 29%. As UF com menor índice de deslocamento pendular foi Piauí com 9%. As demais apresentaram uma proporção em torno de 18% a 25% de professores que realizam movimento pendular.

Com relação a análise do deslocamento pendular entre professores com formação adequada que ensinam Português, Matemática, Biologia e Sociologia, observou-se pequena variação entre os docentes das três primeiras disciplinas, ficando a proporção dos que realizam movimento pendular entre 20% e 22%, tanto para os que têm formação adequada quanto para os que não têm. Já os professores de Sociologia registraram a maior variação: dentre os que têm formação adequada, 28% residem em um município e trabalham em outro, enquanto os que não têm a formação necessária para ensinar apresentam a proporção de 22%, o que corresponde a uma diferença de 21% entre eles. Um dos motivos para essa diferença pode estar no fato de que a Sociologia é uma das disciplinas com menor índice de adequação na formação dos professores, fazendo com que aqueles que têm formação adequada tenham que se deslocar para outros municípios para atender a demanda. Por fim, os resultados indicaram a necessidade de se buscar mais dados relacionados ao contexto de trabalho

dos professores no Nordeste e de complementar a base de referencial teórico para avançar no conhecimento sobre o tema.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da pesquisa nos deparamos com alguns obstáculos em seu andamento devido ao atual cenário da pandemia de COVID-19, visto que o processo para realizar as atividades demanda equipamentos adequados, como a disponibilidade de computadores com capacidade de processamento e memória suficientes para ler os bancos de dados do INEP, o programa estatístico SPSS. Além disso, os encontros presenciais frequentes e regulares com o orientador, tão importantes para o aprendizado e a superação de dificuldades, deixaram de acontecer em virtude do contexto da pandemia.

Percebemos que as disciplinas mais tradicionais de linguagem e ciências da natureza são as que obtêm mais profissionais formados nas disciplinas que lecionam, enquanto nas ciências humanas a escassez de docentes com a formação adequada para lecionar tais matérias é expressiva.

Por fim, com relação aos dados sobre o movimento pendular dos docentes e adequação na formação para as disciplinas que lecionam, destacaram-se as unidades federativas Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte com os maiores índices de pendularidade, enquanto Piauí possui o menor número. Em relação às disciplinas selecionadas, somente observou-se diferença entre professores com e sem adequação para o ensino de Sociologia e que realizavam a pendularidade para trabalho. A partir dessas análises percebemos a necessidade de aprofundamento em pesquisas sobre questões relacionadas a políticas públicas educacionais, questões salariais e formação dos profissionais nos Estados do Nordeste, para que seja possível entendermos a fundo as discrepâncias que existem no cenário educacional da região e do país.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Fundaj e ao CNPq pela oportunidade de fazer esse trabalho, aos envolvidos no PIBIC-Fundaj, aos funcionários das bibliotecas da Fundaj e da UFRPE, ao orientador Wilson Fusco, ao meu amigo Ivo, e à minha namorada Elisa. Todos foram de suma importância para a efetivação da pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Olga Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. in: Castro, Iná Elias de et al., **Explorações geográficas**. Percursos no fim do século, Rio de Janeiro, Bertand, 1997, p. 319-367.

BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas; MOURA, Rosa. Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos. In: **São Paulo em Perspectiva**. v.19, nº.4, Movimentos Migratórios Nas Metrôpoles. Fundação SEADE. out-dez 2005, p. 121-133.

BRASIL. \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação – PNE. **Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)

GUIMARÃES, Raquel Rangel de Meireles; CARNOY, Martin. Does Teacher Qualification Influence Student Achievement Gains? The Case of Plano de Desenvolvimento da Escola Schools in Brazil. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindóia. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2012, p. 1-26.

KUENZER, Acacia Zeneida. A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, set. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302011000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300004&lng=en&nrm=iso)>.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a Migração. In: BNB. **Migração interna: textos selecionados**. Tradução de Hélio A. de Moura. It. Fortaleza: ETENE, 1980, p. 89-114.

MARANDOLA JR., Eduardo; MAGOSSO, Carolina. Mobilidade Espacial da População e Regionalização na Região de Limeira (SP). **Dispersão Urbana e Mobilidade Populacional**, Volume 1, 2016, pp. 153-178, ISSN

PEREIRA, Rafael. H. M.; HERRERO, V. Mobilidade Pendular: Uma Proposta Teórico-Metodológica. In: Tirza Aidar; Enrique Pelaez. (Org.). **Estudos demográficos na Argentina e Brasil: resultados de cooperação entre estudantes e docentes da Unicamp e UNC**. Campinas: SPU/AR e CAPES/BR, 2011, v. 1, p. 106-127.



## ASPECTOS DO TRABALHO DOCENTE NOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO DA REDE FEDERAL DE ENSINO: UM ESTUDO NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Higor Araujo de Almeida<sup>1</sup>; Carolina Beltrão de Medeiros<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; e-mail: higor.aa0@gmail.com,

<sup>2</sup>Doutora em Administração, Pesquisadora Adjunta do Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas – NISP; e-mail: carolina.medeiros@fundaj.gov.br

**RESUMO:** O escopo desta pesquisa é traçar o perfil dos docentes que atuam no CAP/UFPE – Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, procurando entender, principalmente, suas condições de trabalho docente e quais são seus efeitos em seu corpo institucional. Com o intuito de promover abordagens de prática de ensino diferenciadas, com enfoque na pesquisa, na experimentação pedagógica e no estágio, os Colégios de Aplicação federais se destacam como escolas públicas da Educação Básica. O CAP/UFPE apresenta contínuos resultados positivos de acordo com avaliações da educação nacional, sendo um destaque no Nordeste e no Brasil. Analisando a temática a partir de uma abordagem quali-quantitativa, com consulta em bases de dados secundárias e em levantamento bibliográfico, busca-se relacionar as variáveis sobre o objetivo pedagógico dos Colégios de Aplicação, sobre a prática docente na instituição e sobre os componentes que estruturam a organização do colégio, destacando características que possam contribuir para a relevância do CAP/UFPE nos índices positivos da educação brasileira. Os resultados apontam que a escola cumpre com uma valorização do trabalho docente, permitindo que haja condições para que os servidores possam cumprir suas demandas laborais de forma adequada, reforçando o diferencial da instituição dentre as escolas de ensino básico público no Brasil.

**Palavras-chave:** Colégio de Aplicação da UFPE; condições de trabalho docente; ensino básico público.

## INTRODUÇÃO

A Educação Básica pública no Brasil passou por um extenso processo de transformações nas três últimas décadas, decorrentes de reformas ocorridas na educação em âmbito municipal, estadual e federal, e também por uma série de políticas públicas voltadas para a expansão do ensino. No entanto, com a atual conjuntura nacional, é possível identificar lacunas entre as propostas legislativas e as realidades nacionais sobre a educação, indicando que as propostas vigentes encontram um cenário de instabilidades para o trabalho docente e para o processo educacional como um todo (GOUVEIA; SOUZA, 2012). Ante este contexto se desenvolve um extenso debate referente às atuais condições estruturais da educação, que envolvem desde o trabalho docente a questões da gestão da Educação Básica pública, incluindo tópicos como a falta de recursos que possibilitem a realização do trabalho docente, a baixa remuneração e outras questões.

Por mais que este quadro desfavorável prevaleça na Educação Básica pública nacional, é possível identificar realidades que vão em contrapartida a este cenário, apresentando devidas adequações às propostas pautadas por lei e também apresentando práticas de ensino reconhecidamente satisfatórias de acordo com avaliações de desempenho educacional. Um exemplo significativo destes contextos distintos da educação nacional é identificado nos Colégios de Aplicação. Essas escolas foram criadas no Brasil na década de 1930, se estabelecendo como referências educacionais por conta de suas abordagens de prática de ensino diferenciadas, dando espaço à pesquisa, à experimentação pedagógica e à formação docente por meio de estágios e pelo incentivo à formação continuada de seus profissionais (CORREIA, 2017). Assim como os outros Colégios de Aplicação, o CAp/UFPE – Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, apresenta vários destaques qualitativos que indicam um diferencial didático no ensino público, com contínuo desempenho positivo nos resultados de avaliações educacionais.

Considerando o destaque do CAp/UFPE como instituição de ensino no Nordeste num cenário de contínua precarização do trabalho e da educação e, considerando a importância do debate sobre o trabalho docente e suas condições no Brasil, justifica-se questionar: “Como se configura o perfil dos docentes do CAp/UFPE, especialmente no que concerne a aspectos de suas condições de trabalho?”. Desta forma, o principal objetivo do trabalho consiste em traçar o perfil dos docentes do CAp/UFPE, sobretudo no que se refere aos aspectos de suas condições de trabalho. Como objetivos específicos, o trabalho procura: especificar a estrutura da oferta de ensino dos Colégios de Aplicação das Universidades Federais no Brasil; realizar um diagnóstico do CAp/UFPE, descrevendo sua infraestrutura física, corpo docente, técnico e discente; descrever as atividades relacionadas a ensino, pesquisa e outras atividades que são realizadas cotidianamente pelos docentes do CAp/UFPE.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi realizada com uma abordagem quali-quantitativa, com caráter exploratório e descritivo, propondo um levantamento bibliográfico e a extração de dados de bases secundárias. Foram selecionados livros, trabalhos acadêmicos e relatórios institucionais sobre o tema. Foi realizada a análise o Projeto Político-Pedagógico Institucional assim como da Portaria Normativa. Além disso, bases secundárias de bancos de dados foram consultadas, como o Portal da Transparência, o Portal QEdU, o Portal CultivEduca, a Plataforma Lattes e o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Foi verificado que o perfil de sujeitos docentes do CAp/UFPE é composto por professores de faixa etária diversa, com baixa variação entre os 31 e 60 anos, havendo uma baixa variação quanto ao critério sexo, mas com um número maior de profissionais do sexo masculino, e que possuem um alto grau de formação e capacitação (PORTAL CULTIVEDUCA, 2020). Além disto, os docentes se interessam por múltiplas atividades socioculturais, que podem complementar suas abordagens didáticas e práticas de ensino.

Complementando a análise do perfil docente, os aspectos referentes às condições de trabalho docente reafirmam o caráter diferencial na conjuntura do CAp/UFPE. A escola distingue-se de outros colégios da rede pública nacional de Ensino Básico, ao apresentar um plano de carreira que sanciona as condições devidas de funcionamento dos cargos ocupados, suas funções, cargas horárias, forma de contratação, remuneração, promoção e progressão, entre outras. A provisão de um plano de carreira define maior estabilidade para os indivíduos docentes e tendem a gerar condições de trabalho adequadas, quando cumpridas de acordo com suas propostas.

A maioria dos docentes do CAp/UFPE está vinculada à instituição por mais de uma década, revelando um alto grau de familiaridade com a dinâmica da instituição, uma vez que este período engloba dedicação exclusiva, com uma carga horária semanal de 40 horas. Além disto, os indicadores apontam um baixo nível de esforço docente, com uma média de 29 alunos por turma e 04 turmas por docente.

No que concerne ao plano de carreira, a remuneração no CAp/UFPE segue o piso inicial definido de acordo com o sistema de promoção e titulação, progredindo de acordo com a formação dos docentes e das funções realizadas pelos mesmos (BRASIL, 2012). A média de remuneração na instituição, acima da média nacional, apresenta um grande incentivo e reforça a valorização docente e de seu trabalho.

Por fim, a organização da função docente no CAP/UFPE promove uma participação ativa dos servidores nas várias repartições do colégio. Juntamente com os servidores técnico-administrativos, o corpo docente cumpre com atividades de gestão escolar, além dos deveres com atuação dentro e fora de sala de aula. Apesar da vasta ocupação atribuída aos docentes, não se identificam desvio de funções da categoria, o que possibilita que o desempenho laboral dos servidores seja proveitoso e funcional (ROSA *et al.*, 2015; UFPE, 1993).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das condições de trabalho docente no CAP/UFPE aponta que a instituição se destaca não somente por seu alto desempenho de rendimento escolar, como também pelo seu alto grau de comprometimento com a valorização do trabalho docente. Inclusive, é possível apontar que o alto desempenho da instituição pode ser analisado a partir de suas condições adequadas de trabalho docente, uma vez que foi identificado que o trabalho docente na instituição é ampliado e estimulado por aspectos garantidos por suas diretrizes.

A proposta da instituição concretiza orientações pedagógicas indicadas pela LDB para a educação em âmbito nacional. Enquanto estas características fazem parte da dinâmica dos Colégios de Aplicação federais desde a sua criação, outras escolas de Ensino Básico público ainda podem encontrar dificuldades para alcançarem estes ideais, uma vez que a educação pública nacional não recebe devidos investimentos e encontra diversas variáveis socioeconômicas e socioculturais que não contribuem para que haja seu alcance.

Pode-se afirmar assim que o perfil do corpo docente do CAP/UFPE foge do paradigma nacional de profissionais rodeados por baixos salários, baixos índices de formação continuada e/ou pós-graduação, de acesso reduzido a bens culturais, e não suportados por um plano de carreira apropriado. Esta afirmativa, no entanto, não indica que os demais docentes de nível estadual ou nacional possuam menos domínios ou saberes do que os docentes do CAP/UFPE. Na verdade, destaca que o paradigma do processo educativo concernente ao docente demanda estruturas mais apropriadas para o reconhecimento e para a prática de seu trabalho, de acordo com o viés legal proposto para a Educação Básica e para seus servidores.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à instituição Fundação Joaquim Nabuco e ao CNPq pela oportunidade de integrar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, assim como à minha orientadora de pesquisa, Carolina Beltrão de Medeiros, por todo incentivo e dedicação na constante melhoria deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 12.772**, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, Brasília, DF, dez 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12772.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CORREIA, E. S. Colégios de Aplicação Pedagógica: sua história e seu papel no contexto educacional brasileiro. **Rev.EletrônicaPesquiseduca**, ISSN: 2177-1626, v. 09, n. 17, p. 116-129. jan.-abr, 2017.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura panorâmica. *In*: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (org.). **O trabalho docente na educação básica**: a condição docente em sete estados brasileiros. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

ROSA, A. L. T. et al. **Projeto político-pedagógico institucional do CAP UFPE** – Olinda: Livro Rápido, 2015.

UFPE. **Boletim Oficial da Universidade Federal de Pernambuco**. V. 28, nº 06 Especial, p. 01-16 – Recife, Departamento Administrativo da Reitoria, 1993.

UFRGS (org.). CARVALHO, M.J.S.; NEVES, B.G.B.; MELO, R.S. **Cultiveduca**. Brasil no. BR512014001340-5, 18 mai. 2014, 25 jan. 2016. Disponível em: <<https://ce.dados.eti.br/26124297.html>> Acesso em 08/02/2020.



## CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O BRASIL EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL

**Matheus Henrique Magalhães Cavalcanti<sup>1</sup>; Darcilene Cláudio Gomes<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Curso de bacharelado em ciências sociais - UFRPE; e-mail: matheus.mcavalcanti@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/CGEP; e-mail: darcilene.gomes@fundaj.gov.br

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar a profissão docente no Brasil e em Portugal, buscando identificar as influências internacionais sobre as políticas de educação nos dois países. Para isto, realizamos um levantamento do perfil dos professores, para o Brasil utilizamos o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e para Portugal os relatórios da “Estatísticas de Educação de Portugal” da Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE). Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico dos relatórios confeccionados por instituições internacionais, como do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras; artigos e livros. Observamos que o professorado brasileiro e português, apesar de possuir características semelhantes como a maioria de professores do sexo feminino, se diferencia na formação, a adequação e remuneração revelando a forma heterogênea de absorção e instrumentalização da influência das avaliações internacionais.

**Palavras-chave:** trabalho docente; avaliações em larga escala; políticas educacionais.

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos as políticas educacionais e a profissão docente no Brasil sofreram influências diversas da agenda internacional da educação. Os modelos de políticas destinados à população em idade escolar que circulam internacionalmente são interpretados e problematizados em distintos contextos nacionais.

As avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), mostram as disparidades existentes entre os países. Portugal obtém desde 2000 resultados positivos, com estudantes exibindo pontuação acima da média dos outros países da OCDE (OCDE, 2019). Já o Brasil ocupa as últimas posições no exame, que avalia conhecimentos em ciências, português e matemática; e evoluiu a passos lentos nas últimas edições da prova.

Neste estudo, procuraremos refletir sobre as possíveis influências que as avaliações internacionais, o PISA em específico, exercem sobre as políticas educacionais e como isso impacta o trabalho docente (carreira, salário e condições de trabalho) no Brasil e em Portugal.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Nesta pesquisa utilizamos técnicas quantitativas de coleta e análise de dados. Primeiramente empreendemos um levantamento bibliográfico do tema procurando entender qual o efeito das avaliações de larga escala sobre as políticas educacionais no âmbito nacional e internacional (LINGARD, 2016); posteriormente fizemos a leitura dos relatórios internacionais do PISA desde sua primeira aplicação, este mergulho serviu para analisar a evolução do vocabulário utilizado para caracterizar o que é boa e má educação. Procuramos localizar as motivações por trás das instituições financiadoras da avaliação, pois segundo Lingard (2016) e Petterson; Molstad (2016) o aparato midiático e o teor propositivo dos relatórios contribui para a validação da Nova Gestão Pública - NGP (OLIVEIRA, 2019) e a “datificação” da educação que nos revelou o movimento de proletarização do trabalho docente, conforme Enguita (1991).

Em seguida fizemos a coleta e análise dos dados secundários para caracterizar o sistema educacional, mais especificamente o ensino médio, de ambos os países, como o número de matrículas (CARVALHO; COSTA, 2017) e unidades educacionais que estão disponíveis tanto no Censo Escolar do Inep, no caso brasileiro, quanto nos relatórios da Estatísticas de Educação de Portugal da DSEE, para o caso português.

Por fim, destes mesmos órgãos de pesquisa, foram retirados os dados necessários para a construção e análise do perfil dos professores de ambos os países, como sexo, raça/cor, faixa etária, formação e tipo de contratação no ano de 2009, 2013 e 2018.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Observamos que as avaliações internacionais influenciam a confecção e implementação das políticas educacionais em escala internacional (LINGARD, 2016; OLIVEIRA, 2019) mas não de maneira uniforme, entendemos que a instrumentalização do relatório acontece de maneira local afetando os sistemas educacionais, no caso do Brasil e de Portugal, de maneira única e hibridizada (CARVALHO; COSTA, 2017).

Avaliando os relatórios internacionais, entendemos que a racionalidade e o vocabulário empresarial construído por esses relatórios afetam o trabalho docente, ajudando a manter o movimento de proletarização da ocupação ao promover uma cultura da eficiência e controle, encaminhando a educação para a sua mercantilização (CARVALHO, 2019).

Portanto, ao analisar o perfil do docente brasileiro e comparar com os números dos docentes portugueses, encontramos diferenças e semelhanças. Em 2018, por exemplo, 59% dos professores do ensino médio brasileiro era do sexo feminino, enquanto em Portugal 71% de seus docentes eram do sexo feminino, confirmando a feminização da profissão em ambos os países.

Da mesma forma, observamos um envelhecimento da classe docente em ambos os países, com o destaque ao caso português que em 2018 tinha mais de 50% dos docentes do ensino secundário com mais de 50 anos (DGEEC; DSEE, 2020), o que pode indicar a desvalorização da carreira que parece não mais atrair os jovens. Outro dado que colabora com o desprestígio da ocupação e afasta o jovem da carreira em ambos os países (DUARTE, 2013) é o aumento das contratações temporárias, o que gera uma diminuição da estabilidade do trabalho docente e que afeta a atividade pedagógica do professorado.

Porém, mesmo encontrando semelhanças no perfil destes docentes também podemos encontrar diferenças, como nível de formação dos professores. Em Portugal o número de professores do ensino secundário com pós-graduação supera o número brasileiro, demonstrando uma proficiência da gestão portuguesa em garantir uma formação continuada mais robusta ao seu professorado e a eficiência das políticas educacionais híbridas que instrumentalizam as influências internacionais com maior maestria do que o caso brasileiro (CARVALHO, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a profissão docente em ambos os países percebemos que existe uma grande influência das avaliações internacionais na confecção e implementação das políticas públicas educacionais. Desde a apropriação argumentativa do desempenho em determinada avaliação ou na tentativa de importar políticas públicas externas. Porém, também observamos que cada gestão lida com a pressão internacional de forma particular e endêmica do perfil dos docentes e dos sistemas educacionais. A instrumentalização dos relatórios internacionais e rankings acontecem em ambos os países analisados, mas com diferenças de grau e aplicação.

As racionalidades produzidas pelos relatórios das grandes avaliações internacionais criam uma cultura do desempenho que é absorvida pela escola e pelos gestores públicos. Por isso, pensamos em analisar em uma pesquisa futura como a racionalidade empresarial de instituições como a OCDE, mesmo que ressignificada para responder às demandas autóctones, mudou a forma de governar e gerir as políticas educacionais ao longo dos anos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à CNPq e à Fundação Joaquim Nabuco pelo apoio financeiro da pesquisa, à minha orientadora, Darcilene Cláudio Gomes, pelos ensinamentos, paciência, compreensão e disponibilidade durante a maior pandemia do último século. E em especial agradeço a minha companheira por, literalmente, me acompanhar nessa jornada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2018: Notas estatísticas**. Brasília, 2019

CARA, D. Contra a barbárie, a direita à educação In: CASSIO, F. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. – 1.ed., São Paulo, Boitempo, 2019.

CARVALHO, L. M. PISA, política e conhecimento em educação. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 136, p.601-607, jul.-set., 2016.

CARVALHO, L. M.; COSTA, E. Avaliação externa das escolas em Portugal: atores, conhecimentos, modos de regulação. In: **RBPAE** - v. 33, n. 3, p. 685 - 705, set./dez. 2017

DUARTE, A. W. B. **Por que ser professor? Uma análise da carreira docente na educação básica no Brasil**. Belo Horizonte, 2013.

ENGUITA, Mariano Fernández. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In: **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

LINGARD, B. PISA: Fundamentações para participar do acolhimento político. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 136, p.609-627, jul.-set., 2016.

PETTERSSON, D; MOLSTAD, C. E. PROFESSORES DO PISA: A ESPERANÇA E A REALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO. In:**Educ. Soc.**, Campinas, v.37, nº. 136, p.629-645, jul.-set., 2016

PORTUGAL. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC); Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE). **Educação em números 2020**, Lisboa, DGEEC, 2020

OECD, **PISA 2018 Results (Volume I): What Students Know and Can Do**, PISA, OECD Publishing, Paris, 2019

OLIVEIRA, D. A. A profissão docente no contexto da Nova Gestão Pública. In: OLIVEIRA, D. A.; CARVALHO, L. M.; LEVESSEUR, L.; MIN, L.; NORMAND, R. (Org). **Políticas educacionais e a reestruturação da profissão educador: Perspectivas globais e comparativa**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2019.

TCU. **1º Relatório de acompanhamentos do Plano Nacional de Educação**. Brasília, TCU, 2014.



## **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE UMA DIMENSÃO DA VALORIZAÇÃO DOCENTE NAS POLÍTICAS DE MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO**

**José Marinho de Souza Neto<sup>1</sup>; Patrícia Maria Uchoa Simões<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Ciências Sociais - CFCH/UFPE; e-mail: josemarinhosn@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisa Social da Fundaj – DIPES: e-mail: patricia.simoese@fundaj.gov.br

**RESUMO:** O presente estudo analisou as políticas de planejamento de municípios do estado de Pernambuco quanto à programas, ações e estratégias de formação continuada de docentes da Educação Infantil. Foram analisados 163 planos municipais de educação através da análise de conteúdo, os dados foram tabulados e analisados em conjunto com indicadores da educação infantil em Pernambuco. De forma geral, os resultados revelaram que a formação continuada aparece como ação pontual nos planos municipais de educação. No entanto, a Educação Infantil foi a etapa mais citada quando se menciona formação docente o que pode estar sinalizando possibilidades de mudanças a longo prazo nas políticas e programas para os seus profissionais e a sua formação.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Creche; Formação Docente; Valorização Docente; Trabalho Docente.

## INTRODUÇÃO

Muitas pesquisas foram realizadas sobre condição e valorização docente no ensino básico (BAUER; CASSETTARI; OLIVEIRA, 2017; DOURADO; OLIVEIRA, 2009; FONSECA, 2009). Tanto no que se refere aos salários, carga horária de trabalho, e um aspecto importante da condição de trabalho docente é a formação continuada, para ser efetivada com qualidade deve haver suporte de recursos e organização administrativa dos órgãos competentes (CAMPOS, 2018).

Segundo Gatti, Barreto, André e Almeida (2019) ao longo das mudanças legais que normatizam a formação docente para Educação Infantil que trouxeram apoio e dilemas foram a formação inicial em nível superior, no curso de Pedagogia, na década de 60, mas somente com a LDB 9.394/96 que se tornou obrigatório a formação inicial em nível superior, décadas mais tarde entrou em vigor lei que normatizava a formação docente em nível médio normal, mas não vingou. Também houve melhoras com o direcionamento de recursos financeiros para a Educação Infantil com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB (2007), além de progressão de carreira profissional em 2008 (Piso, políticas e programas de estímulo profissional e apoio para formação inicial, mas pouco se efetivou. Além disso, desde a década de 60 um dilema que perdura até os dias de hoje é o currículo dividido entre a prática e a teoria, e a partir dos anos 2000 o curso de pedagogia vem sendo palco de debate quanto ao currículo fragmentado que não somente visa a atuação docente para Educação Infantil, mas também para o Ensino Fundamental, entre outras atribuições, como gestão escolar e educação profissional.

Nessa direção o presente trabalho teve como proposta estudar as ações e programas de formação continuada dirigidos aos professores de Educação Infantil de municípios de Pernambuco. Foram realizadas a coleta, descrição e análise dos dados relativos ao estado de Pernambuco.

De modo geral os resultados nos revelam que é necessário maior compreensão sobre as especificidades da Educação Infantil, quanto a seus conteúdos, principalmente, além de estratégias mais específicas para os meios de oferta de apoio e promoção por parte dos municípios. Apesar disso, os dados revelam maior proporção de docentes com ensino superior completo na Educação Infantil em Pernambuco, o que pode ser uma influência do Plano Nacional de Educação sobre os municípios.

A importância dessa análise está na contribuição que poderá oferecer ao debate sobre a formação docente para profissionais na Educação Infantil e possível subsídio para alternativas que auxiliem os sistemas municipais de educação na oferta de um atendimento de maior qualidade social.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O corpus da pesquisa foi constituído a partir dos enunciados de 163 Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2020), no que se referem a ações, estratégias e programas de formação continuada dirigidos aos profissionais de Educação Infantil. Os enunciados foram organizados por temáticas e, para cada temática, foram construídas categorias de análise, quais sejam: público-alvo das atividades da formação continuada; formas de promoção e apoio do município à formação continuada de docentes de Educação Infantil; tipo de formação continuada de docentes de Educação Infantil; conteúdos programáticos das atividades de docentes de Educação Infantil.

A organização das temáticas e a construção das categorias seguiram as orientações da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011).

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Os planos municipais de educação analisados se referem de forma muito geral e vaga à formação continuada dos docentes de Educação Infantil, mesmo nos planos que apresentaram antecipadamente um diagnóstico do quadro de profissionais da educação desta etapa de ensino.

Quando relacionam o público que pretendem atingir, os profissionais mais citados são da educação básica de modo geral (155), da Educação do Campo (94), da Educação Especial (88), da Educação Infantil (78), esses são os mais citados. Professores com ensino médio normal, não licenciados, ou licenciado em área diversa de sua área de atuação (62 PME's), é uma categoria que evidencia a quantidade relevante de docentes com ensino médio normal e também de docentes com formação diferente de sua área de atuação.

Ao que se refere ao tipo de formação, os mais citados são para formação em pós-graduação e graduação, o que reforça nosso entendimento que visam atender a demanda de professores com formação fora da sua área de atuação e professores sem graduação.

Sobre os meios de oferta dos municípios demonstra o quanto as estratégias são vagas para a formação docente, 129 PME's citam de forma vaga tanto para apoio, como para promoção. Quando especificam priorizam a parceria entre governos e instituições dos governos municipais, governo do Estado e a União (155 PME's).

Uma preocupação é da licença, a pouca menção para articulação entre a carga horária de trabalho e formação continuada pode evidenciar a falta de estrutura que beneficie a formação continuada com qualidade, 20 PME's citaram licença remunerada ou não.

Nos PME's não fazem menção sobre quais conteúdos devem ser abordados com um tipo específico de formação, dessa forma, entendemos que o conteúdo pode ser transversal, pontual ou integral a todo um curso de formação continuada as docentes da educação infantil, ou seja, é a continuidade da fragmentação da formação docente.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), a proporção de docentes em creches e em pré-escolas com ensino superior completo vem aumentando. Porém, vale salientar que na zona urbana há um percentual maior. Tanto na creche como na pré-escola houve um aumento muito maior em 2019 comparado aos anos anteriores, isto pode ter uma relação com o PME, por estimularem a promoção e apoio à formação docente em nível superior na Educação Infantil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como conclusão, primeiramente, a forma vaga com que se trata a formação continuada, no que se refere a indefinição do que se entende por tais atividades, seus conteúdos programáticos e a periodicidade na oferta, parece refletir o pouco conhecimento sobre essa etapa do ensino e suas especificidades. Esses aspectos apontam a ausência da compreensão sobre a função e os objetivos da Educação Infantil, de forma que não é evidente a necessidade de uma formação específica. Isso nos sugere que os municípios estão buscando atender às metas de formação docente previstas no PNE 2014-2024.

No entanto, buscar atender a formação continuada em nível superior é um benefício para a valorização docente. Os profissionais de Educação Infantil estão entre os mais citados entre o público-alvo das ações de formação dos planos municipais de educação; o que trouxe resultados positivos quanto à formação docente em graduação na Educação Infantil. Esse aumento significativo de docentes graduados nos parece ter um caráter mais emergencial frente a formação continuada em pós-graduação.

A educação infantil por ser a etapa mais citada nos PME's pode ser a contribuição dos estudos que vêm sendo divulgados sobre a Educação Infantil o que vem favorecendo uma maior compreensão sobre a necessidade da formação para esses profissionais. Esperamos que esses estudos auxiliem na construção de propostas de formação que se dirijam ao debate do direito das crianças pequenas ao acesso e à qualidade da educação, considerando a valorização e o reconhecimento da formação do profissional dessa etapa do ensino.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Fundação Joaquim Nabuco pelo desenvolvimento do conhecimento científico. Sou muito grato a Patrícia Simões por ter me acolhido como seu orientando, pude compreender minimamente sobre a Educação Infantil, também agradeço a Mariana Uchôa de quem herdei o trabalho e que pude concluir, mesmo sabendo, que um trabalho científico somente termina quando o prazo finaliza, pois a realidade social, cultural e política é interminável, ao menos, enquanto a humanidade existir.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BAUER, Adriana; CASSETTARI, Nathalia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Políticas docentes e qualidade da educação**: uma revisão da literatura e indicações de política. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 25, n. 97, p. 943-970, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação**: perspectivas e desafios. Cadernos Cedes, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009.

FONSECA, Marília. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira**: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. Cadernos Cedes, v. 29, n. 78, p. 153-177, 2009.

CAMPOS, Maria Malta. **Questões sobre a formação de professores de educação infantil**. Laplage em revista, 4 (1), p. 9-22, 2018.

Gatti, B. A., Barreto, E. S.S., André, M.i E. D. A., Almeida, P. C. A..**Professores do Brasil**: novos cenários de formação – Brasília: UNESCO, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. PNE em Movimento. **Planos Subnacionais de Educação**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/37-monitoramento-e-avaliacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>>. Acesso em: 3 março de 2020.



## UMA ANÁLISE DE OFERTA DO ENSINO MÉDIO NA PARAÍBA

Lívia Maria dos Santos Araújo<sup>1</sup>; Cibele Maria de Lima Rodrigues<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Bacharel em Ciências Sociais-CFCH/UFPE; e-mail: liviamaraujo01@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisadora da Diretoria de Estudos de Cultura, Identidade e Memória – DIPES/CECIM; e-mail: cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

**RESUMO:** A oferta Escola Cidadã Integral implantada no ensino médio da Paraíba chama atenção após se tornar destaque na rede pública nacional. A pesquisa então, se debruça em analisar o programa enquanto uma política educacional. Para isso, analisamos dados secundários da política do Estado e identificamos os discursos presentes durante a expansão do modelo.

**Palavras-chave:** ensino médio; Escola Cidadã Integral; política educacional

## **INTRODUÇÃO**

Em 2016, implementa-se um programa de escola em tempo integral no estado da Paraíba, as chamadas Escolas Cidadãs Integral. O modelo tem se destacado na Secretaria da Educação e por sua grande expansão em um curto período de tempo (perfazendo um percentual de 36,87% das 621 escolas).

Ao implementar um novo programa, adota também uma nova política. Para isso, utilizamos do ciclo de políticas de Stephen Ball (2006) por ser uma abordagem que nos permite analisar os programas desde sua formulação até o contexto da prática, destacando os discursos que fazem parte desse processo.

A pesquisa busca compreender como os discursos presentes na oferta refletem sobre o sistema organizacional escolar e na carreira docente. Assim, a análise nos permite entender a política enquanto um cenário de conflitos para nomear o que significa educar.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia presente se restringe à análise secundária de dados documentais sobre a política para o ensino médio na Paraíba (considerando as diferenciações, em termos de currículo e de condições de trabalho) e a análise de dados estatísticos disponíveis nas bases de dados do INEP do IBGE.

Dessa forma, foram investigadas informações sobre a estrutura atual do ensino médio, a partir da análise documental dos textos oficiais sobre o ensino médio do governo da Paraíba, como também em matérias de jornais e alguns trabalhos sobre uma breve linha histórica do ensino integral na Paraíba e no Brasil.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Os dados levantados sobre a oferta nos mostra que as Escolas Cidadãs Integral começam a ser debatidas a partir de 2015. Esses debates surgiram após um contexto de crise, com alta evasão escolar e baixos resultados nas avaliações padronizadas, sendo o programa proposto, pela secretaria, como “solução” para reparar esses danos.

Essa oferta cresceu rapidamente, diferente de outros estados, iniciou em 2016 com 8 unidades e, atualmente, conta com 299 escolas (Alagoas, por exemplo, começou um ano antes e hoje conta apenas com 53 unidades).

O processo de formulação e implementação aconteceu durante a gestão do governador Ricardo Coutinho. Este tendo, por sua vez, raízes do seu projeto anterior sobre o ensino integral em João Pessoa. Nesse período, o MEC, não por coincidência, tinha desenvolvido o ProEMI, durante a gestão de Lula.

No contexto da prática, a jornada integral carrega alterações na carreira docente e no sistema escolar. Essas mudanças são vistas desde a infraestrutura e equipamentos à prática pedagógica e a relação de ensino-aprendizagem. Ainda, para contribuir nas vivências de atividades teóricas e práticas, adotam projetos denominados, nas notícias analisadas, enquanto “inovadores”.

Um desses projetos é o protagonismo juvenil. Nesse ponto, podemos observar que esse discurso é presente na lógica empreendedora de instituições privadas. Durante sua implementação, as Escolas Cidadãs Integral contaram com a "parceria" do ICE (Instituto de Co-responsabilidade em Educação) e colaboradores. Essas instituições defendem a educação integral para que possa educar um cidadão em sua totalidade. Identificamos essa totalidade voltada para um discurso sedutor na autonomia dos estudantes que legitima as medidas da organização mercantil.

Um outro discurso apresentado ainda nesta lógica capitalista é a tradução da qualidade educacional voltadas apenas a resultados positivos de acordo com diretrizes globais. Esse ponto colocamos que, apesar desses mecanismos servirem como referência para analisar e mensurar a aprendizagem no país, eles não alcançam significar a qualidade educacional, visto que não expressa os processos para que esses índices fossem possíveis.

O cenário reflete o ambiente escolar enquanto um constante cenário de conflitos para significar o que é educar. Esses conflitos estão presentes desde o surgimento da educação pública brasileira. Eles são marcados por indivíduos influentes (no sentido de capital simbólico) que colocam seus interesses como prática até que se naturalizam.

Dentre as mudanças, destacamos a carreira docente. Os professores agora, terão de cumprir uma carga horária de 40 horas semanais com dedicação exclusiva, como também existe uma bonificação e uma relação com o aluno que envolve à ampliação dos conteúdos, projetos, atividades extracurriculares, entre outras articulações com a responsabilidade de formar os “indivíduos em sua totalidade”, termo utilizado na página oficial das ECI. Nesse ponto, identificamos um discurso da flexibilização do trabalho docente que, muitas vezes, tem como consequência a perda da identidade profissional (OLIVEIRA; NUNES, 2013). Este por os docentes exercem outras funções para lidar com as necessidades que a jornada integral se compromete.

Assim, os processos submersos presente durante a adoção de novos ciclos reflete também em movimentos de resistência. Esses movimentos são dados por a oferta carregar consigo mudanças profundas na cultura organizacional do ambiente escolar. Isto é, os professores, pais e estudantes buscavam respostas sobre como o modelo iria interpelar suas vidas e como essa reorganização estava sobreposta como “qualidade”.

É possível enxergar os desafios que a oferta teve com a comunidade local e sindicato da Paraíba. A comissão executiva aparece como ponto chave para a recepção do modelo inicialmente e, mais tarde, para adoção de ações que se aproximasse do cenário real escolar.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho presente serve de subsídio para compreender que a jornada integral coloca o debate da educação de qualidade. É preciso compreender os programas enquanto política para relevar como significa educar e quais condições são dadas para essa execução.

Bem como, é necessário investigar como o processo ocorre com enfoque na carreira docente, visto que os professores podem sofrer de uma flexibilização em sua profissão e muitas vezes a prática pedagógica ser deixara, inerentemente, em outro plano.

Ademais, um discurso da lógica mercantil e qualidade educacional enquanto resultados positivos está se instalando, ao longo do tempo, nas diferentes localidades. Esse acontece a partir de setores privados e diretrizes de organismos internacionais.

### **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos a FUNDAJ e o Cnpq por ter investido e dado oportunidade para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Agradeço também a Cibele Rodrigues, minha orientadora que me trouxe muitos ensinamentos ao longo da trajetória e a Ruttany Ferreira, companheira de pesquisa sobre o ensino da Paraíba.

### **REFERÊNCIAS**

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v.18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BALL, Stephen. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CONSED. **Governo expande Escolas Cidadãs Integrais e transforma a educação pública na Paraíba**. Disponível em: <<http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/governo-expande-escolas-cidadas-integrais-e-transforma-a-educacao-publica-na-paraiba>> Acesso em 14 de agosto de 2019.

DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. **MICHEL FOUCAULT: Uma trajetória filosófica**. Editora Forense Universitária, vol 2, 2010.

FERREIRA, Eliza. B. A gênese do ProEMI na perspectiva cognitiva das políticas públicas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(168), 2018. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3761>

FERREIRA, Eliza B.; FONSECA, Marilia; SCAFF, Elisangela A da S. A interferência do Banco Mundial no ensino secundário brasileiro: experiências históricas e desafios atuais. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 3, p. 1733-1749, out., 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no College de France, pronunciada em: 02 de dezembro de 1970. – São Paulo: Ed Loyola, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Editora Cortez, 1984. 1ª ed

ICE. **Instituto de Corresponsabilidade pela Educação**. Disponível em: <<http://icebrasil.org.br/>>. Acesso em: maio de 2020.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: **Educ.Soc.** Campinas, v.27.94, p. 47-69, jan/abr, 2006.

NUNES, Claudio; OLIVEIRA, Dalila. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n.1, p. 65-80, jan./mar. 2017.

PARAÍBA. PODER EXECUTIVO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 267 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018. **Cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrals – ECI, Escolas Cidadãs Integrals Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrals Socioeducativas - ECIS e institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências.** DIÁRIO OFICIAL. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2018/02/Diario-Oficial-09-02-2018.pdf>. Acesso em: 06 de dezembro de 2019, 14:30.



## **AS AVALIAÇÕES NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO: PERSPECTIVAS PARA A GARANTIA DO DIREITO AO ACESSO DE QUALIDADE À EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Renata Patrícia Jorge dos Santos Barbosa<sup>1</sup>; Juceli Bengert Lima<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Pedagogia - FAFIRE; e-mail: renatapjsantos@hotmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas da Fundaj – DIPES/CECIM; e-mail: juceli.bengert@fundaj.gov.br

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo identificar as políticas de avaliação da Educação Infantil elaboradas pelas Secretarias de Educação a partir dos Planos Municipais de Educação dos 128 municípios que compõem as regiões: Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste pernambucano e o Arquipélago de Fernando de Noronha, assim como avaliar as iniciativas e estratégias municipais, no âmbito da avaliação desta etapa da educação básica. Visa também, analisar os modelos e abordagens adotados pelos municípios comparando com os referenciais teóricos da área e com o Plano Nacional de Educação. A construção dos dados se deu a partir da análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016), quando foram identificadas categorias teóricas de análise, no âmbito da avaliação educacional. Com essa pesquisa foi possível identificar que houve um esforço dos municípios em cumprir o prazo de construção de seus Planos Municipais de Educação no tempo determinado pelo Plano Nacional de Educação. Entretanto nem todos seguiram os passos indicados pelo documento disponibilizado pelo MEC. Espera-se que aqueles que têm seus planos alinhados às concepções de infância e Educação Infantil constante nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e às concepções de avaliação dos autores estudados, sejam levados em conta e que sejam realmente colocados em prática como política de Estado. Será um avanço para a educação em geral e para a Educação Infantil, em particular.

**Palavras-chave:** Avaliação. Educação Infantil. Planos Municipais de Educação.

## **INTRODUÇÃO**

As avaliações nos Planos Municipais de Educação de Pernambuco: perspectivas para a garantia do direito ao acesso de qualidade à educação infantil é parte do projeto “A educação básica pública nos estados do Nordeste - Brasil: condições de oferta e perspectivas para expansão com qualidade”, tem como objetivo geral analisar, a partir dos Planos Municipais de Educação, as iniciativas de avaliação da Educação Infantil elaboradas pelas Secretarias de Educação, buscando identificar suas potencialidades, caso existam, para contribuir para a garantia do direito ao acesso de qualidade desta etapa da educação básica. Para tanto buscou:

- ✓ Identificar a existência (ou não) de arcabouço legal para avaliações municipais no âmbito da Educação Infantil.
- ✓ Analisar os modelos e abordagens adotados pelas Secretarias de Educação, comparando com os referenciais teóricos da área.
- ✓ Identificar elementos que revelem ações e esforços para garantia dos direitos das crianças a uma Educação Infantil, que se alinhem ao referencial teórico

Visando contribuir com o debate sobre a avaliação da Educação Infantil, esta pesquisa focalizou especificamente os 128 municípios do estado de Pernambuco que compõem a Região Metropolitana do Recife, a Zona da Mata, o Agreste pernambucano e o arquipélago de Fernando de Noronha, analisando os seus Planos Municipais de Educação e comparando com os referenciais teóricos da área e com o Plano Nacional de Educação.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo foi realizado em duas fases, sendo que a primeira constou de um levantamento bibliográfico e documental das temáticas, incluindo os PME de todos os municípios de Pernambuco e a segunda deu-se pela construção dos dados a partir da análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016), quando foram identificadas categorias teóricas de análise, no âmbito da avaliação educacional, sejam elas: avaliação com foco institucional (externa, interna, autoavaliação, participativa); com foco na criança (desenvolvimento infantil, habilidades e competências).

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

De acordo com o INEP, em 2019, foram feitas 343.248 matrículas na Educação Infantil no estado de Pernambuco, que conta com 6.263 estabelecimentos nesta etapa da Educação Básica. No mesmo período, nos 128 municípios analisados foram registradas 290.950 matrículas nos 4.773 estabelecimentos públicos e privados de educação

infantil. Os dados constam publicados para consulta pública no documento Sinopses Estatísticas da Educação Básica e fazem parte do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019).

Avaliar na Educação Infantil não deve ter uma concepção classificatória de controle e julgamento. Hoffman (2018, p.13) define avaliação como “um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado”. Em suas metas e estratégias para a Educação Infantil todos os municípios demonstram a preocupação com a qualidade social e total desta etapa da educação básica.

No que concerne às estratégias da avaliação da Educação Infantil, foco de nosso interesse, pode-se observar que 71 municípios (55,5%) têm os seus planos alinhados com as concepções de infância e Educação Infantil, constantes nas DCNEI e concepções de avaliação dos autores estudados, que contemplam uma avaliação participativa, com foco na instituição, nos processos, e, portanto, mais comprometida com qualidade. Os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009) neste sentido dizem que

o processo de definir e avaliar a qualidade de uma instituição educativa deve ser participativo e aberto, sendo importante por si mesmo, pois possibilita a reflexão e a definição de um caminho próprio para aperfeiçoar o trabalho pedagógico e social das instituições (BRASIL, 2009, p. 14).

Estando os PME's destes municípios, também, alinhados ao Plano Nacional de Educação (2014) que prevê a avaliação da Educação Infantil, vinculada à qualidade, conforme a sua estratégia 6, da Meta 1, que em seu texto especifica que os municípios devem:

Implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes (PNE, 2014).

Nove Municípios (7,0% dos municípios analisados) não disponibilizaram o seu PME para consulta nas plataformas públicas. Seja no site do MEC, seja no site oficial do município. Foi possível observar também, que em 34 Planos Municipais de Educação (26,6% dos municípios analisados) não constam estratégias específicas sobre a avaliação da educação infantil. Contrariando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), mais de um município põe o foco na avaliação da aprendizagem. Aproximadamente 10,9% do total de municípios analisados (14 municípios) não têm

estratégias de avaliação da Educação Infantil alinhadas ao Plano Nacional de Educação, ou estão ainda desenvolvendo os seus parâmetros e instrumentos de avaliação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise dos PME's foi possível concluir que todos os municípios, dentro de suas possibilidades, demonstram preocupação para que a educação infantil esteja de acordo com as especificidades desta etapa da educação e com os referenciais legais e teóricos, promovendo práticas de educação e cuidados e integrando-as com as necessidades físicas e emocionais, cognitivas e sociais, compreendendo a criança como um ser completo e de direito, já que a educação infantil é um direito da criança.

Pode-se observar também, que houve um esforço dos municípios em cumprir os prazos de construção de seus Planos Municipais de Educação no tempo determinado no Plano Nacional de Educação, já que as leis que os instituíram datam de 2015. Apesar de nem todos seguirem os passos indicados no documento disponibilizado pelo MEC.

Espera-se que os Municípios que têm os seus planos alinhados às concepções de infância e Educação Infantil constante nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e às concepções de avaliação dos autores estudados, sejam levados em conta e que sejam realmente colocados em prática como política de Estado. Será um avanço para a educação em geral e para a Educação Infantil, em particular.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao CNPq e à FUNDAJ, pelo investimento; à Juceli Bengert Lima, pela orientação atenciosa e emancipadora; à Patrícia Simões por possibilitar meu ingresso na Pesquisa Científica; ao GPIEDUC, pelo aprendizado; à minha família, por compreenderem as minhas ausências e me incentivarem sempre a concretizar os meus sonhos.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Sinopses Estatísticas da educação básica**. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Brasília: MEC, INEP, 2019. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de junho de 2014.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2018. 22ª Edição

MOURA, Jamerson Kemps Gusmão. **Cultura organizacional e políticas públicas**: processos sociais que envolvem a política de gestão democrática da educação no Brasil e Portugal. Recife: UFPE 2017. (Tese de Doutorado em Sociologia).

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória**: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.



## EFEITOS DE MESMA RAÇA/COR ENTRE ALUNOS E PROFESSORES SOBRE RESULTADOS EDUCACIONAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO RECIFE

Samuel de Albuquerque Rocha<sup>1</sup>; Isabel Pessoa de Arruda Raposo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas - DECON/UFRPE; e-mail: [samuel.rocha.samuel009@gmail.com](mailto:samuel.rocha.samuel009@gmail.com),

<sup>2</sup>Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais - NEES/DIPES; e-mail: [isabel.raposo@fundaj.gov.br](mailto:isabel.raposo@fundaj.gov.br)

**RESUMO:** Estudos anteriores sugerem que há benefícios acadêmicos e melhorias socioeducativas quando alunos e professores compartilham a mesma raça/cor, pois esses professores podem servir como modelos a serem seguidos por estes alunos. Neste projeto obtivemos estimativas de mudança de desempenho em alunos do 6º e 7º ano da Rede Pública do Recife, ao serem colocados em uma situação de igualdade de raça com seus professores de Português e Matemática, com dados colhidos da Pesquisa *Acompanhamento Longitudinal do Desempenho Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental do Recife* (FUNDAJ, 2018). Foi encontrado que alunos que se declaram de raça/cor preta apresentaram uma melhora no desempenho escolar, ao serem lecionados por professores não brancos (pretos ou pardos), mostrando uma maior identificação de raça/cor. Alunos negros tiveram um aumento médio de 7,88 pontos na nota de Português e de 5,04 pontos na nota de Matemática quando foram ensinados por um professor não branco. As variáveis para alunos brancos não se mostraram significantes, e foi discutida uma suposição para o porquê deste resultado.

**Palavras-Chave:** Defasagem educacional, Raça, Escolaridade, Desempenho social, *Role model*

## INTRODUÇÃO

A discrepância no desempenho escolar entre alunos de diferentes gêneros, etnias e raça/cor é uma realidade estudada em todo o mundo por sua prevalência e reincidência em salas de aula além de fronteiras nacionais e, no Brasil, o fenômeno também é observado. Os dados da pesquisa *Acompanhamento Longitudinal do Desempenho Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental do Recife (FUNDAJ, 2018)* apontam que os alunos de 7º ano de escolas públicas do Recife que se declaram negros apresentam em média um desempenho em matemática inferior em 5,5% e em português, o desempenho é 4,6% menor, quando comparados àqueles estudantes que se declaram de outra raça/cor, como brancos, pardos, amarelos ou indígenas, indo de acordo com o observado em outros países.

Quanto às origens da disparidade de desempenho escolar, existem três hipóteses propostas na literatura. A primeira argumenta que as diferenças raciais em termos do background familiar, tais como escolaridade, emprego e renda dos pais, são responsáveis pelas desigualdades educacionais dos estudantes de diferentes raças (BROOKS-GUNN, SMITH, DUNCAN & LEE, 2003; FRYER & LEVITT, 2004; FRYER & LEVITT, 2006; HALLE, FORRY, HAIR ET AL, 2009). A segunda hipótese enfatiza a importância do estilo de educação parental (*parenting*), incluindo todo tempo e o conjunto de atividades que os pais dedicam aos filhos, tais como orientações nas atividades escolares, acompanhamento e suporte emocional de suas crianças (PHILLIPS, BROOKS-GUN, DUNCAN ET AL, 1998; YEUNG & PFEIFFER, 2009; DE MELO ET AL, 2020). Por fim, outros fatores não facilmente mensuráveis, como discriminação racial, esforço ou motivação pessoal também podem operar na geração de desigualdades educacionais por raça.

Dentro desta última hipótese de discriminação, há uma literatura crescente demonstrando que as diferenças étnico-raciais entre professores e alunos poderiam ser um dos mecanismos de transmissão de desigualdades educacionais através de uma visão tendenciosa, informações limitadas ou crenças incorretas (ANDERSON, FRYER, HOLT, 2006; HOXBY, TURNER, 2013). Haveria duas principais explicações para existência desse fenômeno: a primeira sendo a existência de uma discriminação institucional, explicada pelo efeito Rosenthal, a partir de um estereótipo pré-existente e a segunda é o conceito de *role model*, um efeito onde o aluno se inspira no professor, mediante uma identificação por sua etnia (ou gênero). Nesse processo, os estudantes veem no professor um exemplo a ser seguido e alcançado e tal identificação beneficia, principalmente, alunos de minorias sociais e étnicas, visto que estes grupos são comumente marginalizados na sociedade, fazendo com que o efeito de inspiração seja ainda mais forte. (GERSHENSON, HOLT, PAPAGEORGE, 2015; EGALITE, KISIDA, WINTERS, 2015). Este projeto pretende agregar ao debate investigando em que medida o

descasamento étnico-racial entre professor e aluno é um fator que contribui para a desigualdade educacional por raça/cor. O público-alvo das análises desse estudo são alunos e professores dos 6 e 7º anos do ensino fundamental de escolas públicas do Recife participantes da pesquisa Fundaj (2018).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Além da revisão bibliográfica sobre o tema em pauta, para atender aos objetivos deste subprojeto serão utilizados os dados primários da pesquisa Fundaj (2018), que consiste de um acompanhamento longitudinal de informações sobre os alunos ao longo de dois anos letivos consecutivos, 2017 (amostra composta por estudantes cursando o 6º ano do ensino fundamental) e 2018 (mesma amostra de educandos que progrediram para o 7º ano).

A metodologia utilizada para identificação das fontes de desigualdades educacionais decorrente do mismatching racial professor-aluno se baseou no método de diferenças em diferenças. O método das diferenças em diferenças (DD) é uma técnica de avaliação de impacto considerada não-experimental ou quase-experimental. No contexto de um quase-experimento, o procedimento de DD é empregado em uma situação na qual a ocorrência de um evento fortuito (definido como tratamento ou intervenção) permite formar grupos de tratamento e controle parecidos em diversos aspectos. No caso do estudo aqui proposto, o tratamento considerado foi a mudança no status de igualdade étnico-racial entre o aluno e seu professor, entre os anos de 2017 (quando o aluno está no 6º ano do ensino fundamental) e 2018 (quando o mesmo aluno progride para o 7º ano). O método de DD é baseado no cálculo de uma dupla subtração: a primeira se refere à diferença das médias da variável de resultado, para os grupos de tratamento e controle, entre os períodos anterior e posterior ao chamado tratamento (ou intervenção), e a segunda se refere à diferença da primeira diferença calculada entre esses dois grupos. Os alunos foram divididos em quatro grupos, negros com professores negros (Grupo 1); pardos com professores pardos (Grupo 2); negros com professores negros ou pardos (3) e brancos com professores brancos (4).

## RESULTADOS/DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta as estimativas para o efeito da igualdade racial entre professores e alunos sobre o desempenho em Português e Matemática para o Grupo 3 (estudantes negros com professores negros ou pardos). Os resultados revelam que os alunos pretos que tiveram professores não-pretos em 2017, mas que no ano de 2018 passaram a ser ensinados por professores negros ou pardos obtiveram notas de Português superiores em 7,88 pontos e de Matemática maiores em 5,04 pontos, relativamente aos alunos que não se beneficiaram desse tipo de *matching* étnico-racial. Os resultados para os demais

grupos revelam um efeito positivo do *matching* racial entre alunos e professores pardos, porém um resultado estatisticamente não significativo para o Grupo 4, de estudantes e docentes brancos. Essa última evidência pode estar relacionada ao fato de que, por não haver um estigma direcionado a pessoas brancas, o efeito de *role model* não estaria presente de forma a que os discentes sejam beneficiados por ele.

TABELA 1: Estimativas DID para o efeito da igualdade racial entre professores e alunos sobre as notas de português e matemática

	Português	Matemática
Antes (2017)		
C	46,34	45,62
T	42,30	42,59
T – C	-4,05***	-3,03**
Depois (2018)		
C	36,24	36,32
T	40,08	38,33
T – C	3,84***	2,02*
<i>DID</i>	7,88***	5,04***
Nº OBS (C)	1604	1804
Nº OBS (T)	39	54

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Fundaj (2018).

Notas: Resultados representam as estimativas de diff-in-diff (DID) com PSM controlando-se pelas características de alunos, responsáveis e professores descritas nas Tabelas 1 e 2. ANTES se refere aos dados antes de haver a igualdade racial entre professores e alunos e DEPOIS após haver a igualdade. A letra C representa o grupo controle e T o grupo tratamento, Nº OBS diz respeito ao número de observações desses grupos. \* significativa a menos de 10%; \*\* significativa a menos de 5%; \*\*\* significativa a menos de 1%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a mudança de professor do grupo de alunos entre 2017 e 2018, as estimações mostram um impacto positivo e estatisticamente significativo sobre o desempenho escolar para alunos negros que tiveram um *matching* étnico com seus professores negros ou pardos no ano de 2018, em ambas as disciplinas analisadas. Os resultados apresentados no projeto mostram um arranjo possível para combater a

discrepância educacional em níveis iniciais na vida escolar. Ainda que existam variáveis mais complexas a serem analisadas, como a influência da família, e dedicação própria do aluno, entre outras, os dados comprovam que a relação do aluno com seu professor é de grande influência para seu desempenho.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Isabel Raposo, pela orientação, dicas e todo o aprendizado. À coordenação do PIBIC-Fundaj e ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa. E agradeço também à coordenação do Departamento de Economia da UFRPE, sempre solícito em auxiliar.

## **REFERÊNCIAS**

BROOKS-GUNN, Jeanne; SMITH, Judith; DUNCAN, Greg.; LEE Kyunghye.: The Black-White Test Score Gap in Young Children: Contributions of Test and Family Characteristics., 2003. Applied Developmental Science, Vol. 7, n. 4, p. 239-252.

EGALITE, Anna; KISIDA, Brian; WINTER, Marcus: Representation in the classroom: The effect of own-race teachers on student achievement, 2015. Education of Economics Review, Vol. 45, p. 44-52.

FRANESCHINI, Vanessa Lima Caldeira; MIRANDA-RIBEIRO, Paula; GOMES, Marília Miranda Forte: A cor da reprovação: fatores associados à reprovação dos alunos do ensino médio, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022016000300773&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022016000300773&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em 19 de novembro de 2019.

GERSHENSON, Seth; HOLT, Stephen; PAPAGEORGE, Nicholas: Working Paper Who Believes in Me? The Effect of Student-Teacher Demographic Match on Teacher Expectation. 2016. Disponível em: [https://research.upjohn.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1248&context=up\\_workingpapers](https://research.upjohn.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1248&context=up_workingpapers) Acesso em 02 de setembro de 2019.

GUNDERSON, Elizabeth; RAMIREZ, Gerardo; LEVINE, Susan; BEILOCK, Sian: The Role of Parents and Teachers in the Development of Gender-Related Math Attitudes., 2011. Sex Roles, Vol. 66, p. 153-166.

HANNA, Rema; LINDEN, Leigh: Discrimination in Grading, 2015. American Economic Journal: Economic Policy, Vol. 4, n. 4, p. 146-168.

SOUZA, Pedro Ferreira de; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; CARVALHAES, Flavio: Desigualdade de Oportunidades no Brasil: Considerações sobre classe, educação e raça, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092010000200005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000200005) Acesso em 19 de novembro de 2019.



## IMPACTO DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP) NAS MOTIVAÇÕES ACADÊMICAS DE PROFESSORES E ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO RECIFE

Vitor Henrique Gomes do Nascimento<sup>1</sup>; Isabel Pessoa de Arruda Raposo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do curso de Ciências Econômicas - UFRPE; e-mail: [vitorhenriquecontato@gmail.com](mailto:vitorhenriquecontato@gmail.com);

<sup>2</sup>Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais - NEES / Dipes / Fundaj, e-mail: [isabel.raposo@fundaj.gov.br](mailto:isabel.raposo@fundaj.gov.br)

**RESUMO:** O objetivo desse projeto foi analisar o efeito da OBMEP sobre o comportamento de alunos e professores da rede pública de ensino da cidade do Recife. Foi utilizado o *método de diferenças em diferenças*, assim como o *modelo de pareamento por escore de propensão*, para analisar um conjunto de dados em painel colhidos na *Pesquisa Acompanhamento Longitudinal do Desempenho Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental do Recife (FUNDAJ, 2018)*. Foi encontrado que a presença de um aluno participante da segunda fase da OBMEP numa turma, aumenta a frequência com a qual o professor de matemática dessa turma corrige os deveres de matemática, assim como aumenta a frequência com que esse professor elogia os seus alunos. Esse resultado se mantém nos casos em que há a presença de um aluno premiado na olimpíada numa turma, nesses casos, há também um aumento na frequência com a qual os alunos pertencentes à turma do premiado reportam responder às atividades. O resultado sugere a existência de externalidades positivas da OBMEP sobre o ensino da matemática, uma vez que afeta variáveis comportamentais que mantêm uma relação indireta com o aprendizado e com o desempenho escolar.

**Palavras-chave:** avaliação de impacto; motivação escolar, competições escolares.

## INTRODUÇÃO

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), é uma iniciativa da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) em parceria com o Instituto de Matemática pura e aplicada (IMPA), que abrange estudantes do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio. A literatura que trata sobre a OBMEP mostra o impacto positivo da olimpíada sobre o desempenho acadêmico dos alunos participantes em exames nacionais e internacionais. Biondi, Vasconcellos e Menezes-Filho(2012) mostram que as escolas participantes da OBMEP no ano de 2007, obtiveram um desempenho maior que as não participantes, na Prova Brasil. De modo semelhante, Soares e Leo (2014), através de um indicador que mede o envolvimento das escolas com a OBMEP, concluíram que as escolas com o maior grau de envolvimento com as olimpíadas tiveram melhor desempenho médio na Prova Brasil, no ENEM e no PISA. Também foi considerado se a presença de um aluno premiado na olimpíada pode afetar o desempenho escolar dos seus pares, Moreira (2012) mostra no seu trabalho que a presença de um estudante premiado com o certificado de menção honrosa numa turma, aumenta o desempenho dos seus colegas em sua próxima participação na olimpíada, assim como aumenta a probabilidade de que esses colegas sejam aprovados em cursos de ensino superior. O objetivo desse sub-projeto é analisar o efeito da presença de alunos participantes da segunda fase da olimpíada, na frequência com a qual o professor de matemática da turma corrige o dever de matemática, e na frequência com a qual ele elogia os seus alunos quando esses vão bem nas aulas. Além disso, busca analisar se tal presença afeta a frequência com a qual os alunos dessa turma fazem as atividades de matemática, e se modifica o prazer dos alunos em aprender matemática.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Informações referentes aos estudantes e escolas que participaram da OBMEP foram cedidas pela Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco (SEE-PE), esses dados foram combinados aos dados da pesquisa *Fundaj (2018)* que acompanhou um grupo de alunos ao longo de dois anos letivos (6º e 7º ano) entre 2017 e 2018. A metodologia utilizada para identificação do impacto da OBMEP nas variáveis de interesse foi baseada no *método de diferenças em diferenças (DD)*. No contexto de um quase experimento (ou experimento natural), o procedimento de *DD* é empregado numa situação na qual a ocorrência de um evento fortuito, permite formar grupos de tratamento e controle parecidos em diversos aspectos. No caso desse estudo, o quase experimento considerado é a mudança no status de participação das escolas da pesquisa *Fundaj (2018)* na OBMEP, entre os anos de 2017 (quando o aluno está no 6º ano do ensino fundamental e numa turma sem alunos na OBMEP), e 2018 (quando esse mesmo aluno progride para o 7º ano e a sua turma passa a ter um ou mais alunos participantes da OBMEP). Em conjunto com o *modelo de diferenças em diferenças*, foi também

utilizado o *modelo de pareamento por escore de propensão*, com o objetivo de tornar os grupos mais homogêneos antes da aplicação do *DD*.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

A partir dos dados da pesquisa, foram adotados dois tipos de tratamento para avaliar o efeito da OBMEP sobre as variáveis de interesse, no tratamento 1 observou-se o impacto que a participação de determinada turma na OBMEP gera sobre seus alunos, para isso o grupo tratamento foi definido como sendo, os alunos pertencentes às turmas que não participaram da 2ª fase da OBMEP no ano de 2017 e que passaram a participar no ano de 2018, enquanto o grupo controle são os alunos de turmas não participantes da 2ª fase das Olimpíadas nos dois anos. Já o tratamento 2, olha para o efeito da OBMEP nas turmas que possuem algum aluno premiado, deste modo, definiu-se o grupo de tratados como sendo os alunos pertencentes às turmas que não tiveram alunos premiados em 2017 e que passaram a ter em 2018, enquanto o grupo controle são os alunos pertencentes às turmas que nunca tiveram premiados. Ao realizar as estimativas *DD* para o tratamento 1, foi encontrado que os professores das turmas tratadas apresentaram um acréscimo de 0,085 pontos na média de frequência de correção de deveres de matemática (incremento de aproximadamente 3%), e um aumento de 0,146 pontos na frequência com que elogia o seu aluno (incremento de aproximadamente 6%).

Já nas estimativas relativas ao tratamento 2, foi encontrado que a proporção de alunos que relatam sempre fazer seu dever de matemática, aumentou 0,332 pontos após o tratamento, enquanto esses mesmos alunos se beneficiaram em 0,247 pontos no acréscimo com que os professores corrigiam suas tarefas e em 0,450 pontos na frequência com que o docente lhes elogia. Os testes também foram realizados para os mesmos tratamentos considerando as mesmas variáveis para a disciplina de português, de modo a verificar se a melhora nas variáveis seriam encontradas em outras matérias, não foi encontrada significância estatística em nenhuma das variáveis na disciplina de português. Esse resultado traz robustez àqueles anteriormente encontrados, pois corrobora a suposição de que o aumento da motivação dos professores e em alguns casos estudantes, se dá pela adoção de novas dinâmicas escolares nas aulas de matemática, possibilitadas pela olimpíada e não por um fator externo que afete a motivação em todas as disciplinas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados encontrados contribuem com a literatura que estuda o efeito da OBMEP na educação matemática, os estudos realizados anteriormente focam no impacto gerado pela olimpíada sobre variáveis referentes ao desempenho escolar dos alunos,

como notas ou aprovação em vestibulares. Enquanto isso, os resultados encontrados nesse projeto aferem o efeito da OBMEP sobre variáveis comportamentais (referentes não apenas aos alunos, mas também ao corpo docente) ainda não estudadas, mas que mantêm uma relação indireta com a aprendizagem e o desempenho escolar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida, à Fundação Joaquim Nabuco, especialmente ao CIEG por todo o suporte, e por fim, à orientação e investimento da minha orientadora Isabel Raposo.

## **REFERÊNCIAS**

BIONDI, R. L.; VASCONCELLOS, L.; MENEZES-FILHO, N. A. **Avaliando o impacto da OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática da Escolas Públicas - na qualidade da educação.** Revista Economia, do LACEA, v. 12, nº 2, pág.: 143-170, 2012.

MOREIRA, D. **Recognizing Performance.** 2017. Disponível em: <<http://www.obmep.org.br/estudos.htm>>. Acesso em: 14 de set. De 2020.

SOARES, C. M. M.; LEO, E.; SOARES, J. F. **Impacto da Olimpíada Brasileira de Escolas Públicas (OBMEP) no desempenho de matemática da Prova Brasil, ENEM e PISA.** Disponível em: <<http://www.obmep.org.br/estudos.htm>>. Acesso em: 14 de set. De 2020.

[base de dados] FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (FUNDAJ). **Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife.** Recife: Ministério da Educação – FUNDAJ, 2013.

\_\_\_\_\_. **Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife.** Recife: Ministério da Educação – FUNDAJ, 2018.



## **COTAS DE INGRESSO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO NORDESTE BRASILEIRO: DESEMPENHO ACADÊMICO, RETENÇÃO E EVASÃO ESCOLAR**

**Tomaz Silva da Matta Ribeiro<sup>1</sup>; Luís Henrique Romani de Campos<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Estudante do curso de ciências econômicas na UFRPE; e-mail: tomazribeiro1@gmail.com;

<sup>2</sup> Pesquisador(a) da Diretoria de pesquisas sociais da FUNDAJ, DIPES; e-mail: luis.campos@fundaj.gov.br

**RESUMO:** O projeto de iniciação científica teve por objetivo analisar o efeito das políticas de ação afirmativa no ensino superior sobre o desempenho dos alunos das instituições públicas federais. Neste projeto foi apresentada a evolução da legislação do sistema de ações afirmativas no país para as universidades e alguns debates que ganharam relevância na efetivação jurídica das cotas para chegar ao atual modelo de sistema de cotas para o ingresso no ensino superior. A partir dos microdados do ENADE 2018 disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) foram feitas regressões de variáveis como raça, sexo e recebimento de bolsas/auxílios afim de averiguar o quão significativas são as diferenças das médias entre cotistas e não cotistas. Os resultados mostraram que não há diferença significativa entre as médias dos cotistas e não cotistas, contudo a diferença passa a ser significativa ao analisarmos outras variáveis (como raça, sexo, escolaridade dos pais, auxílios, etc) o que indicam possíveis deficiências na implementação das políticas de ação afirmativa.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas, cotas, ENADE, ensino superior, instituições públicas federais, universidades, políticas públicas, microdados.

## INTRODUÇÃO

Como ponto inicial do processo de implementação das políticas de ações afirmativas no Brasil, se verificam a Lei Estadual nº 3524 de 28 de dezembro de 2000 e a Lei Estadual nº 3708 de 9 de novembro de 2001, ambas do Rio de Janeiro, onde são reservados percentuais de vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas municipais e estaduais do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2000) e para estudantes que se declaravam pretos ou pardos (RIO DE JANEIRO, 2001).

Alguns anos depois, a adoção pela Universidade de Brasília de um sistema de cotas que destinava 20% das vagas para estudantes declarados negros gerou uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) do Partido Democratas (DEM), levada ao Supremo Tribunal Federal, questionando se tal medida feria princípios constitucionais de dignidade humana e igualdade. Ao final do processo, os ministros do STF votaram como improcedente a arguição apresentada pelo Democratas (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012).

Em 2012 houve a institucionalização do sistema de cotas no Brasil, regulamentado pela Lei nº 12711 de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas). Foi determinado que 50% das vagas ofertadas nas instituições públicas federais fossem destinadas a estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública. Dentro desse percentual, as vagas deveriam ser distribuídas entre os alunos que recebessem até 1,5 salários mínimos, os alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e os demais alunos que não se encaixam nesses critérios de renda e cor/raça (BRASIL, 2012)

A discussão sobre as cotas acabou levando a diversos questionamentos sobre a sua implementação. Oliven (2002, p. 17) menciona as dificuldades devido ao fato de os critérios de cor/raça terem como comprovação a autodeclaração dos participantes. Contudo, para ele se tal poder de decisão fosse dado para o estado, o caráter de julgamento poderia ser utilizado para outros fins. Já Moehlecke (2002, p. 14) destaca que a implementação das políticas de ação afirmativa não seriam uma discriminação dos candidatos tendo em vista que os mesmos não se encontram no mesmo nível de igualdade para ascender a vaga.

Quanto ao caráter de desempenho, Vilela, Menezes-Filho e Tachibana (2016) mostram que as cotas não selecionam candidatos com desempenho significativamente inferior. Em seu estudo, os alunos selecionados pelas cotas, em sua quase totalidade, foram alunos que estavam no primeiro décil de desempenho de suas categorias.

## **PROCESSOS METODOLOGICOS**

A pesquisa utilizou como base de dados os microdados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) realizado em 2018, disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir desses dados foram feitos filtros quanto às instituições de ensino, visto que o foco da pesquisa se centrou nas instituições públicas federais. Além do mais, houveram mais dois filtros com o objetivo de selecionar apenas os alunos concluintes que participaram da edição e que não tiveram a sua prova zerada por algum motivo.

Foi utilizado o modelo log-linear para se analisar a diferença entre as médias em termos percentuais e foi adotada a variável dummy “COTISTA” para separar os dados do alunos participantes que possuíam algum tipo de cota (valor=1) dos que não possuíam cota (valor=0).

Foram criadas as variáveis “lapso” e “duração”. A primeira variável é resultado da diferença do período em que o aluno concluiu o ensino médio e ingressou no ensino superior. Já a segunda variável representa o tempo em que o aluno está cursando o ensino superior.

## **RESULTADOS**

Ao observar apenas as notas médias, foi verificado que os alunos não cotistas haviam obtido uma média de 51,215, enquanto que os cotistas tiveram uma nota média de 48,748. Os participantes do sexo masculino não cotistas tiveram uma nota média de 51,756, enquanto que os cotistas tiveram um desempenho de 48,939. Os participantes do sexo feminino tiveram uma nota média para não cotistas e cotistas de 50,768 e 48,621, respectivamente. Os alunos de cor branca (cotistas e não cotistas) obtiveram maior média em relação às demais categorias.

Ao fazer a regressão se verificou que a diferença entre as médias dos alunos cotistas e não cotistas não era significativa. A diferença significativa surgira quando analisávamos outras variáveis como sexo, cor/raça e renda. Os estudantes do sexo masculino obtiveram um desempenho médio 4,025% superior aos estudantes do sexo feminino. Os alunos negros, pardos e indígenas obtiveram um desempenho significativamente inferior aos brancos. Conforme a renda aumentava (em termos de salário mínimo) o desempenho médio crescia significativamente.

Se verificou também que os alunos que recebiam algum auxílio tiveram um desempenho significativamente inferior aos alunos que não recebiam. A única exceção nesse caso foi para os alunos que receberam os auxílios moradia e alimentação em conjunto, nesse

caso não houve diferença significativa para com os alunos que não recebiam nada. Por outro lado, ao analisar os alunos que recebiam algum tipo de bolsa, verificou-se que todos os alunos que recebiam algum tipo de bolsa obtiveram um desempenho significativamente superior aos que não receberam nenhuma bolsa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados mostraram que a diferença significativa de desempenho entre os alunos não surgia devido ao fato deles serem cotistas ou não, mas sim devido aos demais fatores nos quais eles estavam inseridos. As variáveis cor/raça e sexo sofrem distorções devido a problemas sociais ainda vivenciados na sociedade e esses fatores podem acabar afetando também no desempenho dos alunos. Já a variável renda mostrou uma relação crescente em relação ao desempenho, o que era esperado também, pois conforme a renda aumenta maiores são os recursos e a disponibilidade para estudo, em média.

O desempenho dos alunos que receberam algum tipo de auxílio mostrou que podem haver algum tipo de problema na implementação desses programas, visto que se esperava que não houvesse relação entre o desempenho e o recebimento dos auxílios. Quanto ao recebimento de bolsas, os resultados mostraram de fato um panorama esperado, tendo em vista que a bolsa tem um caráter atrelado ao desempenho e/ou que permita a aplicação dos conhecimentos estudados no curso em que os alunos fazem parte.

## **REFERENCIAS**

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Portal do Ministério da Educação, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 16 de março de 2020.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa. N.117, p.197-217, 2002.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Educação. Vol. 30, n. 1, p. 29-51, 2007.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. JusBrasil, 2000. Disponível em: <https://govrj.jusbrasil.com.br/legislacao/90839/lei-3524-00>. Acesso em: 17 de março de 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. JusBrasil, 2001. Disponível em: <https://govrj.jusbrasil.com.br/legislacao/90840/lei-3708-01>. Acesso em: 17 de março de 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF julga constitucional política de cotas na UnB. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042&caixaBusca=N>. Acesso em: 25 de março de 2020.

VILELA, Lara; MENEZES-FILHO, Naercio; TACHIBANA, Thiago Yudi. As Cotas nas Universidades Públicas Diminuem a Qualidade dos Alunos Selecionados? Simulações com dados do ENEM. Policy Paper, nº 17. Insper. 2016.



## A (IN)VISIBILIDADE DAS CULTURAS INDÍGENAS NOS ESTUDOS SOBRE RELIGIÃO DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DO IJNPS

Irene Adryane Marciano da Silva<sup>1</sup>; Maurício Antunes Tavares<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Ciências Sociais - CFCH/ UFPE; e-mail: ireneadryane12@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisador(a) do Centro de Estudos em Cultura, Identidade e Memória - CECIM/Fundaj; e-mail: mauricio.antunes@fundaj.gov.br

**RESUMO:** A proposta deste trabalho consiste em analisar, a partir das obras e do percurso intelectual no Departamento de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - IJNPS, os trabalhos do René Ribeiro, em “A antropologia dos cultos afro-brasileiros: um estudo de ajustamento social”, 1952 e; do Estevão Pinto, em “Fulniô: os últimos tapuias”, de 1956; em relação às descrições e teorias sobre pessoas negras e indígenas em Pernambuco, onde é investigada como se deram suas contribuições para uma maior visibilidade ou o reforço da já existente invisibilidade sobre esses grupos étnicos no contexto do Nordeste.

**Palavras-chave:** Departamento de Antropologia IJNPS; Estevão Pinto; Indígenas; Negros; René Ribeiro.

## **INTRODUÇÃO**

A partir de uma leitura crítica sobre como formou-se um saber científico moderno (ROSSI, 2001), buscamos pensar como as teorias racialistas fortemente propagadas a partir do século XVII ocasionaram consequências para os diversos grupos humanos e as suas distintas produções de conhecimento (LÉVI-STRAUSS, [1973] 2017). Esse ponto de partida nos permite (re)pensar como deu-se o advento das Ciências Sociais, sobretudo de seus impactos no Brasil, elencados por um contexto de segregação racial e pelas fortes consequências do colonialismo. Diante disso, como pensar as construções locais influenciadas por essas particularidades? Como pensar as dimensões da cultura em um contexto colonizado, baseando-se na desigualdade a partir da noção de raça/etnia? É a partir dessa perspectiva que pensaremos o contexto brasileiro, sobretudo no Nordeste - mais especificamente, em Pernambuco - a fim de trazer uma outra dimensão: a da formação científica nacional, suas contribuições e limitações (FOUCAULT, 1972 [2019]; LÉVI-STRAUSS, 1962 [1989]; SILVA, 2018; RODRIGUES, 1932; COSTA, GROSFOGUEL, 2016). Definida por Motta (2009) como a “emergência de formação do campo das ciências sociais do país”, instituiu-se, na década de 30, um novo paradigma de pesquisas fundamentadas por uma análise culturalista através dos conceitos de “miscigenação” e “aculturação”, principalmente. Pensando, por um lado, na integração ‘dos negros’ à sociedade nacional e, por outro, registrando todas as informações possíveis sobre os “remanescentes indígenas” antes de seu total desaparecimento, estudamos as principais produções do René Ribeiro e do Estevão Pinto - “A antropologia dos cultos afro-brasileiros: um estudo de ajustamento social, 1952 e; “Fulniô: os últimos tapuias, 1956, respectivamente - e suas atuações no Departamento de Antropologia do IJNPS, dando atenção para as suas construções teóricas, contradições e limitações e também apoiando-se pela análise de documentos oficiais disponibilizados na instituição. Dessa forma, nosso intuito foi o de observar os aspectos de continuidade e descontinuidade entre suas pesquisas, em um primeiro momento, vistas por contextos distintos e já bem delimitados e, por outro, analisar de que maneira esses autores contribuíram para uma maior visibilidade ou o reforço da já existente invisibilidade sobre grupos negros e indígenas no contexto do Nordeste.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Foi tomado como ponto de partida “à volta” aos arquivos. Buscou-se entender como são tomados e construídos os conjuntos de ideias de determinada época (CUNHA, 2004:292). Ou seja, de como titulares de uma disciplina, através de seus arquivos pessoais e coleções demonstram campos de interesse que caracterizam a história de uma área do conhecimento. Para isso, usamos a noção de “campo” trabalhada por Collins (2005) e Barbosa (2010) para compreender como o conhecimento científico elucidar-se a partir da relação entre texto e contexto, de que só podemos entender o que

uma gente diz ou faz quando sabemos de onde ele fala, o peso e a importância do que por ele é pesquisado - em termos bourdieusianos. A partir disso, e considerando o contexto de produção desses autores por meio de suas atuações no IJNPS, analisamos a partir de suas principais obras (RIBEIRO, 1952; PINTO, 1956) e por meio de documentos do CEHIBRA/ FUNDAJ; Biblioteca Blanche Knopf e o setor de Obras Raras. Além disso, realizou-se uma densa pesquisa bibliográfica buscando descrever seus percursos intelectuais, condições de atuação, seus interesses políticos e posicionamentos que nesse contexto influenciaram e foram influenciados pelas suas relações pessoais e redes de conhecimento. Para isso, foi tomado como ponto de partida uma “etnografia do arquivo” (CUNHA, 2004) onde esses *artefatos* - ou documentos - puderam demonstrar verdades parciais apreendidas por interpretações históricas e culturais socialmente construídas (*idem.*) por diferentes sujeitos.

## RESULTADOS/DISCUSSÃO

Pensar as construções em torno dos conceitos de “raça” e “cultura” na modernidade implica colocá-las em uma perspectiva de análise, possibilitando nosso entendimento sobre como se deram essas formulações científicas e de como não estão separadas de percepções parciais da realidade, mas que foram formadas a partir de indivíduos localizados. Dessa maneira, Foucault ([1972] 2019) demonstra como a ciência ocidental prioriza a razão em detrimento de uma não razão, privilegiando observações por meio de dicotomias que separam o “normal” do “anormal”, o “selvagem” do “civilizado”, por exemplo, afirmando o que deve e o que não deve ser seguido, aceito e formulado. Nesse sentido, buscamos pensar como essas separações limitam as diferentes possibilidades de existência e criações próprias de outros grupos, relegando-os à margem ou mesmo fora do que consideramos como conhecimento. É o caso das percepções científicas que buscaram legitimar uma superioridade racial supostamente biológica e que afastou os povos indígenas e nações africanas para um lugar de controle, apagamento e violências. Mesmo com diversos avanços nas questões raciais, esses apagamentos e pré-concepções foram se complexificando e ressignificando com o tempo. Em convergência com o contexto brasileiro, sobretudo no Nordeste, podemos pensar como foi construída uma possibilidade de análise da “raça” e “cultura” a partir do social e por uma perspectiva culturalista trabalhados pelos dos conceitos de “mestiçagem” e “aculturação” - com destaque que se iniciou na década de 30. Nesse contexto, sobretudo em Pernambuco, o Serviço de Higiene Mental - SHM e o Serviço de Proteção ao Índio - SPI foram importantes tanto para os grupos negros, sob vulnerabilidade de abusos policiais e, sob a tutela de índios no agreste/ sertão do estado possibilitando as formulações teóricas do René Ribeiro e do Estevão Pinto. Com o apoio de documentos oficiais e pesquisa bibliográfica, também percebemos uma forte inclinação de suas atuações voltadas para a formulação de políticas públicas e de combate à pobreza, identificada como presentes, prioritariamente, entre negros e indígenas. Por outro lado,

suas descrições, que partem da narrativa de um sujeito localizado (CUNHA, 2004) e que foi refletido em sua escrita, possibilitou um debate mais amplo sobre a sociedade nacional frente a esses grupos e que, por outro lado, contribuiu para uma narrativa tomada, erroneamente, como única, influenciada por uma visão de agentes externos sobre o “observado”, deixando de lado as possibilidades criativas desses grupos sobre eles mesmos, muitas vezes. A partir de suas influências extra-teóricas (COLLINS, 2005; BARBOSA, 2010) foi possível perceber alianças no contexto político da época que tinha por objetivo ampliar pesquisas sobre questões étnicas e buscar equivalentes científicos entre as práticas do candomblé, no Recife e nas “manifestações rituais” presentes na vida dos Fulniô de Águas Belas, destacadas por Estevão Pinto. Para entender de que modo esses autores contribuíram, por um lado para maiores informações sobre esses grupos e, por outro, reforçando a já existente invisibilidade, recorreremos a Lévi-Strauss (1962) e sua defesa sobre os diferentes modos de construir conhecimentos, onde indígenas criam suas próprias conceituações em um movimento oposto ao da perspectiva moderna. Levando-se em consideração as idênticas maneiras de resistência de pessoas negras, principalmente de sua cultura, podemos considerar que esses grupos adotaram medidas de “contra-colonizar” esses aspectos homogeneizantes sobre suas existências de maneira semelhante. Por fim, esses estudos, importantes até os dias de hoje, não devem ser tomados como narrativas únicas, relegando esses grupos a um lugar “imóvel”. É possível perceber aproximações e diferenças pelas suas obras, nos possibilitando pensar esse contexto através de trocas orientadas por interesses políticos de uma época.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É possível perceber os aspectos de continuidade e não apenas os de descontinuidade entre as perspectivas das pesquisas do René Ribeiro e do Estevão Pinto no contexto do Nordeste, pois podem ser demonstradas através das relações existentes para além das impostas por um sistema colonizador, violento e limitante. Dessa forma, tanto entre os diferentes grupos de pessoas negras e também entre os povos indígenas houveram trocas e relações que não foram observadas por uma perspectiva de autonomia e criatividade, mesmo em um contexto de apagamentos. Através da trajetória desses pesquisadores na IJNPS podemos repensar e reler essas descrições com o intuito de reapropriar seus agenciamentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Instituição Joaquim Nabuco pela oportunidade de participar como bolsista do PIBIC/Fundaj, como também ao CNPq pelo concedimento da bolsa de inventivo, que se torna determinante para a continuidade de trabalhos e pesquisas entre graduandas/ os das instituições de ensino; também agradeço a todas as

funcionárias e funcionários da Biblioteca Blanche Knopf, as/os responsáveis pela seção de Obras raras e do CEHIBRA/ Fundaj, onde sem seus trabalhos e conhecimentos não seria possível o andamento desta pesquisa, bem como as/os demais servidores/as da instituição que cuidam da estrutura física desse espaço, tornando um ambiente que possibilite o andamento desses estudos. Por fim, agradeço ao meu orientador, Maurício Antunes, por sua paciência e compreensão em relação ao andamento da pesquisa, além de estimular ao aprendizado.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ivan F., *A Escola do Recife e a Sociologia no Brasil*, 2010, 348 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2010.

COSTA, Joaze B., GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e Perspectiva Negra*, Revista Sociedade e Estado, Vol: 31, Nº 1, Jan/ Abr 2016.

CUNHA, Olivia M. G. da, *Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo*. *Mana*, v. 10, n. 2, pp.287-322, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*, Editora Perspectiva, 12ª edição, [1972] 2019.

LÉVI - STRAUSS, Claude. *“A ciência do concreto”*, in: O pensamento selvagem, Tradução: Tânia Pellegrini, 12ª ed. - Campinas, SP; Editora Papyrus, [1962] 2012.

MOTTA, Antônio. *“A Fundação Joaquim Nabuco e o legado do Departamento de Antropologia”*, *Ciência e Trópico*, Recife, v. 33, n.º 1, pp. 1-180, 2009.

NERY, Raoni da Silva., *A Escola do Recife: O Serviço de Higiene Mental e sua relação com o campo indo afro-pernambucano*, 2018. 104 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2018.

PINTO, Estevão. *Etnologia Brasileira: Fulniô, os últimos tapuias*, *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, Vol 285 de Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1956.

RIBEIRO, Celina (org.), *René Ribeiro e a antropologia dos cultos afro-brasileiros*, Recife, Ed UFPE, 2014.

ROSSI, Paolo. Capítulo 1: **Obstáculos**, In: *O nascimento da ciência moderna na Europa*, Tradução: Antonio Angonese, Bauru, SP, Ed: EDUSC, 2001.



## PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO PARNA DO CATIMBAU: LIMITES E POSSIBILIDADES EDUCOMUNICATIVAS

Dandara Santana<sup>1</sup>; Edneida Rabelo Cavalcanti<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Ciências Geográficas/Licenciatura - CFCH/UFPE; e-mail: dandarastn.ds@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj (Dipes/Fundaj); Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória (Cecim); e-mail: edneida.cavalcanti@fundaj.gov.br

**RESUMO:** Esta pesquisa busca reunir, organizar e analisar informações acerca da acessibilidade ao conteúdo científico produzido sobre o Parque Nacional do Catimbau, Pernambuco, Brasil. Orientado pelas perspectivas da educomunicação e da popularização da ciência, esta pesquisa se dedica, através da análise bibliométrica, a mapear a produção científica sobre o Parna do Catimbau, e analisar como esse material é potencialmente acessível ou não, seja quantitativamente na produção acadêmica, seja na facilitação de acesso ao mesmo, sobretudo através de ferramentas democráticas e de linguagem mais simplificada.

**Palavras-chave:** Ciência; Catimbau; Educomunicação; Parna.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a organização da produção científica acerca do Parque Nacional do Catimbau (Parna do Catimbau) e busca compreender as possibilidades educacionais dissidentes do material científico encontrado e as maneiras de viabilização de acesso aos mesmos. O objeto de estudo dessa produção científica é o Parna do Catimbau, um Parque Nacional que ocupa partes dos municípios de Buíque, Ibimirim e Tupanatinga, localizados no estado de Pernambuco, Brasil. Foi criado em 13 de dezembro de 2002. A instituição federal responsável pela gestão do Parna é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O Parque está na categoria II da IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais), e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica. A região do Parna se configura como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, de acordo com categorização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), conjunto de Unidades de Conservação (UC) criado em julho de 2000 através da Lei 9.985 (BRASIL, 2000), no intuito de potencializar a administração de forma integrada de todas as unidades de conservação federais. O Parque possui grande potencial turístico, histórico e ecológico e faz parte de um PELD (Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração), o que faz com que se desenvolva grande produção científica acerca das propriedades naturais e históricas do local. Contribui para a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental. Para Carrero, Moncada e Aranguren (2011), os Parques Nacionais são áreas estratégicas para o desenvolvimento de um país, devido a diversidade e valores que propõem. Ainda segundo os autores, dentro dos Parques Nacionais, a educação ambiental tem se firmado como um processo educativo aberto e permanente, que permite a comunidade a consciência de seu entorno.

Diante disso, o presente estudo se debruçou na pesquisa de como a produção científica desenvolvida sobre o Parna, a princípio desde a criação do Parque no ano de 2002, é organizada nas plataformas de acesso utilizadas para levantamento de dados. Posteriormente, analisou como se dá o acesso ou a viabilização à comunidade aberta e escolar de maneira didática e popularizada uma vez que os Parques Nacionais têm como um dos propósitos o potencial de popularização da ciência ao comunicar-se geograficamente e culturalmente com a população que o cerca. E por sua vez, popularização da ciência não está somente ligada ao interesse à produção científica, mas também às maneiras de acesso ao material científico produzido e a forma que ele se apresenta cultural e socialmente (Germano, 2007).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia utilizada para a pesquisa em questão foi inicialmente quantitativa, a partir de um levantamento bibliométrico através de dois bancos de dados brasileiros. A princípio, o Banco de Teses e Dissertações Capes foi consultado utilizando um recorte temporal marcado pela data de criação do Parque. A pesquisa realizada nesta plataforma foi feita a fim de buscar todo material científico produzido no decorrer do ano de 2002 ao ano de 2019. A partir disso, alternando maneiras de busca e utilizando de filtros que destacam Grandes Áreas do Conhecimento e Áreas do Conhecimento, de acordo com categorização da plataforma, foi possível compreender como se distribuem os materiais científicos produzidos nas instituições brasileiras. A categorização foi realizada por meio dos seguintes filtros: Teses, Dissertações, Grande Área do Conhecimento, Área do Conhecimento, e Instituição de Ensino Superior. Posteriormente, foi feita uma análise a partir dos resultados encontrados nas primeiras filtragens a respeito do conteúdo das teses e dissertações e possíveis materiais dissidentes, bem como a maneira em que se encontram disponíveis e acessíveis. O mesmo procedimento foi realizado por meio do banco de dados da plataforma EArte (Educação Ambiental Estado da Arte no Brasil).

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Os resultados obtidos através da primeira etapa da pesquisa foram de caráter quantitativo, com o intuito de registrar o que existe de produção científica e acadêmica na plataforma escolhida para análise bibliométrica documental, o Banco de Teses e Dissertações Capes. A pesquisa obteve como principal fonte de discussão as áreas de conhecimento onde estão concentrados os maiores números de produção científica sobre o Parna do Catimbau. Dessa maneira, esses resultados podem ser usados como ponto de referência para uma futura análise qualitativa da comunicação científica acerca dessa UC.

Na primeira etapa da pesquisa, utilizando as palavras chave “Parna” e “Catimbau”, foi obtido o resultado de 276 teses e dissertações produzidas desde o ano de 2002 ao ano de 2019. Para uma filtragem mais representativa em relação às áreas do conhecimento, foram analisadas as duas áreas que mais produziram teses e dissertações no período de tempo pré-determinado, utilizando as palavras chaves anteriores. Como resultado da primeira busca, a primeira área do conhecimento mais representativa encontrada a respeito do Parna Catimbau se encontra na área da Botânica, e a segunda na área das Ciências Ambientais.

Além disso, a Plataforma informa a origem institucional da produção científica registrada, o que permite o registro quantitativo das instituições responsáveis. Ainda

para a primeira busca foram registradas 431 instituições, sendo as duas mais representativas a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na segunda etapa da pesquisa, utilizando juntamente as palavras chave “Parque”, “Nacional” e “Catimbau”, ou seja, o resultado buscado para trabalhos acadêmicos que apresentem pelo menos uma das palavras chaves, resultado obtido foi de 76.058 teses e dissertações produzidas e registradas na plataforma. No refinamento de resultados, foi obtido como áreas de conhecimentos mais representativas primeiramente a área da educação, e logo após a área do direito. O resultado obtido entre duas áreas categoricamente discrepantes se deve a forma que a ferramenta de busca da Plataforma Capes realiza a procura. Ao buscar mais de uma palavra-chave, a ferramenta disponibiliza trabalhos que contenham pelo menos uma das palavras-chave utilizadas na busca. Ao utilizar a palavra “Nacional”, foi identificado um número expressivo de trabalhos na área de conhecimento do direito.

Nessa segunda etapa, no que diz respeito às instituições originárias da produção científica presentes na plataforma, são registradas 431 instituições, das quais, as duas mais representativas são a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro

Os resultados referentes a uma última busca realizada na Plataforma Capes, revelou um número menor de resultado quantitativo, isso se deve pela forma que a plataforma realiza o mapeamento dos trabalhos por palavras chave e pela maneira que essa última busca foi realizada. Ao pesquisar mais de uma palavra chave, como nas primeiras tentativas, o resultado encontrado verificou todos os títulos armazenados com pelo menos uma das palavras chave. Na nova busca realizada, a palavra chave restringe objetivamente o resultado a trabalhos com títulos diretamente envolvidos com a localidade do Parna do Catimbau. Foram 91 teses e dissertações encontradas, distribuídas em vinte áreas do conhecimento.

A fim de realizar uma análise mais objetiva, foi selecionada a área das Ciências Humanas como filtro para observar a distribuição da produção científica acerca do Parna do Catimbau. A área reúne oito trabalhos publicados, de acordo com a Plataforma Capes. Os oito trabalhos publicados na grande área das ciências humanas se distribuem entre as áreas da geografia e arqueologia.

Os resultados encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações Capes mostram que as publicações científicas na grande área das ciências humanas, se concentram sobretudo nas áreas da Geografia e da Arqueologia. Dentre os oito trabalhos científicos listados na grande área das ciências humanas, seis possuem divulgação autorizada publicamente, o

que pode viabilizar o acesso e distribuição do conteúdo científico publicado. Dessa forma, através dessa permissão, é possível de certa maneira ampliar o acesso a este material científico. Especificamente na área da Geografia, todos os trabalhos encontrados possuem autorização para divulgação. Já na Plataforma EArte, que realiza a busca restrita somente a trabalhos voltados à Educação Ambiental, o resultado encontrado na busca utilizando a mesma palavra chave, “catimbau”, mostrou um número pouco expressivo, contendo apenas um resultado na área de ecoturismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa foi possível concluir a necessidade de potencialização das ferramentas institucionais que propiciam o acesso à ciência de maneira popular e democrática, visto que os resultados apontaram pouca expressividade em material científico direcionado ao público escolar ou não de forma facilitada. Não só a quantidade de material encontrado como também a escassez de material dissidente e de alternativas de acesso também indicam a necessidade de impulsionar mais diretamente a popularização da ciência. Embora as Unidades de Conservação e Parques Nacionais representem um local de vivência e contato com a ciência, há uma insuficiência no material dissidente dessa experiência ou que aborde a temática de maneira simples, seja em ferramentas ou seja em linguagem.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pelo auxílio à pesquisa, à Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade no programa Pibic. Gostaria de agradecer aos meus familiares pelo incentivo, e aos amigos pela presença e troca de saberes. Agradeço também a minha orientadora Edneida Cavalcanti, por ter me orientado com acessibilidade, abertura e trocas fundamentais para construção deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

CARRERO, J; MONCADA, J; ARANGUREN, J. Los Parques Nacionales como espacios educativos: un estudio con docentes de educación primaria, **Revista de Investigación**, n. 73, v. 35, 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3897805>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

GERMANO, Marcelo Gomes. Popularização da Ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 24, n.1: abril, p. 7-25, 2007.



## HISTÓRIA AMBIENTAL COMO CHAVE DE LEITURA PEDAGÓGICA NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU/PE

Mateus Santos Ferraz<sup>1</sup>; Edneida Rabêlo Cavalcanti<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de História/Licenciatura - CFCH/UFPE; e-mail: [mateussantosferraz@gmail.com](mailto:mateussantosferraz@gmail.com)

<sup>2</sup>Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj; Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória (Cecim); e-mail: [edneida.cavalcanti@fundaj.gov.br](mailto:edneida.cavalcanti@fundaj.gov.br)

**RESUMO:** Apresentando a História Ambiental (HA) como uma proposta pedagógica de Educação Ambiental (EA) no Parque Nacional do Catimbau (Parna Catimbau), buscamos propor as potencialidades educativas da HA, observar as confluências dos tempos geológicos, biológicos e históricos, e observar como os professores locais lidam com essas questões. A partir de uma revisão de literatura, distinguimos e aproximamos a HA da EA e propomos formas com que a HA pode ser um instrumento pedagógico para a EA. Nesse sentido, fazemos um esboço da HA do Parna Catimbau, a partir de seus aportes metodológicos, com apontamentos das diversas dinâmicas ambientais na região do Parna. Identificamos a região como um local diferenciado ecologicamente em relação a outros na Caatinga, assim como uma História de presença humana forte e antiga. Além disso, fizemos entrevistas com professores da rede local que participaram de uma visita técnica ao Parna, com o objetivo de compreender como eles enxergam as relações históricas e as mudanças ocorrentes no Parna. A fala dos professores permite identificar que a visita ao Parna Catimbau foi uma experiência importante para trabalho educativo tanto por permitir uma discussão com o patrimônio ecológico quanto pelo patrimônio histórico e a identidade das pessoas da região.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; História Ambiental; Unidades de Conservação.

## **INTRODUÇÃO**

O Parque Nacional do Catimbau (Parna do Catimbau), criado em 2002, é uma Unidade de Conservação de categoria Proteção Integral, ou seja, possui normas mais restritivas, sendo permitido somente o uso indireto, tais como: pesquisa científica, turismo ecológico, educação e interpretação ambiental. O Parna do Catimbau se localiza em Pernambuco, no contexto do semiárido, onde predomina o Bioma Caatinga, com área entre os municípios de Ibimirim, Buíque e Tupanatinga. O trabalho coloca a História Ambiental (HA) como uma proposta pedagógica para a Educação Ambiental (EA) no Parna do Catimbau. Ao estabelecer as origens e principais problemáticas da História Ambiental e da Educação Ambiental, partiu-se para entender como esses dois campos se relacionam e qual as potencialidades da HA para a EA. Também se buscou observar as confluências dos tempos geológicos, biológicos e históricos, e observar como os professores locais lidam com essas questões. Nesse sentido, foi feito um esboço da História Ambiental da região onde está localizado o Parque, a partir dos aportes de diferentes áreas do conhecimento, com apontamentos das dinâmicas e mudanças ambientais mais relevantes. Além disso, foram feitas entrevistas, com apuração a partir da análise de conteúdo, com professores que participaram de uma visita técnica ao Parna, com o objetivo de compreender como eles enxergam as relações históricas e as mudanças ambientais nesse lugar.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi de caráter qualitativo. Ao revisar bibliografia nas áreas de Geologia, Geomorfologia, Ecologia, Arqueologia, História Ambiental e História do Brasil e da Educação Ambiental, buscou-se evidenciar as grandes transformações ocorridas na área do Parna do Catimbau, por meio de uma ótica da História Ambiental, além de identificar os atores presentes, e as principais dinâmicas ocorridas. Nesse sentido, a pesquisa foi orientada a partir dos três eixos propostos por Worster (1991): 1) reconstrução da paisagem do passado, destacando o seu funcionamento antes da chegada das sociedades humanas; 2) as determinações sociais e econômicas e suas relações com o ambiente e, 3) percepções e significações que se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou grupo, com a natureza.

Além da bibliografia também nos informamos sobre a História Ambiental no contexto do semiárido por meio de entrevista com o professor de história Edson Silva (UFPE e Colégio de Aplicação) e sobre o contexto geológico do Parna com a geóloga Cleide Moura, que trabalha na CPRM (Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais). Também realizamos entrevistas junto aos professores e professoras que trabalham nos municípios que englobam o Parna, focando naqueles que participaram de trabalho de

campo para conhecer a referida UC. Foi feito uso de entrevista semiestruturada, cuja apuração foi realizada a partir da Análise de Conteúdo.

## RESULTADOS/DISCUSSÃO

A História Ambiental enquanto campo possui diversas aproximações e potencialidades junto à Educação Ambiental Crítica (EAc). A EAc se caracteriza por não dissociar as problemáticas ambientais do todo social. A HA possui um potencial para EAc ao transformar *espaços* em lugares, ou seja, ao apropriar-se do *lugar*, contrapondo-se ao *espaço* vazio, a compreensão ambiental poderá ocorrer de uma maneira complexa que se relaciona com a vivência e identidade das pessoas com seu ambiente. Em segundo lugar, pode-se historicizar as dinâmicas ambientais, compreendendo as rupturas e continuidades. Terceiro, permite-se observar formas variadas de como os seres humanos se relacionaram com o ambiente, de forma que possa se pensar alternativas ao modelo atual. Essas propostas apontam para uma prática educacional verdadeiramente transformadora que requer que os aprendentes construam o seu próprio conhecimento, de forma que a HA pode promover questionamentos e conhecimentos que alcancem as pessoas num nível mais profundo.

Observa-se uma dinâmica complexa entre os diferentes seres humanos na história na região do Parque Nacional do Catimbau com seu ambiente. A região é identificada como um local diferenciado em relação ao contexto semiárido, sendo historicamente mais úmida do que outras regiões da Caatinga, e por ser área sedimentar, também registra a presença de um importante aquífero. Isso se relaciona com o rico patrimônio arqueológico encontrado no Parna. Os vestígios de vida humanas, datados de pelo menos 4851 anos AP, indicam uma presença forte e contínua no território.

Ao observar os padrões de assentamento destes vestígios, percebe-se que eles ocupam justamente as regiões de maior umidade, justamente nos brejos de altitude. Também é possível inferir como estes paleoindígenas modificaram o ambiente pela introdução de espécies exóticas. Ao traçar as populações que viveram na região do Parna em tempos modernos, conseguimos identificar as formas com que a população local se utiliza dos conhecimentos da flora local. Também buscamos entender a História do povo indígena Kapinawá, com território adjacente ao Parna, de forma que identificamos as diversas maneiras com que este povo se relaciona com o ambiente, além das formas com que a população local se utiliza dos conhecimentos da flora local.

Nas entrevistas, os professores afirmaram que a visita ao Parque Nacional do Catimbau foi uma experiência importante para o trabalho educativo, tanto por permitir uma discussão com o patrimônio ecológico quanto pelo patrimônio histórico e a identidade das pessoas da região. No entanto, ainda existe uma disjunção entre as ações dos seres

humanos com as dinâmicas ambientais do Parque. Como, por exemplo, a imagem de que apenas a existência dessa UC bastasse para uma proteção da geodiversidade e da sociobiodiversidade ali existente, sem levar em conta a mudança histórica e como as dinâmicas turísticas também impactam aquele ambiente. Assim, a História Ambiental pode se apresentar como um elo que junte todas as dinâmicas ecológicas com as dinâmicas sociais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, a história dos seres humanos com o ambiente onde foi instituído o Parna do Catimbau nos permite pensar sobre as formas de preservação da natureza e de pensar sobre formas sustentáveis de vida, assim como identificar que o ambiente está sempre em mudança. As confluências entre os tempos geológicos, biológicos e históricos aparecem de forma privilegiada no contexto do Parna Catimbau. Assim, ao tratar dos patrimônios históricos e ecológicos, entendemos o potencial da História Ambiental como uma ferramenta pedagógica para a Educação Ambiental.

### **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao CNPq pelo auxílio à pesquisa, à Fundaj pela oportunidade no programa Pibic. Gostaria de agradecer à minha família, amigos e à minha companheira, Mariana, pelo apoio. Sou grato à minha orientadora, Edneida Cavalcanti, por ter me aceitado e acompanhado com bastante paciência e abertura a trajetória desse ciclo de iniciação científica.

### **REFERÊNCIAS**

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, v.4, n.8, p.198-215, 1991.



## MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM ÁREAS SEMIÁRIDAS

Luan Nunes de Oliveira<sup>1</sup>; Alexandrina Sobreira de Moura<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Estudante de graduação no curso de Psicologia – Bacharelado na Universidade Estácio de Sá - Fir e Bolsista de Iniciação Científica Fundaj/CNPq. E-mail: [luannunesrcf@gmail.com](mailto:luannunesrcf@gmail.com)

<sup>2</sup> Pesquisadora Titular da Fundação Joaquim Nabuco e Orientadora no Programa de Iniciação Científica da Fundaj/CNPq. E-mail: [alexandrina.sobreira@fundaj.gov.br](mailto:alexandrina.sobreira@fundaj.gov.br).

**RESUMO:** A pesquisa busca relacionar a Convenção de Mudanças Climáticas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e avaliar a atuação do Brasil na Agenda 2030. Especificamente destacar os marcos internacionais para o desenvolvimento sustentável, analisar as convenções de mudanças climáticas relativas às zonas semiáridas no Brasil e averiguar como se dá a atuação dos segmentos do estado e da sociedade para implementação das políticas públicas. A metodologia foi realizada por meio da análise da literatura e estudos relacionados com o tema do trabalho. A análise constou de um levantamento bibliográfico e uma revisão teórica contextualizada sobre os temas de monitoramento ambiental, análise do projeto Ecolume, estudos sobre os impactos das mudanças climáticas. Foi realizado também um levantamento das resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente e uma análise das Convenções de Mudanças Climáticas relativas às zonas semiáridas no Brasil buscando entender políticas públicas como base o modelo da Agenda 2030 da ONU. Os resultados obtidos revelaram que temas paralelos como saúde, habitação, disparidades sociais e outros se tornaram chaves para o entendimento do desenvolvimento sustentável. Além disso, foi verificada uma descentralização das leis ambientais que por vezes não consegue manter uma coesão equilíbrio entre o governo federal e governos estaduais e municipais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Mudanças Climáticas. Semiárido.

## **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa se insere no projeto maior CLIMAP - Mudanças Climáticas no Bioma Caatinga em curso na Diretoria de Pesquisas da Fundaj, teve como objetivo analisar a Convenção de Mudanças Climáticas aos Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e avaliar a atuação do Brasil na Agenda 2030. Especificamente destacar os marcos internacionais para o desenvolvimento sustentável desde a Eco-92 até às últimas Convenções de mudanças climáticas, analisar as convenções de mudanças climáticas relativas às zonas semiáridas no Brasil e averiguar como se dá a atuação dos segmentos do estado e da sociedade para implementação das políticas públicas sobre as mudanças climáticas.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia foi realizada por meio da análise da literatura e estudos relacionados com o tema do trabalho. A análise constou de um levantamento bibliográfico e uma revisão teórica contextualizada sobre os temas de monitoramento ambiental, análise do projeto Ecolume, estudos sobre os impactos das mudanças climáticas, levantamento estatísticos sobre o semiárido e potencial de desenvolvimento econômico local e efeitos da desertificação e perdas econômicas geradas pela ausência de políticas públicas. Foi realizada também uma abordagem das resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente e uma análise das Convenções de Mudanças Climáticas relativas às zonas semiáridas no Brasil, buscando entender políticas públicas que possuem como base o modelo da Agenda 2030 da ONU.

## **RESULTADO/DISCUSSÃO**

A discussão do trabalho está centrada no tema de mudanças climáticas vem dominando há alguns anos as agendas internacionais sobre desenvolvimento e meio ambiente. Segundo Matallo (2012) antes da década de 1970 muitos estudos têm se proliferado em várias instituições, sejam de cunho privado, público ou do Terceiro Setor (organizações não-governamentais). Tomando como eixo de debate o tema do semiárido, é relevante entender a institucionalização e citar o federalismo ambiental do Brasil para determinar como caminham as leis relativas ao meio ambiente. Nesse sentido o debate está relacionado às convenções de mudanças climáticas e de desertificação que remete à atuação dos atores no Brasil para implementação das políticas públicas baseadas nas mudanças climáticas e mais recentemente, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, que configuram a Agenda 2030, no âmbito da ONU. Durante a discussão da pesquisa percebemos que os Estados, junto à sociedade civil e empresas privadas estão empenhados em cumprir a Agenda 2030 e os 17 ODS que foram propostos

durante as Convenções da ONU. Metas locais baseadas neste documento se refletem no Nordeste como um todo e pode gerar impactos positivos no semiárido.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A adesão do Brasil aos objetivos globais propostos foi importante para o desenvolvimento de uma legislação que abarcasse tanto o meio ambiente quanto áreas afins que pudessem ser transversais. A Agenda 21 global, durante a Eco-92 foi o marco histórico para o desenvolvimento sustentável e dela surgiram diversas Conferências a fim de acompanhar o processo global diante das necessidades de redefinição dos padrões de consumo. Temas paralelos como saúde, habitação, disparidades sociais e outros se tornaram chaves para o entendimento do desenvolvimento sustentável. Estão presentes nos ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) que foram ampliados e redefinidos pelos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), formando a Agenda 2030.

O papel do Brasil para a Agenda 2030 começa em 2015, pouco antes do Acordo de Paris como grande apoiador e contribuinte da comissão, visto que entre o período da Eco-92 e do Acordo de Paris em 2015, desempenhou papel importante no tocante ao tema socioambiental e respectiva aplicação dos marcos conceituais e legais.

A questão do federalismo ambiental, instrumentos, instituições e padrões de governança, devem ser considerados por definir de modo incisivo na política brasileira. Possuindo diversos órgãos e setores, ao mesmo tempo em que descentraliza a política de meio ambiente, com pouca fiscalização, nem sempre consegue manter uma coesão e um equilíbrio entre o governo federal e governos estaduais e municipais.

Outro ponto importante é sobre o Projeto Ecolume, cujos resultados de adaptação do semiárido para as mudanças climáticas vem surtindo efeito, um exemplo disso é um aumento, tanto na produção de energia, quanto na área agrícola e animal.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço novamente à Fundação Joaquim Nabuco/CNPq pela oportunidade de realização desta pesquisa. Agradeço imensamente à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandrina Sobreira pela orientação e apoio em tantas adversidades, seu acolhimento e paciência foram essenciais para a conclusão desta pesquisa. Agradeço ao Dr. Neison Freire pela coordenação do trabalho. Por fim, agradeço também a minha família que esteve sempre presente me dando suporte e aos demais que contribuíram com a formulação deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei Nº 8.938 de 1981. Governo Federal*

\_\_\_\_\_. *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente, 2010.*

BELSKY, J. M.; WILLIAMS, D. R. **Society & natural resources**. Philadelphia: Vol.27, n. 7 - 9, 2014.

CORIOLOANO, L.; ALMEIDA, H. **O turismo rural no semiárido do Nordeste brasileiro**. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47, p. 1—21, 2011;

COSTA, Letícia *et al.* A Conferência de Estocolmo e o pensamento ambientalista: como tudo começou. *Âmbito Jurídico*, 2012. Disponível em <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/a-conferencia-de-estocolmo-e-o-pensamento-ambientalista-como-tudo-comecou/>>

HOLTWIJK, Ineke. **Adapta Sertão**: Uma experiência inspiradora de adaptação climática da agricultura familiar no semiárido da Bahia. Rede de Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro, 2018.

JESUS, Fernando S. de. Rio-92: Metas, Agenda 21 e principais acordos. *Geografia Opinativa*, 2019. Disponível em <<https://www.geografiaopinativa.com.br/2014/10/rio-92-metas-agenda-21-e-principais.html>>

LACERDA, Francis et al. **O Projeto Ecolume**: O paradigma da abundância na convivência com o clima semiárido no Nordeste brasileiro. *Revista Fitos*, v. 14 n. 2 (2020) 207-221.

MATALLO, Heitor. **Que eslo que necesita saber sobre ela cambio climático**: causas naturales y antropogénicas e sus impactos en la agricultura. In *Ciência e Trópico*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana: Vol. 36, n. 2, 2012.

SAMPAIO, Y.; SAMPAIO, E. **A economia do semiárido pernambucano e seu potencial de crescimento**. In TEUCHLER, Harmut; MOURA, Alexandrina S. **Quanto vale a caatinga?** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

SILVA, F. B. R.; SILVA, F. H. B. B. **Os solos do semiárido pernambucano**: Classes, produtividade natural e estimativa para a geração de riquezas. In TEUCHLER, Harmut; MOURA, Alexandrina S. **Quanto vale a caatinga?** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

SOBREIRA de MOURA, Alexandrina; JATOBÁ, Jorge. **Federalismo Ambiental no Brasil** in SOBREIRA de MOURA, Alexandrina (Org.). **Políticas públicas e meio ambiente: da economia política às ações setoriais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2009. p. 45-106.

TONNEAU; SABOURIN, E. (Org.) **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2007. In **Ciência e Trópico**. Recife: , Ed. Massagana, Fundação Joaquim Nabuco: Vol. 33, n. 1, 2009.

UN. **The future we want. Outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development**. Rio de Janeiro: Rio +20, United Nation Conference on Sustainable Development, 2012. Disponível em <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf>>

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

VASCONCELOS, R. **Estimativa de perdas econômicas provocadas pela desertificação na região do semiárido**. In TEUCHLER, Harmut; MOURA, Alexandrina S. **Quanto vale a caatinga?** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

VEIGA, José Eli da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Ed. 34, 2013 (1ª edição). 152p.

VEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez. 1997. In **Ciência e Trópico**. Recife: Ed. Massagana, Fundação Joaquim Nabuco: Vol. 33, n. 1, 2009.

VIOLA, Eduardo. **O regime internacional de mudança climática e o Brasil**. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 17, n. 50, p. 25-46, Oct. 2002 .

## Sites

17 objetivos para transformar o nosso mundo. Organização das Nações Unidas. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em ago 2020.

A Agenda 21 no Brasil. BioMania. Disponível em <<https://biomania.com.br/artigo/a-agenda-21-no-brasil>>. Acesso em ago 2020.

A Cúpula. Organização das Nações Unidas. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/cupula/>>. Acesso em ago 2020.

A Eco – 92 e a Declaração do Rio. Fios de Gaia. Disponível em <<https://fiosdegaia.com.br/eco-92-declaracao-rio/>>

A Rio+20 e seus resultados. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/131-a-rio-20-e-seus-resultados>>. Acesso em ago 2020.

ACORDO de Paris. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <<https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>>. Acesso em ago 2020.

AGENDA 2030. Organização das Nações Unidas. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em ago 2020.

CONFERÊNCIA das Partes. CETESB. Disponível em <<https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencia-das-partes-cop/#:~:text=A%20Confer%C3%Aancia%20das%20Partes%20%28COP%20%E2%80%93%20Conference%20of,um%20per%C3%ADodo%20de%20duas%20semanas%2C%20para%20avaliar%20>>. Acesso em ago 2020.

MARTINS, Tábita. Conheça os principais documentos formulados durante a Eco – 92. Estado de Minas, 2012. Disponível em <[https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/rio-mais-20/eventos-paralelos/2012/05/30/noticias\\_internas\\_rio\\_mais\\_20,297329/conheca-os-principais-documentos-formulados-durante-a-eco-92.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/rio-mais-20/eventos-paralelos/2012/05/30/noticias_internas_rio_mais_20,297329/conheca-os-principais-documentos-formulados-durante-a-eco-92.shtml)>. Acesso em ago 2020.

OBJETIVOS do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>> . Acesso em ago 2020.

OS objetivos de Desenvolvimento do Milênio. ODM Brasil. Disponível em <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em ago 2020.



## REGISTRO, ANÁLISE E MAPEAMENTO DO COMPORTAMENTO ESPECTRORRADIOMÉTRICO DA CAATINGA)

<sup>1</sup>Thiago Breno de Medeiros Carmo; <sup>2</sup>Neison Cabral Ferreira Freire

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Licenciatura em Geografia CFCH/UFPE; e-mail: [professorthiagobreno@gmail.com](mailto:professorthiagobreno@gmail.com),

<sup>2</sup>Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/CECIM; e-mail: [neison.freire@fundaj.gov.br](mailto:neison.freire@fundaj.gov.br)

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo promover a reflexão sobre como as interações humanas e seu desenvolvimento tecnológico vem transformando as paisagens naturais, e consequentemente interagindo com as modificações climáticas do planeta. Neste sentido, é apresentado um conjunto de dados e avaliações quali-quantitativas, expostas em diálogos divididos em três propostas centrais. Inicialmente, abordando como a inovação e a globalização transformou as paisagens naturais que outrora encontravam-se livres da exploração de seus recursos naturais pelo homem. Em segundo lugar, buscamos refletir como a descaracterização da biosfera vem potencializando o acometimento de fenômenos climáticos extremos, tais quais: furacões, desertificações, inundações, e nas últimas décadas, surtos epidemiológicos. Por fim, tratamos de contextualizar as duas discussões anteriores às realidades ambientais presentes no Bioma Caatinga, tendo em vista o atual cenário pandêmico da Covid-19. Desta forma, tornou-se possível destacar que diferentemente das demais sensibilidades ecossistêmicas globais, a Caatinga soma singularidades biofísicas e socioespaciais preocupantes no que se refere a capacidades de resiliência. Principalmente em meio a situações extremas, fazendo com que as baixas amplitudes das políticas públicas desenvolvidas para a região, perpetuem cenários de iminentes calamidades socioambientais, lacunas científicas e insustentabilidade regional.

**Palavras-chave:** Covid-19, Desenvolvimento Socioeconômico, Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Sustentabilidade da Caatinga.

A pesquisa “Climap - Mudanças Climáticas no Bioma Caatinga: Sensoriamento Remoto, Meio Ambiente e Políticas Públicas” (Resolução Condir nº 249, de 30/03/2017) tem por objetivo geral investigar como a observação satelital de última geração e a modelização da superfície continental sob o domínio da vegetação remanescente de caatinga, por meio de métodos adequados à análise e ao tratamento de dados espectrais.

Todavia, com o acometimento da Pandemia da Covid-19, abruptas implicações logísticas, sobretudo, alinhadas às recomendações de isolamento social, direcionaram a metodologia da pesquisa sobre outros panoramas. Assim, na impossibilidade de contestações *in loco*, necessárias à confirmação dos dados coletados obtidos via satélite, optou-se por conduzir a pesquisa por um viés de revisão bibliográfica, agregando reflexões a respeito do cenário pandêmico, e suas consequências junto aos efeitos das modificações climáticas.

Sendo assim, a pesquisa se materializou em contextualizar informações da esfera científica, com relevantes contribuições viabilizadas em jornais e revistas internacionais. Desta maneira, aproximando o raciocínio sobre a popularização de alertas socioambientais e consequências atribuídas a continuidade de atividades incompatíveis as capacidades de resiliência do planeta e readequações sociais. Através disto, foi possível constatar que apesar de uma mínima diminuição nos índices de poluentes e degradações consequentes as atividades antrópicas durante o curto período de isolamento social e parada temporária de grande parte das atividades econômicas (BORGES, 2020). Apesar disto, pouco se sabe como estas dinâmicas desenvolveram-se em regiões onde lacunas científicas historicamente negligenciam a formação de base de dados e viabilidades de estratégias políticas.

O bioma Caatinga compartilha desta situação, fora do alcance das grandes emissoras jornalísticas, a falta de água, alimento e moradia, somaram-se as recomendações das autoridades sanitárias contra a pandemia, exigindo de muitos indivíduos, capacidades adaptativas além de seus alcances. Em vista disto, estas questões chamam a atenção a um conhecido embate, sobretudo, travado no meio político, onde se discutem as parcelas de atribuição as influências antrópicas sobre as transformações do planeta e acometimentos de fenômenos extremos. Os conflitos de interesses que permeiam cada fase destes diálogos, ora põem em prática ações comprometidas com o resguardo das características ambientais, ora mostram-se inoperantes frente a soberania das economias nacionais. Neste mesmo viés, temos ainda as dificuldades enfrentadas dentro dos próprios governos, que de maneira expressa ou velada, possuem representantes em ambos os lados do debate.

Assim, ao alinharmos tal contexto de conflitos, sobre as características socioambientais brasileiras, temos no Bioma Caatinga, a personificação de realidades biofísicas e

socioeconômicas, únicas e sensíveis as transformações condicionadas na biosfera (FREIRE, 2017). Mais ainda, por ser um ecossistema resistente as severas condições hidroclimáticas, características ao clima quente e seco do semiárido brasileiro, diferentemente de outros biomas nacionais, a vulnerabilidade da Caatinga vem se dando, não pela supressão das características de seu macroclima, mas sim pela potencialização deste, gerando desertificações e desequilíbrios nas esferas: ambientais, sociais, econômicas, microrrgânicas, entre outras.

O prolongamento de estações secas além de predispor a ocorrência de processos desertificáveis, incêndios e morte de algumas espécies animais e vegetais por falta de alimento e moradia, expandem as variáveis de susceptibilidades a pobreza extrema e difusão de zoonoses. Outrossim, são as condições que estas modificações potencializadas pelas mudanças climáticas impõem as populações locais, especificamente as mais pobres, que na tentativa de nutrir-se de maneiras alternativas, tanto se expõem ao consumo de animais selvagens, como gradativamente contribuem a pobreza e poluição dos solos, visto que pela ausência de técnicas adequadas as características da região, muitas destas áreas tem seu tempo de utilização reduzido, levando a busca por novas áreas e consequentes degradações.

As vulnerabilidades que cercam as questões da segurança alimentar na Caatinga, exponenciam as incongruências das normatizações ambientais brasileiras, denunciando o paralelo entre as extensivas propriedades rurais e pequenas atividades familiares, que de formas desiguais, travam a batalha adaptativa contra os impactos que as modificações locais, regionais, nacionais e globais vem exercendo sobre o bioma (MARENCO, TORRES & ALVES, 2017). Concomitantemente, é imprescindível salientar que muitas das ações irregulares sobre o bioma se valem da errônea ideia de área inóspita, desconsiderando que entre as particularidades biofísicas da Caatinga, coexistem uma vasta diversidade faunística e florística, sendo um ecossistema de suma importância para a manutenção do equilíbrio trófico nacional, e consequentemente global, visto que também contribui ao sequestro de carbono atmosférico.

Por fim, não se sabe ao certo quais como os efeitos da pandemia da Covid-19 avançaram sobre o bioma Caatinga, o que se sabe é que a região é tradicionalmente marcada pelas dificuldades e inaccessos a elementos básicos da sobrevivência humana. Ainda assim, os atuais acontecimentos climáticos e pandêmicos convergem em uma linha reflexiva onde inúmeros gatilhos podem estar prestes a serem acionados dentro do bioma, maximizando cenários de fragilidades ambientais e sociais. O não acompanhamento de uma região como a Caatinga onde diversas capacidades de resiliência constantemente são exigidas, prontamente contribuem ao surgimento de novas zoonoses (doenças transmitidas de animais para humanos), como também, seguindo o caminho

inverso, a natureza pode ser contaminada por patógenos de origem humana (antropozoonoses) (PEUCH, 2020).

Assim, como midiaticizado pela origem da pandemia da Covid-19, fica-nos identificável que desencorajar expansões de novas fronteiras agropecuárias, e de subsistência, ambas características bem presentes no bioma Caatinga, personifica-se como um dos diálogos que urge ser substanciados, se não o mais importante a ser difundido entre aqueles que de alguma forma se relacionam com o bioma. Por fim, têm-se na exposição dos diálogos aqui trazidos, não apenas um somatório de ameaças, mas sim de uma multiplicação de impactos socioambientais e econômicos, derivados das degradações ambientais, que nitidamente carecem de estudos científicos, e sendo assim, precisam ser mais dialogadas e aprofundadas.

## REFERÊNCIAS

BORGES, C. **COVID-19 e meio ambiente**: especialistas alertam para a importância do equilíbrio entre a vida natural e humana. Brasil, 27 de abr. de 2020. Entrevista concedida à O GIFE. Disponível em: <<https://gife.org.br/covid-19-e-meio-ambiente-especialistas-alertam-para-a-importancia-do-equilibrio-entre-a-vida-natural-e-humana/>>. Acessado em: 02 de jul. de 2020.

FREIRE, N. **Vulnerabilidades socioambientais no semiárido brasileiro**. Fiocruz, Rio de Janeiro: 2017.

MARENGO, J.A.; TORRES, R.R. E.; ALVES, L.M. (2017). **Seca no nordeste do Brasil - passado, presente e futuro**. Teoria e Climatologia Aplicada 129, 1189-1200. <https://doi.org/10.1007/s00704-016-1840-8>.

PEUCH, V. H. Covid-19: **o impacto da pandemia no meio ambiente**. Europa, 20 de abr. de 2020. Entrevista concedida à Euronews. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2020/04/13/covid-19-o-impacto-da-pandemia-no-meio-ambiente>>. Acessado em: 02 de jul. de 2020.